



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX - Nº 47

QUARTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 1994

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 38ª SESSÃO, EM 3 DE MAIO DE 1994

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Mensagens do Senhor Presidente da República

- Nº 112, de 1994-CN, encaminhando ao Congresso Nacional alterações e complementação ao Projeto de Lei nº 23, de 1993-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1994.

- Nº 183, de 1994 (nº 345/94, na origem) de 2 do corrente, restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

- Nº 184, de 1994 (nº 346/94, na origem), de 2 do corrente, comunicando o recebimento das Mensagens CN nºs 85 a 89, de 1994, que participavam ter-se esgotado, sem deliberação final do Congresso Nacional, o prazo para apreciação das Medidas Provisórias nºs 450, 452 a 455, de 1994.

1.2.2 - Ofícios do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

- Nº 127/94, de 2 do corrente, comunicando a rejeição do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1990 (nº 3.238/89, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo ao art. 7º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, tipificando conduta delituosa no caso de operações em Bolsas de Valores.

Encaminhando à revisão do Senado Federal autógrafos dos seguintes projetos:

- Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1994 (nº 3.674/93, na Casa de origem), que designa o período de 20 de abril de 1994 a 20 de abril de 1995, como Ano das Comemorações do Sesquicentário do Nascimento do Barão do Rio Branco.

- Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 1994 (nº 420/94, na Câmara dos Deputados), que disciplina os atos praticados na vigência das Medidas Provisórias nºs 381, de 6 de dezembro de 1993; 408, de 6 de janeiro de 1994; 425, de 4 de fevereiro de 1994; e; 446, de 9 de março de 1994.

1.2.3 - Parecer

Referente à seguinte matéria:

Projeto de Resolução nº 103, de 1991, que uniformiza o prazo de apresentação de emendas perante as comissões.

1.2.4 - Requerimentos

- Nº 289, de 1994, de autoria do Senador João Calmon, solicitando que seja considerado, como licença autorizada, o dia 12 de abril do corrente ano. **Aprovado.**

- Nº 290, de 1994, de autoria do Senador José Sarney, solicitando que sejam considerados, como licença autorizada, os dias 11, 15, 20, 22, 28 e 29 de abril de 1994. **Aprovado.**

- Nº 291, de 1994, de autoria do Senador Odacir Soares, solicitando que sejam considerados, como licença autorizada, os dias 8, 15, 18, 19, 20, 22 e 29 de abril do ano em curso. **Aprovado.**

1.2.5 - Comunicações da Presidência

- Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 481, de 28 de abril de 1994, que concede abono especial aos servidores públicos civis e militares da Administração Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

- Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 482, de 28 de abril de 1994, que dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor - URV, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

- Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 483, de 28 de abril de 1994, que autoriza a contratação de fabricação de papel-moeda, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

1.2.6 - Apreciação de matérias

- Requerimentos nºs 249 a 287, de 1994, lidos na sessão anterior. **Aprovados.**

1.2.7 - Requerimento

- Nº 292, de 1994, de autoria do Senador Gilberto Miranda e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado destinada à homenagem póstuma de Ayrton Senna da Silva, no dia 5 de maio próximo, após a sessão do Congresso Revisor.

1.2.8 - Comunicação

- Do Senador Jarbas Passarinho, de ausência do País no período de 28 de abril a 2 de maio do corrente ano.

EXPEDIENTE
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**Diretor-Geral do Senado Federal****AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor Executivo****LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR****Diretor Administrativo****LUIZ CARLOS BASTOS****Diretor Industrial****FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA****Diretor Adjunto****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ 23,53 URV

Tiragem: 1.200 exemplares

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA – Transcrição dos artigos intitulados "Estudo mostra que fumante passivo tem risco de câncer", publicado na revista de bordo da VASP *Viaje bem*. Regozijo pela recuperação do Senador José Richa e pela decisão de S.Exª de abandonar o tabagismo.

SENADOR NEY MARANHÃO, como Líder – Repasse de recursos da União aos Estados e Municípios convertidos em URV – Unidade Real de Valor.

1.3 – ORDEM DO DIA

Requerimento nº 3, de 1994, do Senador Humberto Lucena, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo "A Guerra da Fome", publicado no Jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 8 de janeiro de 1994. **Aprovado.**

1.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 292, de 1994, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.**

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR DIRCEU CARNEIRO – Considerações sobre a aliança PSDB/PFL e o Plano de Estabilização Econômica.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES – Modo de inserção do Brasil na economia internacional é merecedor de atenção imediata da classe política do País.

SENADOR HENRIQUE ALMEIDA – Cumprimentando a Embrapa, na pessoa do seu diretor no Amapá, Sr. Raimundo Brabo Alves, pelo sucesso das técnicas implementadas na produção agrícola no Estado.

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – ATA DA 15ª SESSÃO, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1994****3 – ATA DA 16ª SESSÃO, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1994****4 – ATOS DO PRESIDENTE**

Nºs 194 e 195, de 1994.

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 42 a 47, de 1994.

6 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas de 1º a 30 de abril de 1994.

7 – ATAS DE COMISSÃO**8 – MESA DIRETORA****9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****TES****Ata da 38ª Sessão, em 3 de maio de 1994****4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura****– EXTRAORDINÁRIA –****Presidência do Sr. Chagas Rodrigues****ÀS 12 HORAS E 19 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Afonso Camargo – Albano Franco – Alexandre Costa – Amir Lando – Carlos De'Carli – Carlos Patrocínio – César Dias – Chagas Rodrigues – Cid Saboia de Carvalho – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Eduardo Suplicy – Eptácio Cafeteira – Esperidião Amin – Fernando Henrique Cardoso – Francisco Rollemberg – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Iram Saraiva – Irapuan

Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – Jonas Pinheiro – José Eduardo – José Fogaça – José Paulo Bisol – José Richa – Jutahy Magalhães – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Lourival Baptista – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Márcio Lacerda – Marluce Pinto – Maurício Corrêa – Mauro Benévdes – Meira Filho – Ney Maranhão – Odacir Soares – Onofre Quinan – Pedro Simon – Rachid Saldanha Derzi – Reginaldo Duarte Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A lista de presença acusa o comparecimento de 51 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE MENSAGENS PRESIDENCIAIS

(*) MENSAGEM Nº 112, DE 1994-CN
(Nº 347/94, na origem)

Altera e complementa a Mensagem nº 1.078,
de 28 de dezembro de 1993.

(*) Será publicada em Suplemento a presente edição.

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 183, de 1994, (nº 345/94, na origem), de 2 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1994 (nº 4.148/93, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a instituir como Autarquia o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, e dá outras providências.

Nº 184, de 1994, (nº 346/94, na origem) de 2 do corrente, comunicando o recebimento das Mensagens CN nºs 85 a 89, de 1994, que participavam ter-se esgotado, sem deliberação final do Congresso Nacional, o prazo para apreciação das Medidas provisórias nºs 450, 452 a 455, de 1994.

OFÍCIOS

Ofícios do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 127/94, de 2 do corrente, comunicando a rejeição do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1990 (nº 3.238/89, na Casa de Origem), que acrescenta dispositivo ao art. 7º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, tipificando conduta delituosa no caso de operações em Bolsas de Valores.

(Projeto enviado à sanção em 2-5-94)

ENCAMINHANDO À REVISÃO DO SENADO FEDERAL AUTÓGRAFOS DOS SEGUINTE PROJETO:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 1994

(Nº 3.674/93, na Casa de origem)
(De iniciativa do Presidente da República)

Designa o período de 20 de abril de 1994 a 20 de
abril de 1995 como Ano das Comemorações do Sesqui-
centenário do Nascimento do Barão do Rio Branco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica designado o período de 20 de abril de 1994 a 20 de abril de 1995 como Ano das Comemorações do Sesquicentenário do Nascimento do Barão do Rio Branco.

Art. 2º O Poder Executivo planejará, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, os eventos comemorativos a serem realizados no decorrer daquele período.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 157, de 1993

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do projeto de lei que "Designa o período de 20 de abril de 1994 a 20 de abril de 1995 como Ano das Comemorações do Sesquicentenário do Nascimento do Barão do Rio Branco".

Brasília, 31 de março de 1993.

EM nº 088/IRBr-MRE

Brasília, 19 de março de 1993.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O dia 20 de abril de 1995 marcará 150 anos do nascimento de José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco. O patrono da diplomacia brasileira é figura de maior realce na História do Brasil. Graças aos seus esforços incansáveis e à sua sensibilidade política, legou sempre em tratados ou decisões arbitrais uma situação ímpar na América do Sul.

2. O centenário do nascimento do Barão foi objeto de Decreto do Presidente Getúlio Vargas. Naquela oportunidade, foram celebrados alguns atos de importância, dentre eles a criação do Instituto Rio Branco, nossa academia diplomática, que desde então vem funcionando ininterruptamente. Em 1970, o 20 de abril foi designado Dia do Diplomata.

3. Empenhado em comemorar condignamente o sesquicentenário de Rio Branco, o Itamaraty vem estudando uma série de eventos – edições e reedições de obras do Barão e sobre a sua vida; exposições; o reaproveitamento da sua efígie em cédulas de dinheiro; e a realização, em Brasília, de conferência de Diretores de Academias Diplomáticas.

4. Para considerar esses projetos e selecionar, com a antecedência desejável, os que deveriam ser executados, pretendo designar comissão composta por funcionários do Ministério das Relações Exteriores e personalidades não vinculadas ao Itamaraty.

5. Preliminarmente, porém, sugeriria a Vossa Excelência o envio de Mensagem à Câmara Federal propondo a designação do período entre 20 de abril de 1994 e 20 de abril de 1995 como o Ano das Comemorações do Sesquicentenário do Nascimento do Barão do Rio Branco. Esse gesto asseguraria a participação do Legislativo nas comemorações, dando-lhes maior projeção.

Respeitosamente, **Fernando Henrique Cardoso**, Ministro de Estado das Relações Exteriores

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO IV

Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

SEÇÃO VIII

Do Processo Legislativo

SUBSEÇÃO III

Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1994
(Nº 420/94, na Câmara dos Deputados)

Disciplina os atos praticados na vigência das Medidas Provisórias nº 381, de 6 de dezembro de 1993, 408, de 6 de janeiro de 1994, 425, de 4 de fevereiro de 1994 e 446, de 9 de março de 1994.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Consideram-se válidos, para todos os efeitos legais, os atos praticados pelo Poder Executivo durante a vigência das Medidas Provisórias nº 381, de 6 de dezembro de 1993, 408, de 6 de janeiro de 1994, 425 de 4 de fevereiro de 1994 e 446 de 9 de março de 1994.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

Medida Provisória nº 381, de 6 de dezembro de 1993

Altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os arts. 12, 25, 28, 37, 68 e 93 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12.

§ 3º O INSS instituirá Carteira de Identificação e Contribuição para fins de inscrição e comprovação da qualidade do segurado especial de que trata o inciso VII deste artigo.

§ 4º A inscrição do segurado especial e sua renovação anual, nos termos do Regulamento, constituem condições indispensáveis à habilitação aos benefícios de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991."

"Art. 25.

III – 0,2% da receita bruta proveniente da comercialização da produção do segurado especial para o custeio do salário maternidade da segurada especial.

§ 6º A pessoa física e o segurado especial mencionados no caput deste artigo são obrigados a apresentar ao INSS Declaração Anual das Operações de Venda – DAV.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 6 DE JANEIRO DE 1994

Altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os arts. 12, 25, 28, 37, 68 e 93 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12.

§ 3º O INSS instituirá Carteira de Identificação e Contribuição para fins de inscrição e comprovação da qualidade do segurado especial de que trata o inciso VII deste artigo.

§ 4º A inscrição do segurado especial e sua renovação anual, nos termos do Regulamento, constituem condições indispensáveis à habilitação aos benefícios de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991."

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 425, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1994

Altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os arts. 12, 25, 28, 37, 68 e 93 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12.

§ 3º O INSS instituirá Carteira de Identificação e Contribuição para fins de inscrição e comprovação da qualidade do segurado especial de que trata o inciso VII deste artigo.

§ 4º A inscrição do segurado especial e sua renovação anual, nos termos do Regulamento, constituem condições indispensáveis à habilitação aos benefícios de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991."

"Art. 25.

III – 0,2% da receita bruta proveniente da comercialização da produção do segurado especial para o custeio do salário maternidade da segurada especial.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 9 DE MARÇO DE 1994

Altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os arts. 12, 25, 28, 37, 68 e 93 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12.

§ 3º O INSS instituirá Carteira de Identificação e Contribuição para fins de inscrição e comprovação da qualidade do segurado especial de que trata o inciso VII deste artigo.

§ 4º A inscrição do segurado especial e sua renovação anual, nos termos do Regulamento, constituem condições, indispensáveis à habilitação aos benefícios de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991."

"Art. 25.....

III – 0,2% da receita bruta proveniente da comercialização da produção do segurado especial para o custeio do salário maternidade da segurada especial.

§ 6º A pessoa física e o segurado especial mencionados no caput deste artigo são obrigados a apresentar ao INSS Declaração Anual das Operações de Venda – DAV, na forma a ser definida pelo Instituto com antecedência mínima de 120 dias em relação à data de entrega.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PARECER Nº 110, DE 1994

Da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 103, de 1991, que uniformiza o prazo de apresentação de emendas perante as comissões.

Relator: Senador Nabor Júnior

I – Relatório

Encontra-se sob exame da Comissão Diretora o Projeto de Resolução do Senado Federal nº 103, de 1991, que visa a limitar a possibilidade de apresentação de emendas perante as comissões.

A alteração, de natureza restritiva, tem por escopo facilitar a tramitação das proposições no âmbito dos órgãos especializados da Casa, mediante o disciplinamento das oportunidades para a apresentação das emendas. Tal modificação, segundo o Autor do projeto, permitiria evitar que emendas apresentadas momentos antes da apreciação da matéria viessem a prejudicar o trabalho legislativo nas comissões.

O projeto em tela recebeu, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, parecer da lavra do eminente Senador Jutahy Magalhães, o qual considerou a matéria adequada à ordem constitucional e jurídica, além de implicar aperfeiçoamento da tramitação legislativa nas comissões.

O citado Relator opinou pela aprovação da iniciativa, não obstante haja oferecido emenda ao projeto, a qual estende à hipótese prevista no inciso I do art. 122 do Regimento Interno os prazos referentes ao inciso II do mesmo art. 122, estabelecidos em seu § 1º Isto significa que, nas comissões, o prazo para apresentação de emendas será único, atingindo tanto os senadores que são membros da comissão, como aqueles que não o são.

A emenda oferecida no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deixa de considerar a revogação proposta pelo projeto, referente a dispositivos do Regimento Interno (inciso I do art. 122, inciso I do art. 124, e o art. 232), dá nova redação do art. 1º e mantém o acréscimo consubstanciado na norma do § 3º do projeto.

II – Dos Aspectos Jurídicos e do Mérito

Em essência, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mediante a emenda oferecida, estendeu aos parlamentares que pertencem a órgão especializado os mesmos prazos que são destinados aos demais senadores. Excepciona, apenas para o relator, a possibilidade de que sejam apresentadas emendas, até o encerramento da discussão na comissão.

A modificação proposta pelo Autor do projeto, que suprime artigos do Regimento Interno já citados anteriormente, restringe o direito dos parlamentares de apresentar emendas e, por este motivo, a alteração pretendida não prosperou no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Tal restrição significaria que os parlamentares, membros de comissão, estariam impedidos de reapresentar emendas, não rejeitadas por unanimidade no órgão técnico. Haveria, portanto, limitação sensível da participação do parlamentar nessa fase do processo legislativo.

De outra parte, convém suprimir, haja vista o princípio da oportunidade, o § 7º do art. 133 do Regimento Interno, que diz:

As emendas com parecer contrário das comissões serão submetidas ao Plenário, desde que a decisão do órgão técnico não alcance unanimidade de votos, devendo esta circunstância constar expressamente do parecer.

Ora, seria desnecessária a norma transcrita, de vez que:

a) somente os membros da comissão poderiam apresentar emendas, depois de esgotado o prazo estabelecido no § 1º do art. 122, de acordo com a redação dada pelo projeto e pela emenda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

b) mantido o atual entendimento do aludido § 7º, todas as emendas com parecer contrário deveriam ser submetidas ao Plenário, o que, salvo melhor juízo, tornaria inócua a alteração consubstanciada na iniciativa sob exame.

Obviamente, se todas as emendas com parecer contrário devem ser enviadas, não há motivo para permitir que somente os membros da comissão possam renovar a apresentação de emendas, nos termos do art. 232 do Regimento Interno.

III – CONCLUSÃO

Diante das evidências apresentadas e de acordo com os argumentos formulados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, é conveniente manter a emenda oferecida no bojo do parecer emitido pelo referido órgão técnico, bem assim suprimir o § 7º do art. 133.

O presente parecer é, portanto, favorável à aprovação do Projeto de Resolução nº 103, de 1991, com a emenda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e mais a seguinte emenda desta Relatoria:

EMENDA Nº 2 – CDIR

Dê-se ao art. 4º do projeto a seguinte redação:

"Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o § 7º do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal."

Sala das Comissões, 26 de abril de 1994. – **Humberto Lucena**, Presidente, – **Nabor Júnior**, Relator – **Chagas Rodrigues** – **Carlos Patrocínio**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 289, DE 1994

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 13, § 1º do Regimento Interno desta Casa Legislativa, venho requerer licença autorizada junto ao Senado Federal com relação aos trabalhos do dia 12 de abril do corrente ano, em razão de encontrar-me, naquela data, em meu Estado – Espírito Santo –, atendendo a assuntos político-partidários.

Aproveito a oportunidade para reafirmar a expressão de minha alta estima e superior consideração.

Sala das Sessões, 3 de maio de 1994. – Senador **João Calmon**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 290, DE 1994

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 13, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam considerados como licença autorizada os dias 11, 15, 20, 22, 28 e 29 do corrente, quando estarei afastado dos trabalhos da casa, a fim de atender compromissos político-partidários.

Sala das Sessões, 27 de abril de 1994. – Senador **José Sarney**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 291, DE 1994

Requeiro, nos termos do art. 13, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, sejam consideradas como licença autorizada minhas ausências nos dias 8, 15, 18, 19, 20, 22, e 29 de abril do corrente ano, tendo em vista encontrar-me tratando de assuntos do interesse do Estado de Rondônia e do PFL.

Sala das Sessões, 3 de maio de 1994. – Senador **Odacir Soares**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 481, de 28 de abril de 1994, que concede abono especial aos servidores públicos civis e militares da Administração Federal Direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5 do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
1. Cid Sabóia de Carvalho	1. Wilson Martins
2. João Calmon	2. Gerson Camata
	PFL
3. Júlio Campos	3. Carlos Patrocínio
	PPR
4. Eptácio Cafeteira	4. Affonso Camargo
	PSDB
5. Dirceu Carneiro	5. Teotônio Vilela Filho
	PT
6. Eduardo Suplicy	
	PMN
7. Francisco Rollemberg	

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	BLOCO
1. Tourinho Dantas	1. Ciro Nogueira

	PMDB
2. Fernando Diniz	2. Mauri Sérgio
	PPR
3. Pedro Pavão	3. Jair Bolsonaro
	PSDB
4. Denis Schwartz	4. Djenal Gonçalves
	PP
5. Raul Belém	5. Benedito Domingos
	PDT
6. Amaury Müller	6. Carlos Alberto Campista
	PSB
7. José Carlos Sabóia	7. Álvaro Ribeiro
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:	
Dia 3-5-94 – Designação da Comissão Mista;	
Dia 4-5-94 – Instalação da Comissão Mista;	
Até 4-5-94 – Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;	
Até 14-5-94 – Prazo final da Comissão Mista;	
Até 28-5-94 – Prazo no Congresso Nacional.	

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 482, de 28 de abril de 1994, que dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica, o sistema monetário nacional, institui a Unidade-Real de Valor – URV, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5 do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
1. Ronan Tito	1. Gilberto Miranda
2. José Fogaça	2. César Dias
	PFL
3. Odacir Soares	3. João Rocha
	PPR
4. Esperidião Amin	4. Levy Dias
	PSDB
5. José Richa	5. Mário Covas
	PRN
6. Aureo Mello	6. Ney Maranhão
	PDT
7. Magno Bacelar	7. Júnia Marise

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	BLOCO
1. José Jorge	1. Maurício Calixto
	PMDB
2. Neuto de Conto	2. Luís Roberto Ponte
	PPR
3. Marcelino Romano Machado	3. Aécio de Borba
	PSDB
4. José Aníbal	4. Jackson Pereira
	PP
5. Raul Belém	5. Benedito Domingos
	PDT
6. Márcia Cibilis Viana	6. Carlos Alberto Campista
	PCdoB
7. Aldo Rebelo	7. Sérgio Miranda

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-5-94 – Designação da Comissão Mista;

Dia 4-5-94 – Instalação da Comissão Mista;

Até 4-5-94 – Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 14-5-94 – Prazo final da Comissão Mista;

Até 28-5-94 – Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 483**, de 28 de abril de 1994, que autoriza a contratação de fabricação de papel-moeda, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
1. Amir Lando	1. Márcio Lacerda
2. Aluizio Bezerra	2. Wilson Martins
	PFL
3. Alexandre Costa	3. Jônice Tristão
	PPR
4. Carlos DeCarli	4. Levy Dias
	PSDB
5. Maurício Corrêa	5. Fernando Henrique Cardoso
	PP
6. João França	6. Meira Filho
	PTB
7. Jonas Pinheiro	7. José Eduardo Vieira

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	BLOCO
1. José Múcio Monteiro	1. Waldir Guerra
	PMDB
2. Geddel Vieira Lima	2. José Belato
	PPR
3. Basílio Villani	3. Paulo Mourão
	PSDB
4. Vitorio Mediolli	4. Aparício Carvalho
	PP
5. Raul Belém	5. Benedito Domingos
	PDT
6. Carrion Júnior	6. Max Rosenmann
	PSD
7. Paulo de Almeida	7. Edi Siliprandi

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia – 3-5-94 – Designação da Comissão Mista;

Dia – 4-5-94 – Instalação da Comissão Mista;

Até 4-5-94 – Prazo para recebimento de emendas.

Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 14-5-94 – Prazo final da Comissão Mista;

Até 28-5-94 – Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Em sessão anterior foram lidos os Requerimentos nºs 249 a 287, de 1994, dos Senadores César Dias, Jarbas Passarinho, Eptácio Cafeteira, Lucídio Portella, Iram Saraiva, Magno Bacelar, Lourival Baptista, Lou-

renberg Nunes Rocha, Jutahy Magalhães, Júnia Marise, Dirceu Carneiro, Ruy Bacelar, José Eduardo, Márcio Lacerda, Lavoisier Maia, Júlio Campos, Raimundo Lira, João França, Ney Maranhão, Nelson Wedekin, Henrique Almeida, Garibaldi Alves Filho, Teotônio Vilela Filho, Esperidião Amin, Fernando Henrique Cardoso, Hydelkel Freitas, José Fogaça, Aureo Mello, Jônice Tristão, João Rocha, Maurício Corrêa, Dario Pereira, Rachid Saldanha Derzi, Meira Filho, Ronan Tito e José Eduardo, solicitando, nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, licença para se ausentarem dos trabalhos da Casa, nos períodos que mencionam.

Os requerimentos deixaram de ser votados, naquela oportunidade, por falta de **quorum**.

Em votação o Requerimento nº 249, de 1994, do Senador César Dias.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 250, de 1994, do Senador Jarbas Passarinho.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 251, de 1994, do Senador Eptácio Cafeteira.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 252, de 1994, do Senador Lucídio Portella.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 253, de 1994, do Senador Iram Saraiva.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 254, de 1994, do Senador Magno Bacelar.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 255, de 1994, do Senador Lourival Baptista.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 256, de 1994, do Senador Lourenberg Nunes Rocha.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 257, de 1994, do Senador Jutahy Magalhães.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 258, de 1994, da Senadora Júnia Marise.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 259, de 1994, do Senador Dirceu Carneiro.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 260, de 1994, do Senador Ruy Bacerlar.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 261, de 1994, do Senador José Eduardo.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 262, de 1994, do Senador Márcio Lacerda.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 263, de 1994, do Senador Lavoisier Maia.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 264, de 1994, do Senador Júlio Campos.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 265, de 1994, do Senador Raimundo Lira.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 266, de 1994, do Senador João França.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 267, de 1994, do Senador Ney Maranhão.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 268, de 1994, do Senador Nelson Wedekin.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 269, de 1994, do Senador Henrique Almeida.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 270, de 1994, do Senador Garibaldi Alves Filho.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 271, de 1994, do Senador Teotônio Vilela Filho.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 272, de 1994, do Senador Esperidião Amin.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 273, de 1994, do Senador Fernando Henrique Cardoso.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 274, de 1994, do Senador Hydekel Freitas.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 275, de 1994, do Senador José Fogaça.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 276, de 1994, do Senador Aureo Mello.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 277, de 1994, do Senador Jônice Tristão.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 278, de 1994, do Senador João Rocha.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 279, de 1994, do Senador Maurício Corrêa.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 280, de 1994, do Senador Dario Pereira.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 281, de 1994, do Senador Rachid Saldanha Derzi.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 282, de 1994, do Senador Meira Filho.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 283, de 1994, do Senador Ronan Tito.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 284, de 1994, do Senador Esperidião Amin.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 285, de 1994, do Senador Júlio Campos.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 286, de 1994, do Senador José Eduardo.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.
Em votação o Requerimento nº 287, de 1994, do Senador Jarbas Passarinho.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.
Aprovados os requerimentos, ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 292, 1994

Nos termos do art. 199 do Regimento Interno, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado, destinada à Homenagem Póstuma de Ayrton Senna da Silva, no dia 5-5 após sessão do Congresso Revisor

Sala das Sessões, 3 de maio de 1994. – Senador Gilberto Miranda Batista, Alexandre Costa, Valmir Campelo, César Dias, Francisco Rolemberg, Mauro Benevides, João França.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O requerimento lido será submetido à deliberação do Plenário após a Ordem do Dia, nos termos do art. 255, I, b, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, comunicação que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que me ausentarei dos trabalhos da Casa, em viagem a Lisboa, no período de 28 de abril a 2 de maio do corrente, atendendo a convite do Primeiro-Ministro de Portugal para participar do Oitavo Lisbon Meeting.

Atenciosamente, Senador Jarbas Passarinho.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A comunicação lida vai à publicação.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, retornando de Aracaju de avião, há poucos dias, li uma revista de bordo, onde me deparei com um artigo que considero possa ser do interesse de todas as pessoas que fazem longas viagens aéreas e, de um modo geral, pela mesma razão, das pessoas que ficam muito tempo em recintos fechados, como nós, quando trabalhamos neste plenário.

Trata-se de uma pesquisa, Sr. Presidente, realizada pela Universidade do Sul da Flórida, em Tampa, na qual os pesquisadores concluíram que o risco de uma pessoa que nunca fumou em adquirir câncer de pulmão dobra se ela conviver no mesmo ambiente com outra que fuma.

Esse relatório, publicado pelo Instituto Nacional do Câncer, atesta, categoricamente:

As descobertas sugerem que a exposição prolongada à fumaça de tabaco existente no ambiente aumenta o risco de câncer em adultos que nunca fumaram.

O referido artigo é bastante elucidativo e sucinto e peço a sua transcrição junto ao meu pronunciamento.

É lamentável que as pessoas que não fumam e convivem com fumantes tenham risco duas vezes maior de contrair câncer de pulmão, uma das piores e mais dolorosas doenças que se conhece.

Insisto em fazer este registro, Sr. Presidente, para mais uma vez alertar as pessoas que convivem com fumantes em ambientes fechados, mesmo eventualmente, para o risco que correm, pois o cigarro, além de causar dano a pessoa que fuma, também polui todo o ambiente, prejudicando, dessa forma, a todos os que convivem num mesmo espaço.

Sr. Presidente, antes de encerrar este breve registro, quero manifestar o meu grande contentamento pela recuperação de nosso prezado colega, o nobre Senador José Richa, meu velho amigo, a quem muito estimo e por quem tenho grande admiração, que recentemente foi acometido de uma ameaça de embolia pulmonar e, graças a Deus, já está em franco processo de melhoria do seu estado de saúde, totalmente fora de perigo e restabelecido.

Pelo que fui informado por um colega, também médico, o eminente Senador – que, como sabemos, era um fumante inveterado – teria deixado de fumar após esse embarço, estando com mais de 20 dias de abstinência.

Fico feliz com essa notícia, pois nós, os médicos, sabemos, como verdade cristalina, que o fumo também contribui para o surgimento do problema que acometeu o Senador José Richa, produzindo vasoespasmos, aumentando a coagulabilidade do sangue e diminuindo a taxa de oxigenação sanguínea, o que compromete seriamente a circulação em geral.

Faço votos de que o nobre Senador José Richa seja bem sucedido ao transformar esse período de abstinência do cigarro em um fato absolutamente definitivo, porque nós, no Senado, o Brasil e o Paraná muito precisamos dele, político de grande envergadura e brasileiro exemplar.

O Sr. Ney Maranhão – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA – Com prazer, eminente Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão – Senador Lourival Baptista, estava no meu gabinete quando comecei a ouvir V. Exª falando a respeito desse problema que tanto combate, o fumo. Desejo incluir no seu pronunciamento uma definição de Henrique Pongetti, aquele grande jornalista que escrevia na revista *Manchete*, fumante inveterado, o qual dizia não ter condições de evitar o vício, tendo morrido de enfisema: "Cigarro: um rolo de papel, uma brasa na ponta e um imbecil chupando." Isso significa, nobre Senador, que o cigarro faz mal à saúde e as pessoas continuam fumando, mesmo sabendo disso. Desse modo, trago essa lembrança de Henrique Pongetti, que, embora não tivesse conseguido deixar de fumar, alertou aos fumantes sobre o malefício que o cigarro traz à saúde. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA – Muito grato a V. Exª, eminente Senador Ney Maranhão. Em nosso pronunciamento será inserida a valiosa colaboração que V. Exª presta em benefício da saúde daqueles que desejam tê-la.

Muito grato a V. Exª, eminente Senador Ney Maranhão.

Sr. Presidente, manifesto mais uma vez o meu contentamento pela admissão de mais um sócio ilustre na legião dos não-fumantes, reiterando a minha convicção de que estamos no caminho certo ao combatermos o tabagismo, hábito absolutamente pernicioso à saúde da população e à felicidade das pessoas.

Alegria maior teremos quando virmos o nobre Senador José Richa aqui em nosso meio, vendendo saúde, alegre e feliz, mas sem o cigarro, dizendo: "Cigarro, nunca mais!"

Finalizando, Sr. Presidente, passo a ler nota publicada na Coluna do *Estadão*, de Cristina Lôbo, com Agência Estado, do jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 30 de abril, sábado, com o título de "Volta", nos seguintes termos:

Já recuperado da doença respiratória que o levou para o INCOR, em São Paulo, José Richa reapareceu ontem, em Curitiba, na formalização da coligação do PSDB com o PDT de Jaime Lerner.

Mais magro e disposto, informou o segredo da boa saúde: "Deixei de fumar, depois de completar 50 anos com o cigarro."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA: EM SEU PRONUNCIAMENTO:

O Estado de S. Paulo

Sábado, 30 de abril de 1994

COLUNA DO ESTADÃO

Cristiana Lôbo, com Agência Estado

Volta

Já recuperado da doença respiratória que o levou para o Incor, em São Paulo, José Richa reapareceu ontem, em Curitiba, na formalização da coligação do PSDB com o PDT de Jaime Lerner.

Mais magro e disposto, informou o segredo da boa saúde: "Deixei de fumar, depois de completar 50 anos com o cigarro".

ESTUDO MOSTRA QUE FUMANTE PASSIVO TEM RISCO DE CÂNCER

O risco de se desenvolver câncer de pulmão dobra se uma pessoa que nunca fumou conviver com outra que fuma. A conclusão consta de um estudo realizado pela Universidade do Sul da Flórida, em Tampa. "As descobertas sugerem que a exposição prolongada à fumaça do tabaco existente no ambiente aumenta o risco de câncer em adultos que nunca fumaram" alertou a médica Heather Stowell, em relatório publicado pelo Instituto Nacional do Câncer.

"Nosso conhecimento atual dos riscos decorrentes da exposição à fumaça ambiental do tabaco justifica plenamente considerarmos indefensável que os adultos, homens e mulheres, continuem expostos a esse perigo, é impensável que as crianças sejam submetidas a essa exposição afirmou David Burns, do Centro de Medicina da Universidade da Califórnia em San Diego.

Segundo Burns, é preciso estabelecer políticas públicas que reflitam adequadamente esse conhecimento científico. "Seria uma tragédia de saúde pública se dentro de vinte anos formos obrigados a pagar os custos, em vidas humanas e sofrimento, de nosso fracasso em agir baseados em certeza científica" disse Burns.

Um novo estudo, que envolveu 210 mulheres da Flórida vítimas de câncer de pulmão, embora nunca tenham fumando, constatou que o risco de desenvolver a doença dobrou para aquelas que revelaram estar expostas à fumaça em casa durante quarenta ou mais "anos-fumo" na idade adulta ou 22 ou mais "anos-fumo" na infância ou adolescência. Um "ano-fumo" foi definido como a

soma do tempo de exposição à fumaça de cigarro de cada fumante existente na casa."

O SR. NEY MARANHÃO – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão, na forma regimental.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN – PE, Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o Congresso Nacional tem sido alvo das mais contundentes críticas sobre o seu comportamento como instituição.

Lamentavelmente, temos de admitir que a Instituição tem sido lenta na apreciação dos temas submetidos à sua deliberação. No caso da Revisão Constitucional, condição necessária e suficiente para recolocarmos o País na rota do desenvolvimento e do bem-estar social, houve capitulação da maioria diante de uma minoria aguerrida e representante das corporações do atraso.

Não obstante os desvios de alguns de seus representantes, o Congresso Nacional tem sido o sustentáculo da democracia brasileira. Mesmo com os seus erros e acertos, o Congresso Nacional tem sabido interpretar os anseios da nacionalidade e não faltará com as suas decisões para promover as mudanças necessárias à modernização do País, ao equilíbrio e à justiça social. Por isso, ocupo a tribuna do Senado Federal a fim de chamar a atenção do Senhor Presidente da República e do Ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, para a justa reivindicação dos Prefeitos, Governadores e demais representantes de entes públicos, relativa à correção pela URV, dos repasses dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios e outros.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a postulação dos Prefeitos é correta a justa. Com uma inflação no patamar de 45% ao mês, nenhuma atividade ou negócio se agüentará de pé, caso não receba o mesmo tratamento que receberam os preços e os salários.

Portanto, o plano de estalização do Governo, que prevê a adoção da URV para quase todos os contratos, deixou de fora os seus compromissos para com os Estados e Municípios.

A sistemática em vigor para as transferências de recursos para Estados e Municípios está disciplinada pela Medida Provisória nº 465, de 30 de março de 1994, que prevê uma atualização do valor pelo quociente entre o valor observado no mês imediatamente anterior e o valor observado no mês de abril de 1993, do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas.

Assim, com 45% de inflação ao mês, a sistemática de correção dos recursos a serem transferidos levará à falência, dentro de dois ou três meses, quase todas as Prefeituras brasileiras, já que elas dependem quase que exclusivamente dessas transferências.

E o que é pior, Sr. Presidente, é que essas Prefeituras não poderão pagar os salários dos seus servidores corrigidos pela URV já que, pela sistemática adotada pelo Executivo e com a inflação de 45% ao mês, os seus recursos estarão reduzidos a menos da metade.

A questão é meramente financeira, sem nenhuma conotação política. A urgente correção dessa situação esdrúxula é dever de bom senso das autoridades constituídas, sob pena de completa falência da harmonia dos poderes.

Essa situação dos Estados e Municípios brasileiros ainda é agravada pela inexistência de uma lei orçamentária, por culpa do Poder Executivo.

Sr. Presidente, é necessário que a Nação tome conhecimento de que até a presente data o Poder Executivo ainda não enviou ao Congresso Nacional a peça orçamentária de 1994.

É necessário também que o Congresso Nacional corrija essa anomalia existente no plano de estabilização, tanto no que diz respeito às perdas salariais como no tocante à correção, pela URV, dos recursos das prefeituras.

Finalmente, é necessário que o Congresso se aparelhe para apresentar um orçamento alternativo e possa fazer avaliações permanentes do desempenho público, a fim de que ganhe credibilidade maior à sociedade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 3, de 1994, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo "A guerra da Fome", publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 8 de janeiro de 1994.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, será feita a transcrição solicitada.

É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada:

O Estado de S. Paulo

Sábado, 8 de janeiro de 1994

ESPAÇO ABERTO JOSÉ NEUMANNE A GUERRA DA FOME

O ruído produzido pelas metralhadoras em luta do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e das tropas regulares federais, no Estado de Chiapas, no Sul do México, chama a atenção do mundo para três doenças graves deste fim de século. A primeira delas é a miséria da maioria da população do planeta, que os ricos querem esconder sob o manto da indiferença. A segunda, a fragilidade das instituições democráticas clássicas, sob o peso das reivindicações de tais massas famintas. E a terceira, o uso de um sofisticado aparato tecnológico de comunicação de massas para criar mitos, bonitinhos por fora, mas ordinários por dentro.

Tais enfermidades não são estanques, mas se comunicam entre si: uma nutre a outra e, de certa forma, cada qual é parasita da vizinha. A miséria, que não se consegue ocultar sob a mitologia criada pelos meios de comunicação compromete a integridade da democracia clássica. Além de dificultar o adequado tratamento para a fome da maioria, essa mesma desintegração engrossa o caldo da cultura mitológica da comunicação, principalmente a eletrônica, sendo a imprensa uma caudatária desta. O mito – "nada que é tudo", na definição do poeta português Fernando Pessoa – é a arma insuficiente, à qual os frágeis regimes democráticos recorrem para esconder seu ponto mais fraco, qual seja, sua intrínseca natureza excludente.

A fome, usada como pretexto para a revolta pelos guerrilheiros indígenas do Sul do México, é um produto da escassez e, como tal, assola a humanidade desde suas origens. Tem, agora, no entanto, um aliado no novo, no mundo da Terceira Revolução Industrial e do Novo Paradigma. Trata-se do avanço tecnológico, que torna a produtividade função do desemprego e permite a substituição do paternalismo colonial pela crueldade do isolamento absoluto.

O desemprego é a maior praga deste fim de milênio. O isolamento da África, América Latina, Eurásia eslava e grande parte do Continente Asiático (a exceção fica por conta das ilhas japonesas e dos novos tigres) é o preço que está sendo pago pelas populações pobres do planeta para a classe operária dos ricos não se expulsa do paraíso consumista, herdado da fase áurea da mentalidade fordista, dominante na Segunda Revolução Industrial. A conexão entre o desemprego e o funcionamento das comunidades econômicas é evidente.

Os descendentes dos maias e nostálgicos de Emiliano Zapata do Estado de Chiapas perceberam tal evidência. Em seu comunicado, o EZLN deixou claro que o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), em vigor desde o primeiro dia deste ano inaugurado sob o signo da surpresa, representa "uma sentença de morte" para os povos indígenas mexicanos.

Na verdade, a derrubada de fronteiras econômicas é um sinal inevitável de modernidade, mercê do encolhimento das distâncias, como avanço da tecnologia dos transportes e das telecomunicações. No entanto, a nova mentalidade comunitária, vigente na Europa unificada e nos países do Nafta, vem acompanhada do desprezo da metrópole pelo destino da periferia, que foi colonizada no passado e agora é jogada às próprias carências. O castelo fechou o portão, recolheu a ponte movediça e não se propõe mais a proteger a planície das intempéries, em troca de víveres e outros produtos primários, que, agora, adquire a preço de banana.

Os cadáveres produzidos pela insperada insurreição mexicana, como a guerra civil na Bósnia, as ameaças de Sadan Hussein e a ditadura de Fujimori são indícios macabros de que, ao contrário da profecia de Francis Fukuyama, a História não acabou com o fim da guerra fria. Se a fogueira da ideologia está extinta, no campo onde se enterraram suas cinzas e trava a batalha cruenta pelo emprego. A guerra da fome já começa a cobrar seu dízimo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Esgotada a matéria da Ordem do Dia. Passa-se à apreciação do Requerimento nº 292, de 1994, lido no Expediente, de autoria do nobre Senador Gilberto Miranda e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial do Senado, destinada a homenagem póstuma de Ayrton Senna da Silva, no dia 5 do corrente, após sessão do Congresso Revisor.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Carneiro.

O SR. DIRCEU CARNEIRO (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, venho à tribuna do Senado Federal para fazer uma reflexão sobre a tese absurda da aliança do meu partido, o PSDB, com o PFL e sobre os interesses que se escondem por trás do desejo dos liberais nessa união com a Social Democracia.

As elites nunca levaram a sério os partidos políticos no Brasil. Influenciaram nos que puderam, dando preferência aos mais afins. Aceitaram sempre o jogo hipócrita e ambíguo do discurso político, que faz no Brasil o partido mais conservador chamar-se paradoxalmente Partido "Progressista Reformador". Prosperaram em 64, agindo de acordo com suas conveniências. Recentemente, compuseram com Sarney e com Collor. Agora, mais "confiantes" do que nunca, querem apropriar-se da candidatura de FHC.

No Brasil, os partidos que melhor abrigam as concepções do capitalismo selvagem estão sem candidatos viáveis. PFL, PPR

e outras siglas satélites que defendem a visão e os interesses dos ricos, não têm perspectivas eleitorais próprias de poder. Ambíguas, desacreditadas, não comandam seus possíveis eleitores e buscam formas de continuar sem se eleger.

Estas elites levaram um susto com o Plano FHC. Afinal, acabar com o déficit público significa deixar de transferir do Tesouro para os bancos pelo menos US\$10 bilhões anuais. Expõe, além disso, os setores monopolistas e oligopolistas, grandes fabricantes da inflação, à luz. O Plano FHC quebra a espinha dorsal de um sistema que produz inflação para dela se beneficiar.

O capitalismo selvagem necessita do mecanismo de concentração da renda para sobreviver. Algo que, no Terceiro Mundo, ocorre grosseiramente pela inflação, enquanto, no Primeiro Mundo, acontece por outros fatores mais sutis e sofisticados, como produtividade, tecnologia avançada, desregulamentação, integração de mercados, etc. Nenhum plano econômico, como o de FHC, que contraria esses pressupostos concentracionistas, terá a simpatia dos banqueiros e da elite econômica brasileira.

O Governo é um instrumento útil para a elite. Para ela, tudo é válido para aderir e fisiologicamente continuar no poder. As articulações para a sucessão, agora, revelam essa postura. Para elas, partido é algo descartável. Usado, vai para o lixo. Agora, esse partido é o PSDB.

O Partido da Social-Democracia Brasileira é um dos poucos capaz de operar alguma transformação nesse quadro dramático para o País. É pluralista, social-democrata, ético, dono de um projeto sério. Por se constituir assim uma ameaça e ter candidatura consistente, está sendo literalmente cercado numa grande conspiração das elites conservadoras industriais, financeiras, políticas, de comunicação, contra um eventual sucesso da Social-Democracia.

O PFL neste momento é a ponta do iceberg. Mas o PPR poderá aparecer também (ou esvaziar-se). Toda uma unidade de interesses, confessos e inconfessáveis, se articulam rapidamente visando não desembarcar do poder.

Se o PSDB aceitar esse jogo, a Social-Democracia será comida tenra e precoce e seu projeto de partido morre no nascedouro. A alternativa PT isolou-se no corporativismo monoclassista, frágil. Se, porventura, ganhasse a eleição, não governaria.

Caso o PFL logre aliar-se com o PSDB, o plano econômico será mudado. Os banqueiros, nessa aliança, não irão perder por ano US\$ 10 bilhões do Tesouro. A brutal e injusta concentração de renda, então, talvez deixe de ocorrer pela via grotesca da inflação, mas continue por mecanismos mais modernos e sutis, como produtividade, agregado tecnológico sofisticado, automação, integração de mercado, etc. Como já começamos a fazer, aliás, igualzinho ao Primeiro Mundo. Irresistível proposta!

Portanto, a cidadania digna, ética e decente no Brasil tem de ter um pé atrás. Não bastasse as origens do PFL (a Arena), seu fisiologismo, vamos buscar a companhia de um partido que poderá vir a ser apontado como o mais corrupto pela CPI das Empreiteiras?! A cúpula do PSDB, até aqui negociadora antidemocrática autoproterrogada, pode vir a não precisar consultar suas bases, que, ironicamente, serão insignificantes, comparadas às bases do PFL e, quiçá, do PPR.

Eu que acredito no confronto da Social-Democracia X Liberalismo neste final de século, após o fim da guerra fria, vejo como absurda a idéia da aliança de correntes radicalmente opostas, tão opostas que não comportariam um programa comum coerente, uma farsa, aliás, que vem sendo difundida. Os liberais inviabilizariam o Brasil como nação.

Os que defendem a aliança PSDB/PFL transformarão o quadro partidário brasileiro numa geléia geral e o projeto de esperança que o PSDB construiu simplesmente acaba aí.

O imediatismo, para chegar à Presidência da República, não pode derrotar mais uma vez o povo brasileiro.

Eram essas as considerações que desejava fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, temos insistido, na oportunidade de alguns pronunciamentos nossos, em que a questão relativa ao modo da inserção do Brasil na economia internacional é um tema fundamental e urgente que deve merecer a atenção imediata da classe política deste País. O que dizemos não constitui nenhuma novidade: encontra-se estampado diariamente nos jornais e nas capas das revistas, sendo assunto de debates em mesas-redondas na televisão.

A integração mundial das economias nacionais é um desses fatos peremptórios dos quais, mesmo que se queira, não se pode fugir. No passado existiu a opção, que muitas nações fizeram de forma competente, por uma economia relativamente autônoma em relação aos fluxos de comércio internacional. O Brasil mesmo implantou políticas industriais bastante amplas de substituição de importações, que tinham na contenção das importações sua pedra angular. O País retirava-se de parte da corrente do comércio internacional para que pudesse desenvolver aqui indústrias que jamais vingariam caso tivessem de concorrer de igual para igual com suas similares estrangeiras, mais maduras. Essa política, adotada de forma generalizada, representou uma fase importante de nosso desenvolvimento industrial. Hoje ainda pode ser adotada com eficiência para um ou outro setor estratégico de alto valor tecnológico, desde que de maneira moderada e por tempo determinado.

Entretanto, as mudanças espantosas que ocorreram no mundo, nas duas últimas décadas, em termos de tecnologia, de transportes e de organização da produção de mercadorias, relegaram essa opção por uma economia auto-suficiente a um malogro quase certo. Um país isolar-se da economia mundial, hoje em dia, equivale a condenar seu parque industrial e sua estrutura de serviços a uma obsolescência muito rápida, com consequências funestas sobre sua capacidade de exportação e, de forma mais ampla, sobre o bem-estar de sua sociedade. Assim, uma vez que não é dada ao Brasil a escolha entre se deseja ou não inserir sua economia de maneira mais integrada no comércio internacional de bens e de serviços, resta à elite brasileira pensar de que forma, em que ritmo e em quais condições essa integração deve se processar.

Nesse contexto, a consolidação do Mercado Comum dos Países do Cone Sul – o MERCOSUL – reveste-se, para o Brasil, de uma importância estratégica capital. Nos quatro cantos do planeta, as nações organizam-se em blocos econômicos, instaurando uniões aduaneiras, zonas de livre comércio e mercados comuns. O Brasil não pode virar as costas para essa tendência mundial, sob o risco de ficar à margem dos caminhos do progresso e dos fluxos de riqueza.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, muito tem sido aplaudida a participação do México, ao lado dos Estados Unidos e do Canadá, no NAFTA – o Acordo de Livre Comércio da América do Norte. O acesso do México ao mercado norte-americano, que o NAFTA permitirá, tem sido apontado por muitos analistas como uma espécie de panacéia para os problemas de desenvolvimento daquele país. Há mesmo quem diga que o NAFTA constitui o marco inicial da entrada do México no Primeiro Mundo. Esperamos que essas esperanças se concretizem e que os mexicanos logrem atingir um melhor bem-estar como consequência de suas recentes opções políticas e econômicas.

Entretanto, sem desmerecer as preferências mexicanas, pensamos sinceramente que o Brasil, ao participar do MERCOSUL, encontra-se em melhor situação do que a do nosso irmão latino do Norte, ainda que o tamanho do MERCOSUL seja bastante modesto em comparação com o do imenso NAFTA. Enquanto o México há de sentir a dificuldade de ter de negociar com um parceiro muitas vezes mais forte que ele, o Brasil lidera, ao lado da Argentina, um processo de integração entre países cultural e economicamente mais próximos a si.

Aliás, como declarou o Presidente Itamar Franco, no recente encontro ocorrido no Uruguai entre os presidentes dos países do MERCOSUL, o Brasil espera que o MERCOSUL constitua-se numa primeira etapa para uma integração mais ampla de toda a América do Sul em um mercado único. Talvez mesmo o êxito do MERCOSUL seja uma última oportunidade de o Brasil figurar como protagonista numa iniciativa desse tipo e não ser obrigado, mais tarde, a aceitar ingressar num mercado comum que englobe toda ou quase toda a América sob a liderança dos interesses dos Estados Unidos.

Assim, Srs. parlamentares, o MERCOSUL tem de receber a devida atenção de todos nós, pois representa um dos tópicos fundamentais para a viabilidade do País, no futuro, como nação próspera, justa e sobretudo independente. O Brasil precisa assumir, juntamente com a Argentina, seu papel de liderança num processo de integração econômica que congregue todos nossos vizinhos sul-americanos num mercado único, talhado sob medida para permitir que a região ultrapasse vitoriosa os grandes obstáculos a seu desenvolvimento econômico e social.

Da mesma forma que a União Européia cresceu e consolidou-se a partir do embrião formado pela aliança entre a Alemanha e a França, o MERCOSUL e, mais tarde, o mercado comum da América do Sul hão de medrar com base no eixo Brasília-Buenos Aires. Para atingir tal objetivo, porém, cumpre procurar uma solução para o que hoje constitui o maior entrave para a integração entre o Brasil e a Argentina, qual seja, o descompasso macroeconômico entre os dois países.

Na Argentina, a paridade cambial fixa entre o peso e o dólar, fundamento do Plano Cavallo, provocou a sobrevalorização do peso, tendo por consequência o encarecimento excessivo das exportações argentinas e o barateamento também excessivo de suas importações. Essa situação artificial dá margem a pressões de empresários argentinos por proteção institucional contra as importações. Como resposta a esses apelos, o Governo argentino adotou, para alguns produtos, no passado recente, a chamada taxa estatística, que nada mais é do que um novo nome para a velho conhecido aumento de alíquotas de importação. Tal medida gerou protestos por parte dos exportadores brasileiros, uruguaios e paraguaios, por ir de encontro ao espírito do MERCOSUL, que é justamente o de queda das tarifas alfandegárias e o de liberalização comercial.

No Brasil, o principal empecilho à harmonização macroeconômica entre o País e seus parceiros do MERCOSUL continua a ser a falta de estabilização monetária. Nesse aspecto, o Brasil encontra-se na contramão não somente em relação aos países do MERCOSUL mas também em relação às nações da América Latina em geral, as quais, nos últimos anos, têm levado a um bom termo o combate às altas taxas inflacionárias que vigoravam ainda há pouco. A altíssima inflação brasileira, de forma semelhante ao que ocorre com o setor produtivo interno, dificulta aos agentes econômicos do MERCOSUL a previsibilidade quanto a custos e receitas de vendas e compras com o Brasil, bem como o planejamento de investimentos. Ademais, a grande oscilação do valor da moeda causa sempre aos parceiros comerciais apreensões quanto

ao comportamento futuro da taxa de câmbio, o que é um desincentivo aos empreendimentos de mais longa maturação.

Sobre o êxito do MERCOSUL em incrementar as trocas comerciais entre seus membros não paira qualquer sombra de dúvida. Desde a assinatura do Tratado de Assunção, que deu início ao MERCOSUL em 1991, o intercâmbio comercial entre as quatro nações que o compõem mais do que dobrou. Hoje, cerca de 13% do comércio exterior do Brasil mantém-se com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. As exportações brasileiras para os países do MERCOSUL quase triplicaram entre 1990 e 1993. A partir de 1992, o Brasil superou os Estados Unidos como principal mercado importador dos produtos argentinos. Igualmente, nesses anos de vigência do tratado, o intercâmbio e as associações entre empresas dos países membros multiplicaram-se, principalmente entre empresas brasileiras e argentinas.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o MERCOSUL consolida-se a cada dia, fortalecendo os laços que nos unem a nossos parceiros e vizinhos de nossa fronteira sul. O MERCOSUL consiste na decisão mais importante desta década na área da política externa brasileira, pois abre caminho para a inserção internacional gradativa da economia do Brasil, dentro de uma estratégia correta que concebe a independência do País como um valor fundamental. Juntos, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – e, num futuro próximo, quicá toda a América do Sul – poderão apontar suas economias para uma direção onde irão buscar soluções comuns que superem problemas também comuns próprios a nações em vias de desenvolvimento.

A maior contribuição concreta a curto prazo que podemos dar a esse projeto refere-se, como aludido, à questão da estabilização da moeda brasileira. Como já dissemos em pronunciamentos anteriores, o Brasil perde seu tempo e afasta-se do caminho do crescimento e do progresso, por não conseguir organizar de forma permanente suas finanças públicas. Pela primeira vez em muitos anos, dispomos de um plano econômico coerente que ataca a inflação da moeda em suas causas reais. Temos de eliminar o déficit público brasileiro se quisermos estancar o processo de emissão de moeda inflacionária e de endividamento público a prazos curtíssimos e a juros escorchantes. Não há mágica fora desse diagnóstico. É o que fazem todas as nações que logram atribuir um valor estável a suas moedas após um processo de descontrolado inflacionário. Todavia, como todos sabemos, essa iniciativa exige sacrifícios e espírito público. Esperamos que a sociedade brasileira esteja à altura do momento político em que se encontra e que possamos colocar de volta o Brasil no rumo do desenvolvimento e da prosperidade, que é a vocação maior deste imenso País.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Almeida.

O SR. HENRIQUE ALMEIDA (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Senadores, na esteira da produção agrícola que deverá levar o Brasil a uma colheita de 70 milhões de toneladas de grãos este ano, o Amapá também dá mostras de estar enfrentando bem seus problemas agrícolas. Conforme informações da EMBRAPA, no meu Estado, está havendo um aumento considerável da produção em Macapá e, conforme o diretor dessa empresa, Raimundo Brado Alves, o crescimento se deve à utilização de sementes que estão sendo repassadas para a Secretaria Estadual de Agricultura.

São sementes de arroz, milho e feijão e, somente em relação ao arroz, está sendo estimada para este ano a colheita de 1.500 toneladas. Eu reconheço, Sr. Presidente, que essa é uma produção irrisória para os padrões das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste,

1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 007.361/94-7, resolve exonerar MARIA CARMELA TALENTO MOURA do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ruy Bacelar, a partir de 12 de abril de 1994.

Senado Federal, 3 de maio de 1994 – Manoel Vilela de Magalhães Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 45, DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 006.880/94-0, resolve nomear FRANCISCO GRAZIANO NETO para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Henrique Cardoso.

Senado Federal, 3 de maio de 1994 – Manoel Vilela de Magalhães Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 46, DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 007.352/94-8, resolve exonerar JERFFERSON LEVY ESPÍNDOLA DIAS do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Levy Dias, a partir de 30 de abril de 1994.

Senado Federal, 3 de maio de 1994 – Manoel Vilela de Magalhães Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 47, DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 007.353/94-4 resolve nomear PAULO NELSON DUARTE MENDONÇA para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Levy Dias.

Senado Federal, 3 de maio de 1994 – Manoel Vilela de Magalhães Diretor-Geral

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Resenha das matérias apreciadas de 1º a 30 de abril de 1994 – art. 269, II, do Regimento Interno)

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO

– Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1993 (nº 2.989/92, na Casa de origem), que autoriza a reversão ao Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, do terreno que mencionaria Sessão: 6-4-94 Extraordinária

– Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 151, de 1993, de autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre o restabelecimento do prazo fixado pelo art. 59 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, para instalação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos industriais e agrícolas nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE.

Sessão: 6-4-94 – Extraordinária

– Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1993 (nº 2.239/89, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 4.769, de 9 de

setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração.

Sessão: 6-4-94 – Extraordinária

– Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1993 (nº 1.023/91, na Casa de origem), que atualiza o valor da pensão vitalícia concedida pela Lei nº 3.597, de 29 de julho de 1959, à viúva do ex-Deputado Sílvio Sanson, Srª Albina Clementina Frascalossi Sanson.

Sessão: 6-4-94 – Extraordinária

– Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1994 (nº 4.290/93, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação, extinção e transformação de cargos efetivos e em comissão, nas Secretarias do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais e dá outras providências.

Sessão: 12-4-94 – Extraordinária

– Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1994 (nº 3.707/93, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos em comissão no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

Sessão: 12-4-94 – Extraordinária

– Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1994 – Complementar (nº 181/94 – Complementar, na Casa de origem), que altera a redação da alínea b do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para elevar de três para oito o prazo de inelegibilidade para os parlamentares que perderem o mandato por falta de decoro parlamentar

Sessão: 13-4-94

– Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1994 (nº 4.148/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a instituir como autarquia o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e dá outras providências.

Sessão: 13-4-94

– Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1994 (nº 4.218/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a doar quinze aeronaves A-122-A (T-23) à Força Aérea boliviana.

Sessão: 13-4-94

– Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1993 (nº 2.815/92, na Casa de origem), que cria a Empresa Comunitária, estabelecendo incentivos à participação dos empregados o capital da empresa e dá outras providências.

Sessão: 13-4-94

– Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1993 (nº 3.529/93, na Casa de origem), que cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e dá outras providências.

Sessão: 19-4-94 – Extraordinária

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À PROMULGAÇÃO

– Projetos de Resolução nº 33, de 1994, de iniciativa da Comissão Diretora, que dispõe sobre a aplicação no mercado financeiro de recursos dos Fundos do Senado Federal, do Centro Gráfico do Senado Federal e do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal.

Sessão: 12-4-94 Extraordinária

– Projeto de Resolução nº 37, de 1994, que autoriza a União a realizar operação de crédito externo junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau – DFW, no valor equivalente a DM27.000.000,00 (vinte e sete milhões de marcos alemães), Sendo DM24.500.000,00 (vinte e quatro milhões e quinhentos mil marcos alemães) a título de empréstimo, e DM2.500.000,00 (dois mi-

mas não para o Amapá, cuja produção de alimentos vinha em franca decadência desde 1984. O desestímulo a que ficaram sujeitos os agricultores do meu Estado chegou a tal ponto, nos últimos dez anos, que a produção agrícola, que já havia alcançado 2.200 toneladas, caiu para 400 toneladas.

Isso se chama desestímulo. Nenhum agricultor tem ânimo para acordar cedo, pegar sua enxada e ir para o campo, se não tiver certeza de que venderá bem sua produção, de que disporá de crédito agrícola oficial, de que terá a orientação da extensão rural. Um exemplo acabado de como ficou desanimador plantar no Estado está na produção de feijão – em 1980, a colheita desse produto chegou a 320 toneladas; nove anos depois, a produção caiu para 120 toneladas. O mesmo aconteceu com o milho, cuja produção caiu de 1.200 para 400 toneladas no período de 1975 a 1985.

E isso acontece num Estado altamente necessitado de produção agrícola, um Estado que importa praticamente tudo o que consome. É também um Estado com um governador altamente interessado em desenvolver a agricultura. Mas faltou, nos últimos dez anos, vontade do Governo Federal para investir na agricultura. E sem a vontade política do governo da União, é muito pouco o que um governador pode fazer.

Conforme o diretor da EMBRAPA no meu Estado, o Amapá não vinha obtendo sucesso com a agricultura porque as sementes eram oriundas de outros Estado e portanto era difícil adaptá-las à região. Agora, a EMBRAPA está preparando, nas várzeas do próprio Amapá, sementes para a reprodução de arroz, feijão e milho. A direção da EMBRAPA no Amapá diz que a maior vantagem das produções de sementes em solo amapaense é que elimina-se o risco de sua inadequação às terras do Estado. Em minha opinião, a maior vantagem dessa produção é o alcance social e econômico da iniciativa. Por isso, desejo, aqui deste Plenário, cumprimentar a EMBRAPA na pessoa do seu diretor no Amapá, Raimundo Brabo Alves, pela capacidade de ajudar o Estado a desenvolver sua agricultura.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h56 min.)

15ª SESSÃO REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1994

(Publicada no DCN (Seção II), de 22-4-94)

RETIFICAÇÕES

Nas páginas nºs 1311, 1314; 1315, 1316, 1318, 1319, 1320, 1321 e 1322, imediatamente após a legislação citada que acompanha os Projetos de Decretos de Legislativos nºs 18 a 27/94, respectivamente, inclua-se por omissão, o seguinte despacho:

(À Comissão de Educação.)

16ª SESSÃO, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1994

(Publicada no DCN (Seção II), de 24-5-94)

RETIFICAÇÃO

Na página nº 1353, 1ª coluna, no despacho do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1994,

Onde se lê:

(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Leia-se

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania-decisão terminativa.)

ATOS DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 194 DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.650/94-1, resolve aposentar, voluntariamente, o servidor ORIONE DUARTE MAIA, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "a", 193; é 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os artigos 34, § 2º, e 37, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 3 de maio de 1994. – Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 195, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 006.367/94-1, resolve tornar sem efeito o Ato desta Presidência nº 151/94, que aposentou, voluntariamente, por tempo de serviço, a servidora JÚLIA PEREIRA GOMES, Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 4 de maio de 1994. – Senador HUMBERTO LUCENA, Presidente.

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 42, DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 006.347/94-0, resolve nomear ASSÚ GUIMARÃES para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maurício Corrêa.

Senado Federal, 3 de maio de 1994 – Manoel Vilela de Magalhães Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 43, DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 005.572/94-0 resolve nomear STELA MARIS DA SILVA para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do PDT, Senador Magno Bacelar.

Senado Federal, 3 de maio de 1994 – Manoel Vilela de Magalhães – Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 44, DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de

lhões e quinhentos mil marcos alemães) como contribuição financeira, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto Ações Básicas de Saúde no Ceará, a cargo do Ministério da Saúde, e dá outras providências.

Sessão: 12-4-94 – Extraordinária

– Projeto de Resolução nº 42, de 1994, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a reescalonar a dívida contraída pelo Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A. – BANDERN, junto à Reserva Monetária, para pagamento de indenizações trabalhistas, no valor de um bilhão, quatrocentos e quarenta e sete milhões, trezentos e oitenta e um mil, quatrocentos e oitenta e sete cruzeiros reais e quarenta e seis centavos, equivalentes a 6.073.269,08 URV em 30 de novembro de 1993.

Sessão: 13-4-94 – Extraordinária

– Projeto de Resolução nº 43, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ) a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro – LFTM-Rio, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Município, vencível no primeiro semestre de 1994.

Sessão: 14-4-94 Extraordinária

– Projeto de Resolução nº 44, de 1994, que autoriza o Governo do Estado de Alagoas e contrair operação de crédito externo, junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de CR\$597.360.000,00 correspondentes a 36.402.193,78 URV, equivalentes a US\$38.000.000,00, em 29-1-93

Sessão: 19-4-94 – Extraordinária

– Projeto de Resolução nº 45, de 1994, que autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso a elevar temporariamente o limite fixado no art. 4º da Resolução nº 11, de 1994, e a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso – LET/MT, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária do Estado, vencível no primeiro semestre de 1994.

Sessão: 19-4-94 Extraordinária.

– Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1994 (nº 413/94, na Câmara dos Deputados), que disciplina relações jurídicas da Medida Provisória nº 434, de 1994.

Sessão: 20-4-94 Extraordinária.

– Projeto de Resolução nº 46, de 1994, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir, através de ofertas públicas Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul – LFT-RS, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no primeiro semestre de 1994.

Sessão: 27-4-94 Extraordinária.

MATÉRIAS APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

– Projeto de Lei do Senado nº 224, de 1991, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que determina a atualização monetária dos dividendos a pagar aos acionistas das sociedades anônimas, e dá outras providências.

Sessão: 4-4-94 Decisão Terminativa.

– Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1993, de autoria do Senador Esperidião Amin, que dispõe sobre a obrigatoriedade de incluir na nota fiscal o valor do frete do transporte de combustíveis.

Sessão: 4-4-94 Decisão Terminativa.

– Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1992, de autoria do Senador Iram Saraiva, que regulamenta o inciso V do art. 203 da Constituição Federal e dá outras providências.

Sessão 6-4-94 Extraordinária.

– Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1993, de autoria do Senador Iram Saraiva, que autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais.

Sessão: 6-4-94 Extraordinária.

– Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 246, de 1993 (nº 1.229/91, na Casa de Origem), que dispõe sobre a municipalização da merenda escolar.

Sessão: 12-4-94 Extraordinária.

– Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1994, de autoria do Senador Alfredo Campos, que altera o Decreto Legislativo nº 6, de 1993, que "regulamenta a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional".

Sessão: 12-4-94 Extraordinária.

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APROVADAS PELO SENADO FEDERAL (Mês de abril de 1994)

Projetos aprovados e enviados à sanção
Projetos aprovados e enviados à promulgação
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados
Mensagens relativas à escolha de autoridades

SUMÁRIO DE MATÉRIAS APROVADAS PELO SENADO FEDERAL (Até o dia 30 de abril de 1994)

Emenda Constitucional promulgada pelas Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Decreto Legislativo promulgado pelo Presidente do Senado Federal

Projetos aprovados e enviados à sanção
Projetos aprovados e enviados à promulgação
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados
Mensagens relativas à escolha de autoridades

ATAS DE COMISSÃO COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

12ª Reunião, realizada em 19 de abril de 1994, às onze horas e vinte minutos.

Às onze horas e vinte minutos do dia dezanove de abril de mil novecentos e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador João Rocha e com a presença dos Senadores Ronan Tito, Esperidião Amin, Moisés Abrão, Gilberto Miranda, Carlos Patrocínio, Josaphat Marinho e Eduardo Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. O Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, a seguir, coloca em discussão a proposta de convidar o Senhor Ministro da Fazenda, Rubens Ricupero e o Senhor Presidente do Banco Central, Pedro Malan, a comparecerem perante esta Comissão a fim de debaterem com os Senhores Senadores questões relativas à política econômica brasileira. A Presidência submete ainda à apreciação dos Senhores Senadores requerimento de autoria do Senador Eduardo Suplicy que visa convidar o Doutor André Franco Montoro Filho, Presidente da Comissão Diretora do Programa Nacional de Privatização, a expor perante esta Comissão na presença dos economistas Amir Khair, Laura Calabi e Lucy Souza sobre o Edital de privatização da Embraer, que deve ser previamente aprovado pelo Congresso Nacional. Participam das discussões os Senadores Ronan Tito, Gilberto Miranda, Moisés Abrão, João Rocha, Esperidião Amin e Eduardo Suplicy. O Senador Esperidião Amin comunica sua intenção de enviar previamente, por escrito, ao Senhor Ministro da Fazenda e ao Senhor Presidente do Banco Central as questões de sua autoria que ficaram sem resposta por parte da equipe econômica do Governo quando de sua visita anterior a esta Comissão. O Senhor Presidente comunica que o Senador Gilberto Miranda já enviou suas indagações através do Plenário do Senado. Sua Excelência se oferece

para, na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, encaminhar as perguntas dos Senhores Senadores aos seus destinatários, sugerindo aos demais Senadores interessados que ainda não entregaram suas indagações por escrito que o façam. Fica acertada ainda, para o dia vinte e seis de abril, uma reunião com a presença do Doutor André Franco Montoro Filho, Presidente da Comissão Diretora do Programa Nacional de Privatização e dos economistas Amir Khair, Laura Calabi e Lucy Sousa, e uma reunião para o dia vinte e sete de abril com a presença do Senhor Ministro da Economia, Rubens Ricupero e do Presidente do Banco Central do Brasil, Pedro Malan. Constatando a ausência de quorum, o Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Senadores, encerrando a reunião às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador João Rocha, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Declaro aberta a reunião de hoje.

Antes de passar a palavra aos Srs. Senadores, queremos colocar que, na reunião passada, ficou a sugestão do Senador Esperidião Amin, ratificada também pelo Senador Gilberto Miranda, no sentido de que, logo após o dia 14 de abril, data fatal para a renegociação da nossa dívida externa, convocássemos novamente a esta Comissão o Sr. Ministro da Fazenda e o Sr. Presidente do Banco Central do Brasil para prestarem todos os esclarecimentos necessários sobre a assinatura desse acordo de rolagem da dívida.

Tivemos contato hoje com o presidente do Banco Central, Dr. Pedro Malan, ratificando a ele o que ficara decidido nesta Comissão e, hoje, estamos trazendo aqui a sugestão de convidá-los para amanhã, quarta-feira, a partir das 10h da manhã, ou, então, somente para o dia 27, quinta-feira da próxima semana, em decorrência de viagem do Dr. Pedro Malan aos Estados Unidos.

Portanto, colocamos em discussão esta sugestão, bem como o requerimento do Sr. Senador Eduardo Suplicy, solicitando que se convoque para comparecer a esta Comissão o Dr. André Lara Resente, Presidente da Comissão de Desestatização, a fim de prestar esclarecimentos sobre a privatização da Embraer. A Presidência desta Comissão distribuiu a todos os Srs. Senadores o edital, publicado no Diário Oficial da União, com todos os detalhes sobre essa privatização que estará sendo efetivada no final do mês de maio.

Em discussão os dois assuntos.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, eu gostaria de usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Sr. Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, penso que convinha privatizar primeiro a Embraer para depois discutirmos. Devo confessar um crime que cometi contra o meu País: quando se queria privatizar o Lloyd, Brasileiro, eu, unilateralmente informado pelo pessoal do Lloyd, achei que era um absurdo muito grande aquela privatização, naquela circunstância – isso já tem uns três ou quatro anos, salvo engano ou melhor juízo. Lembro-me até do meu discurso empolgado, enfatizando que as linhas de que o Lloyd Aéreo dispunha eram não apenas extraordinárias e históricas, mas havia também a questão da soberania, da bandeira brasileira, etc. Além do mais, o direito de aportar e tal, que corresponderia, por exemplo, a ter uma linha de ônibus. Vender os ônibus não era nada, o problema era o direito.

Acontece que o Lloyd agora está para ser privatizado. Quem dá dez centavos? Ninguém dá dez centavos em leilão ne-

nhum. virou sucata; não vale nada. E o que é pior: a dívida do Lloyd aumentou violentamente. Quem vai pagar? A Viúva. Não tem dinheiro para pagar os hospitais, que estão em *lockout* hoje; não tem dinheiro para tapar buracos; não tem dinheiro para pagar professores; paga mal aos militares e funcionários civis...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Paga os hospitais em espasmos.

O SR. RONAN TITO – Exatamente. E, assim mesmo, por espasmos provocados, porque, senão, nem por aí pagaria.

Não entanto, tem dinheiro para dispor de dez ou doze bilhões de dólares do Orçamento, todo ano, de maneira sub-reptícia, para que ninguém note que aquilo está indo e, de preferência, com aqueles Parlamentares de esquerda, porque são eles os santos guerreiros contra os dragões da maldade. Quando Maria Laura, que é do Distrito Federal, coloca dois bilhões de dólares para a Petrobrás comprar navios de 56 mil toneladas, diz-se: "Não; isso é um ato patriótico".

O SR. GILBERTO MIRANDA – Para navegar aí no Lago de Brasília.

O SR. RONAN TITO – Talvez seja para isso, Mas é para transportar petróleo para a Petrobrás; vai transportar de onde para onde? Da Barragem do Paranoá para o Cota Mil? Seria para isso?

Mais interessante ainda é o fato de que, se aparecer um navio mais barato de 64 mil toneladas, não pode, porque está carimbado: tem de ser de 56 mil toneladas. Por que tem de ser de 56 mil toneladas? Não pode ser de 60, nem 62, nem 64, nem 54. Quando se tentou questionar isso na CPI, argumentou-se: "Não; mas isso é patriótico; isso é para a Petrobrás!". Agora, se for para a saúde pagar hospitais, serviço médico, aí começa a chamar os hospitais de ... aliás, Sr. Presidente, vamos ter de questionar muito essa questão de ética no Brasil. Quando se começou a falar em ética na política, já comecei a colocar a tal de "mutuca". Por que ética na política? Ética departamentalizada? Ética na política, ética nos impostos não, não é Senador Esperidião Amin.

O Brasil sonega, os empresários sonegam. A média de 82 bilhões de dólares por ano, todo ano. Isso ninguém deve mexer porque, afinal de contas, o próprio Mário Amato já declarou publicamente que quem não sonega é trouxa, e Fernando Henrique, mais tarde, mostrou que ele tinha razão, porque, quando houve a execução da sentença pelo Supremo do Cofins, o que aconteceu? Ele deu 15 anos de prazo para aqueles que não pagaram; quem pagou, pagou, quem não pagou tem 15 anos de prazo, e os imbecis que pagaram... e o profeta Mário Amato, já tinha dito quem não sonega, neste País, é trouxa, e não foi preso, interessante!

O SR. GILBERTO MIRANDA – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Ronan Tito?

O SR. RONAN TITO – Pois não. Agora é Presidente Nacional da Confederação das Indústrias. Beleza, isso é que é País, enquanto isso vamos pregar ética na política, mas naqueles que não frequentam a esquerda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Mas Senador, V. Ex^a tem toda razão. Imagina que o ex-Ministro da Fazenda Fernando Henrique, hoje Senador, provou, realmente, que essa técnica funciona, porque quando ele passou as escrituras lá, segundo uma revista de grande circulação, ele também passou por um "Precinho" baixo, pagou menos Cisa, não teve origem do dinheiro. Então, quer dizer, o negócio é completo. Ministro também faz isso.

O SR. RONAN TITO – ... *au grand complet*. Muito bem, Sr. Presidente, vamos discutir agora essa questão da privatização da Emater, vou dizer a V. Ex^a.

O SR. GILBERTO MIRANDA – O requerimento que ia colocar... (inaudível.)

O SR. RONAN TITO – Quem assina? Por acaso é o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy? É, está certo.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Passo a ler, resumidamente: "considerando que a Resolução nº 30, de 1º-7-91 do Senado Federal, estipula que o edital de privatização da Embraer deve ser previamente aprovado pelo Congresso Nacional, vem requerer ao Sr. Presidente da Comissão Diretora do Programa Nacional de Privatização, Dr. André Franco Montoro Filho, convidado a expor, perante esta Comissão, na presença dos Economistas: Almir Caim, Laura Calabe e Luci Souza, que estudaram o assunto por solicitação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e dos Engenheiros daquela empresa, sobre os seguintes pontos que demandam melhor esclarecimento: metodologia utilizada para o cálculo do preço mínimo estabelecido pela Comissão Diretora para o leilão da Embraer, incluindo a discussão sobre a data-base utilizada e os critérios de redução do preço devido à dívida remanescente. O esquema financeiro pelo qual a União ressarce o Banco do Brasil no empréstimo de 407 milhões de dólares, parcela principal do saneamento prévio à privatização.

Esse estudo inclusive, parece que o Senador Moisés Abrão pediu vista a esse processo de privatização da Embraer, e tivemos também contato com o Ministro da Aeronáutica, e o pensamento do Governo realmente é da privatização, que, dentro da situação atual, o Governo pensa, através do Ministério da Aeronáutica, que é um órgão subordinado a Embraer, que, para viabilizá-la, nesse momento, a única saída seria buscar a forma da privatização.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, o expediente é sempre o mesmo, chama, quem conhece bem a questão da privatização são próceres do PT. Pessoas do Tesouro não são chamados, porque só são chamadas a comparecer na ora do déficit. Quando aprovamos aqui um *relending* de 425 milhões de dólares, está lembrado Senador...

O SR. MOISÉS ABRÃO – Nos últimos seis anos.

O SR. RONAN TITO – Nos últimos seis anos, um *relending*, o Banco do Brasil repassou 425 milhões de dólares, eu disse: aprovo sob condição, e o Senador Jarbas Passarinho disse o mesmo: se for alocado esse recurso para Embraer, tem que ser para prepará-la para privatização.

Todos concordaram, todos votamos, mas na hora de privatizar tem que chamar os próceres do PT, que têm que estudar, porque são eles que sabem das coisas. Como é que se chama aquela empresa que foi privatizada à época, tentou se privatizar à época do Presidente José Sarney, e o Lula foi lá, com seus ascetas, o Dr. Luiz Inácio Lula da Silva – porque ele pode ser Presidente da República daqui há uns dias –, não em doutologia já foi, isso há muitos anos. Ele é Doutor sim, porque o sujeito que tem 15 anos, não tem emprego, fica andando de jatinho para baixo e para cima e questiona a integridade e a moral de todo mundo, é doutor. Esse homem sabe de tudo, eu não sei mais nada. Tenho que trabalhar vinte e quatro horas por dia, meus filhos têm que trabalhar para subsistir. Para eu andar de jatinho, só se for de carona com meu amigo Gilberto, de vez em quando.

A Fábrica de Vagões em São Paulo – não tenho certeza – não foi privatizada porque o Lula pediu. A idade é um fato, Sr. Presidente. Essa senilidade... *Senatus* e *senilis*, é tudo parecido. Sei apenas que tiveram que privatizar na última hora, e o prejuízo do Brasil de 30 milhões de dólares. O seu Lula não compareceu para pagar e ninguém foi ao Tesouro Nacional para pagar.

O desprendimento com o dinheiro do Tesouro é uma coisa de louco. Não sou de ouvir ninguém. Acho que já ouvimos muito. Sou a favor da privatização imediata porque prezo muito essa empresa. Entendo que essa empresa apropriou muita tecnologia e se a deixarmos se transformar num novo Lloyd, vamos perder inclusive a tecnologia apropriada. Se a privatizarmos, com a condição de não carregarem a Embraer nas costas para fora...

Na ocasião da privatização da indústria automobilística espanhola, os esquerdistas foram até Felipe Gonzales – ele era socialista, mas segundo eles não eram esquerdistas – e lhe disseram: mas o senhor vai privatizar a maior indústria? Ele respondeu: se os alemães não levarem essa empresa nas costas para lá, ficarem com ela aqui, gerando emprego, apropriando tecnologia, trazendo tecnologia da Alemanha para cá, a Espanha somente tem a ganhar com isso. Os alemães da Volkswagen ficaram na Espanha mesmo, e aquele país está ganhando muito com isso.

A ex-Ministra Margaret Thatcher privatizou a British Avianco por dois bilhões de dólares. Deu de graça.

Quanto à MAFERSA, perdemos trinta milhões de dólares por obra e graça por um pedido do Sr. Lula, *et caterva*. Quem vai pagar por isso? O Tesouro Nacional. Ele é bonzinho. Não tem dinheiro para a saúde, para a educação, nem para pagar bem os funcionários, mas tem dinheiro para a Mafersa.

Sr. Presidente, entendo que temos que privatizar a EMBRAER logo. Essa empresa, verdadeiramente, desenvolveu projetos excelentes no Brasil. Eu apenas tenho uma dúvida quanto ao edital, no ponto que diz que o capital internacional somente pode entrar com 40%. Neste momento, reduz-se o número de licitantes. Meu Deus do céu! V. Ex^a, os Senadores Moisés Abrão e Gilberto Miranda sabem. Vamos admitir: entro lá e compro 60%. Se alguém compra 40% e de mim compra, em carteira, 40%, tem o controle. Mas, com esse item do edital, limita-se o número de licitantes. E quem comprar vai comprar mais barato? E quem "dança"? O Brasil, o Tesouro Nacional novamente.

Como é que abusam do dinheiro do povo desse jeito no Brasil? Isso é falta de respeito. E tudo isso capeado por um discurso lindo sobre o nacionalista, tudo muito subjetivo.

O que está acontecendo é que não querem consertar a Previdência Social; não querem, de maneira nenhuma, consertar a questão tributária. O que estão querendo é inviabilizar o Brasil porque eles somente navegam bem no caos.

No dia em que estabilizarmos a nossa economia e este Brasil começar a caminhar, qual será o discurso desse povo? Acaba o discurso. O discurso na democracia, quando há moeda estável e o País está em crescimento, tem que ser de projetos, de boas idéias, de criatividade, de governabilidade. Mas parece que isso não interessa.

Então, Sr. Presidente, finalizando, sou pela privatização imediata da Embraer através de leilão. É assim no mundo todo. Não vamos inventar a roda. Para os funcionários, dez por cento. Aliás, isso faz parte de um discurso meu de 1988. Sabe o que está fazendo agora o Presidente da Bolívia: o controle acionário das empresas é de quem arremata. Os trabalhadores ficam com 40% das ações. Por quê? Diz ele que é porque aquelas empresas foram construídas – e acredito – com sacrifício do povo boliviano. Mas, infelizmente, eles não têm como gerir.

Sabe como é a compra? É interessantíssima, Sr. Presidente. Estima-se 51%, digamos, de uma empresa, que custa 100 milhões de dólares. Pensa V. Ex^a que o sujeito pega esses 100 milhões e entrega para Governo? Não. Ele capitaliza a empresa com 100 milhões e passa a administrar a empresa. O que ele quer? Claro, ele quer criar interesse para as empresas. Mas, isso é muito para nós aprendermos com o Presidente da Bolívia. Há um outro exemplo

para dar para o Brasil. Quando este presidente falou que ia derrubar a inflação no seu País – ela estava em 32% – ele se sentou na cadeira e fez um Plano, enquanto a inflação não caiu para 9% ao ano, ele não levantou da cadeira e saiu.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Então, está igual ao Presidente Itamar Franco. Sua Excelência está sentado na cadeira o tempo inteiro.

O SR. RONAN TITO – Está certo. Sr. Presidente, agora quero registrar um fato altamente positivo.

Passei a acreditar no Plano, no Real porque agora tem um gerente sério que se chama Rubens Ricupero. Esse homem é absolutamente sério. Leio o Recupero há uns 15 anos, são excelentes os seus textos.

Vou trazer um artigo dele que foi escrito quando era embaixador do Brasil nos Estados Unidos, onde S. Ex^a faz a mensuração das perdas do Brasil nas exportações de mercadorias do Brasil para os Estados Unidos. Ai, você fala: esse cara é comunista. Não. Ele mensura tudo direitinho: tantos dólares por hectolitro de suco de laranja, tanto disso, tanto daquilo, nós exportamos tanto, perdemos tanto. Tenho esse artigo em casa. É uma beleza, é um primor.

Esse homem é sério comprometido com o País. Agora estou acreditando. Se dermos apoio a Rubens Ricupero, vamos ter estabilidade, pois temos um homem absolutamente sério. Sério, mas sério mesmo. Ele é também um homem preocupado com a exatidão das coisas. Tudo que falamos com o Ministro Ricupero ele vai estudar até o fundo para ver se temos razão ou não. Não tenham dúvidas disso. A equipe técnica é boa e agora temos um administrador disso.

Sr. Presidente, pela privatização da Embraer, sem mais delongas..

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Senador Moisés Abrão, a respeito do requerimento do Senado Eduardo Suplicy.

O SR. MOISÉS ABRÃO – O pedido de autorização de privatização da EMBRAER, cujo parecer do Senador Eduardo Suplicy é contrário, vejo que essa convocação nada mais é do que prorrogar a discussão e a aprovação da Embraer. Não vejo razão alguma para se convocar aqui para debater um assunto que já está extremamente debatido e esgotado.

Acho que agora é aprovar a autorização para privatizar a EMBRAER e como diz muito bem o Senador Ronan Tito, encerrar essa página que tanto prejuízo tem trazido à Nação.

O meu voto é contrário à convocação de alguma pessoa para vir aqui debater sobre aqui sobre a privatização.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sou contra a vinda a este plenário. Sou muito mais favorável que se acelere realmente a privatização. Como V. Ex^a teve a oportunidade de ver na reunião do GATT que participamos agora. O próprio Marrocos está privatizando tudo, está privatizando as aciarias e até estradas agora. Uma estrada que ele está querendo fazer de 300 quilômetros, que vai de Casablanca a fez. O Governo dá exploração para qualquer grupo. Não interessa. Aquele que levar dinheiro, ele compra, independente se tenha participação de empregado, se não tenha, a ordem realmente, é privatizar.

Quanto mais tempo demorarmos para privatizar a Embraer, mais insegurança para os funcionários, mais insegurança na região, mais distante tecnologicamente vamos ficar das companhias que estão investindo. Realmente, independente de quem venha comprar a Embraer. Deus queira que fosse um Boeing, com certeza, ia se fabricar muito mais, ia gerar muito mais impostos na localidade de São José dos Campos, ia gerar impostos federais, pagamento de Imposto de Renda – o Senador Ronan Tito bem

aborda sempre que se fala em privatização, e cita a Acesita e todas as outras –, quer dizer, o Estado já é sócio, dando emprego, já é sócio, recebendo tributo, gerando riqueza. Então, não temos que chamar absolutamente ninguém.

Não podemos entrar nessa estória do PT: toda vez chamar alguém para ficar explicando isso, para explicar aquilo.

Protelar, protelar, protelar: não, nós temos que privatizar já, urgente.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Vamos, também, agora, colocar aqui em discussão a visita do Ministro Ricupero, mas seria uma visita por convite e não por convocação.

Eu acho que é a oportunidade para ter um relacionamento maior com a Comissão.

O Senador Ronan Tito acha que amanhã, às 10h, seria um horário ideal, viriam ele e o Presidente do Banco Central.

O Senador Gilberto Miranda, tem um requerimento já aprovado para trazer o Ministro ao plenário. Sabemos que a finalidade da Comissão é econômica, então bem específico.

Quero contar com a colaboração de V. Ex^a, porque não seria uma convocação, mas sim para sentirmos, neste primeiro momento, o comportamento do Ministro. A transparência que S. Ex^a deu hoje, num artigo que está na Folha de S. Paulo, achei muito interessante, lá neste artigo S. Ex^a expressa o que pensa. Nesta oportunidade também convidaríamos o Presidente do Banco Central, já que S. Ex^a ficou nos devendo essas informações após o dia 14. S. Ex^a viaja nesta semana, dessa forma teríamos a oportunidade de somente no dia 28.

Na Casa há um projeto, uma medida de resolução que trata da URV, que está atrelada à fase III do Plano FC, ou do Plano Itamar...

O SR. GILBERTO MIRANDA – Isso foi aprovado pela atuação do Senador Ronan Tito.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Então, acredito que seria oportuno, mas para isso eu quero contar com a colaboração dos Srs. Membros da Comissão.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Senador, com a palavra.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, acho que trazer Ministro da Fazenda e trazer o Presidente do Banco Central para S. Ex^a contar estória para nós não resolve.

Acho que o ex-Ministro da Fazenda veio aqui, sentou à sua direita – até foi relativamente descortês com este Senador – não falou nada, não mostrou nada, não disse nada, como tinham sido realizadas as operações da compra dos bônus de trinta anos.

O Senador, hoje, Fernando Henrique Cardoso omitiu do Senado, e acho que até mentiu no plenário, porque em várias vezes que S. Ex^a esteve presente eu fiz a pergunta: "Onde estão as reservas do Brasil? Quanto estão rendendo essas reservas?" E S. Ex^a disse que as reservas estavam no Banco Central da Basileia, o Banco Central dos bancos centrais, e aplicado a 3,14.

Não era verdade, porque nessa época S. Ex^a já havia dado autorização para Pedro Malan, já estava comprando títulos e os títulos estavam rendendo mais, e nós não sabíamos disso, e dinheiro tinha saído da Basileia para ir para os bancos e para corretoras no Mundo, que até hoje o Congresso não sabe, como foi passado, se foi passado o dinheiro antes, se foi passado o dinheiro depois, para comprar, dinheiro que poderia ser até arrestado, dado que o Brasil estava inadimplente no Mundo inteiro, sem o acordo da dívida.

Então, eu sou muito favorável que o Sr. Ministro venha aqui, venha ao plenário, mas que não venha mais com conversa. Que o Presidente do Banco Central não venha mais com estória.

O prazo já passou, o acordo já foi assinado.

Eles têm que mandar para nós, previamente, para os oitenta e um Senadores, para os vinte e sete Senadores da Comissão de Economia, uma pasta completa.

Eu já fiz um requerimento ao Ministro e ao Presidente do Banco Central:

1 – Como foi a escolha dos bancos ou corretoras que agiram em nome do Brasil para comprar esses títulos?

2 – Qual a comissão paga?

3 – Qual a forma de transferência desses recursos?

4 – Quanto custou cada título?

5 – Quando começaram a ser comprados esses títulos?

6 – Qual a variação de preço?

E assim sucessivamente.

Nós temos que receber uma pasta completa, o Banco Central tem computadores, o Banco Central tem gente, o Banco Central tem toda a estrutura para imprimir um bloco completo de informações totais para nós sabermos se o Ministro da Fazenda, então, na época, falou a verdade, omitiu ou mentiu no plenário do Senado, porque todos os discursos do Sr. Ministro nessa época diziam que o Banco Central, que o governo americano iria uma emissão de bônus para trinta anos.

Dizia o Sr. Ministro que era uma emissão igual a que foi feita para o México, para a Venezuela e para a Argentina. Dizia que não teria custo, porque essas emissões são diretas, de governo para governo. Dizia o Sr. Ministro que haveria um *advancing* do Fundo Monetário Internacional e nada disso era verdade, quando ele discursava no Senado ou quando respondia às perguntas nesta Comissão e no plenário para os Srs. Senadores, pois ele já havia dado ordem ao Presidente do Banco Central. O Brasil, desde o fim de setembro e início de outubro, comprava bônus de trinta anos. Em nenhum momento ele pensou em uma emissão privada do governo americano, que custaria muito menos recursos.

Desconhecemos quais os critérios de contratação das corretoras e por isso acho que o Sr. Ministro deveria vir a esta Comissão, gostaria que viesse ao plenário do Senado, com todos os Srs. Senadores presentes, com a presença do hoje Senador Fernando Henrique Cardoso e, de preferência, com a assistência do Sr. Pedro Malan, para sabermos o que aconteceu: se se omitiu, se se mentiu, enfim, o que tem por trás de tudo isso.

Quando ele esteve aqui, disse que, depois do dia 15, assinando o Plano, poderia mandar todas as informações. Se tivesse boa intenção, hoje é dia 19, poderia ter chegado, na segunda-feira ou hoje pela manhã, um fax, ou um documento do Banco Central com todas as informações. Se nós os apertarmos, eles não darão nenhuma informação. Essa história da compra de 2,8 bilhões de dólares de bônus é mal contada, fabulosa, por isso temos de exigir documentos, provas.

Sr. Presidente, sou favorável a que o novo Ministro, a quem tenho todo respeito, venha aqui, pois ele não tem compromisso com as histórias do ex-Ministro. Espero que venha aqui com tudo, que previamente tenhamos recebido e analisado os documentos para podermos fazer perguntas ao Sr. Pedro Malan, Presidente do Banco Central, e para o Sr. Ministro. Prefiro que percamos uma semana que, na verdade, não estaremos perdendo; estaremos ganhando, para termos perguntas objetivas.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A Presidência da Mesa fará chegar ao conhecimento do Sr. Ministro e do Sr. Presi-

dente do Banco Central este pedido. Nesta reunião é fundamental a presença do Presidente do Banco Central e do atual Ministro.

O SR. GILBERTO MIRANDA – E que ele responda o requerimento que fiz, com todas as informações necessárias para análise do Senado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Vou contactar hoje e pedir que essas informações cheguem a esta Casa ainda hoje, no máximo amanhã, para distribuí-las. Vamos sugerir uma reunião para quinta-feira, dia 28 de abril, porque ele vai viajar para os Estados Unidos e gostaria que estivesse presente.

O SR. RONAN TITO – Na quinta-feira, dia 28, está marcada a presença do presidente da Febraban, que virá depor sobre evasão fiscal e contas fantasmas. A reunião poderia ser mudada para outro dia.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Poderia ser dia 27. Se não for possível fazer a reunião pela manhã, poderemos fazê-la à tarde.

O SR. GILBERTO MIRANDA – De preferência que, ainda nesta semana, mandem todas as informações.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Certo. Vamos levar hoje ao conhecimento do Ministro e do Presidente do Banco Central. Temos a ata com a solicitação de V. Ex.^a e do Senador Esperidião Amin.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Essa ata é daquela reunião em que ele esteve aqui?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Sim. V. Ex.^a acrescentou mais alguma coisa?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Não, depois disso fiz um requerimento, consultei autoridades internacionais em moedas, em bônus, que me deram uma aula de como fazer o requerimento e o fiz muito bem detalhado. Se V. Ex.^a desejar, peço que minha assessoria o encaminhe a esta Presidência.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – V. Ex.^a poderia mandá-lo. Mas, parece-me, que já foi aprovado pela Mesa.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Acredito que sim. Se o Presidente do Banco Central, juntamente com o Ministro, mandaram essas informações com três ou quatro dias de antecedência, para que possamos analisar e fazermos consultas para constar se aquilo realmente está correto, teremos condições de saber se o atual candidato à Presidência da República pelo PSDB, quando fez brincadeiras, se, efetivamente, consultando os Anais do Congresso, falou a verdade ou mentiu. Na minha opinião, de cara, ele omitiu. No entanto, acredito que o pronunciamento de S. Ex.^a vai além da omissão.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

Colocamos aqui o requerimento do Senador Eduardo Suplicy pedindo a presença do Presidente da Comissão de Desestatização. Todos os presentes foram contra o requerimento, alegando que as informações que constam do edital e outras são suficientes para a privatização. Queria saber a opinião de V. Ex.^a

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, não tenho objeção alguma à convocação do Presidente da Comissão de Desestatização para tratar desse assunto, que é pertinente à Embraer. A propósito desse último tópico, que estava sendo aqui abordado, o de reiterar o que consta da página CC-14 das notas taquigráficas da reunião do dia 24 de março de 1994, em que digo o seguinte, depois de ter feito as perguntas sobre a compra dos bônus no mer-

cado secundário – e quero lembrar que o convite ao Ministro e ao Presidente do Banco Central foi endereçado por V. Ex^a por sugestão, por solicitação minha, fiz as perguntas. Diante da impossibilidade de responder e com o alerta que fez, naquela oportunidade, o nosso prezado Senador Ronan Tito, eu disse, textualmente, o seguinte: "Quero, por isso, assinalar o seguinte; não vou requerer que a reunião se transforme em secreta". Porque o Senador Ronan Tito tinha esclarecido que nem sempre o que vira sessão secreta se transforma em não divulgado. Já tínhamos um antecedente, que ele lembrou, naquela oportunidade. "Então, não se transforma em secreta, mas como, ao que tudo indica, vão dizer que não podem responder a essa ou aquela pergunta, quero que elas fiquem registradas para que depois, no dia 15, sejam respondidas".

Diante disso, o próprio Ministro disse, às pp. 17: "O Presidente do Banco Central dirá a V. Ex^a o que puder se dito a respeito das outras questões". Entretanto, o Ministro assegura que depois do dia 15 de abril as informações serão minuciosas, porque isso tem de ser feito com esse critério. "E concordo inteiramente com V. Ex^a", disse o então Ministro Fernando Henrique Cardoso, dirigindo-se a mim.

Finalmente, na minha última intervenção, torno a repetir, às pp. 18: "Entendo que isso pode ser esclarecido hoje ou depois do dia 15".

Por tudo isso, e sem mencionar aqui as intervenções dos Senadores Gilberto Miranda e Ronan Tito, só quero encerrar essa minha digressão para dizer que o Senador Gilberto Miranda disse, às páginas 19 o seguinte: "Aproveito a oportunidade e faço minhas as palavras dos Senadores Esperidião Amin e Ronan Tito: V. Ex^a não tem necessidade de dar explicações hoje, espero recebê-las, por escrito, após o dia 15".

Então, não quero fazer novas citações, mas houve um acordo para que não se transformasse a reunião em secreta, pelas razões que já expus. Mas ninguém abriu mão de ter as respostas. De forma que quero instar V. Ex^a a marcar a data para as respostas. Se vai ser em reunião secreta ou em reunião pública...

O SR. GILBERTO MIRANDA – Temos que saber o que foi feito, a imprensa e a população tem que saber.

Levaram à privatização, entendo ser interessante ouvirmos o Presidente da Comissão Diretora de Privatização, bem como o Ministro da Aeronáutica. Na oportunidade, se isto for aceito pela Comissão, gostaria que estivessem presentes – eventualmente para dialogarem com André Franco Montoro e o Ministro da Aeronáutica – economias que, a pedido do sindicato dos metalúrgicos e dos engenheiros da Embraer, fizeram estudos relativamente ao processo de privatização e avaliação do patrimônio.

Nesse sentido, Sr. Presidente, estará o Congresso Nacional cumprindo muito melhor com o seu dever e a sua responsabilidade se aqui ouvir o Presidente da Comissão Diretora e o Ministro da Aeronáutica. Foi o próprio Ministro Henrique Hargreaves quem me sugeriu fosse ouvido aqui o Ministro da Aeronáutica, porque ele é quem conheceria melhor este tema.

Sabemos que a questão da privatização da Embraer tem gerado muita polémica, e o próprio processo também. Assim, avalio que esta Comissão estará melhor cumprindo a sua função se ouvirmos o Sr. André Franco Montoro Filho e o Ministro da Aeronáutica, sendo facultada, na oportunidade, a presença das pessoas citadas no requerimento, que são: Amir Antônio Khair, Laura Calabi e uma outra senhora economista.

Seria importante também a presença da Prefeita de São José dos Campos, que muito tem se interessado, dados os efeitos que a privatização da Embraer acarretará à comunidade de São José dos Campos.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar a importância dessa sugestão, que pode ser feita na forma de um convite, por um consenso da Comissão. Peço aos meus Colegas que reflitam melhor sobre essa questão, porque em nada prejudicará a Comissão, ao contrário, fará com que cumpramos melhor a sua finalidade.

Reiterei ao Presidente Itamar Franco que quando insisti que viesse para cá o edital não era propriamente uma atitude contra a privatização da EMBRAER, mas era para que o Congresso Nacional soubesse bem como é que ela está se procedendo, e para dar oportunidade às pessoas de todas as opiniões de se pronunciarem após o melhor conhecimento da questão estando conscientes do procedimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Quando à lista de nomes, também não sei se tem que ser essa; mas não faço nenhuma objeção a que haja uma sessão pública, digamos assim, para isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Em um outro dia, claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Que não seja no dia 27; mas eu concordo.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Poderia ser na semana seguinte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A privatização é no dia 20 de maio.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sim, no dia 20 de maio, se não for adiada. Há rumores de que...

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Estive com o Ministro da Aeronáutica, e numa reunião informal ele me externou que o pensamento dele era aquele realmente expresso no edital. Ele teve participação direta na elaboração do edital e, até no último momento, algumas alterações ele conseguiu fazer.

Ele disse-me que manteve e mantém um relacionamento permanente lá no Ministério, por ter colocado à disposição toda a sua assessoria para discutir com a Prefeita e com todas as pessoas envolvidas; e disse que esse relacionamento já vem de há muito tempo, inclusive porque ele considera a Embraer como uma filha. Ele disse que tem um amor muito grande pela empresa, já que lutou por grandes projetos, grandes aquisições.

O que ele pensa nesse momento, na realidade que está aí, é que a melhor solução é aquela que ele externou ali no próprio edital; mas se precisar convidá-lo vamos ver, porque o convite não gera a obrigação, de acordo com o regimento.

V. Ex^a havia falado que iríamos lá para tratarmos de outros assuntos, tinham colocado antes em votação, e o último a votar foi o Senador Esperidião Amin, que chegou depois, mas submetemos ao Senador; não sei como é que é o aspecto do Regimento, se a sua decisão, no caso aqui...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Em se tratando de convite, se houver consenso...

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Seria mais uma questão de consenso. No dia 26 há reunião ordinária; pode ser nesse dia, já que também não há sessão do Congresso.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Poderia ser no dia 26.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Na quarta-feira há sessão do Congresso a partir das 14h.

O SR. EDUARDO SUPLICY – No dia 26, inclusive, não há sessão do Senado pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Como V. Ex^a é pessoa diretamente ligada, a sugestão de V. Ex^a seria uma liberalida-

de, porque é convite; nós convidaríamos pessoas relacionadas. Deixaria, por exemplo, o ministro e então convidaríamos o Dr. André Franco Montoro e os economistas que tiveram participação na elaboração desse material.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Tudo bem. a sugestão de convidar o Ministro é do próprio Ministro Henrique Hargreaves.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Mas se sentirmos lá nessa reunião que há necessidade de uma forma só... A observação dele foi de que teve participação direta em tudo o que está ali. Ele não teria mais nada a tratar, dentro dessa realidade de hoje. O que ele quer é a sobrevivência da empresa. Ele considera que, diante da tecnologia implantada e do investimento que o Governo fez, ela tem que realmente ser viabilizada pela empresa privada.

Então, já fica autorizada para às 10h da manhã do dia 26, terça-feira.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Em havendo tempo, depois se prossegue para a reunião ordinária.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Nós estamos aqui mais na reunião informal, porque nós não temos *quorum* para decidir.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, acho que seria interessante que no convite ao Pedro Malan e o ministro Ricupero fosse explicitado bem o que é que se quer, para que S. Ex^a não venham aqui com informações para depois...

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Nós colocamos bem claro aqui as perguntas que foram feitas e o Senador Gilberto Miranda fez um requerimento escrito também. Até pedi a S. Ex^a que encaminhasse cópia disso também à Mesa para distribuímos.

O SR. EDUARDO SUPPLY – (inaudível)... daquelas e outras correlatas.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Exato.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Para sabermos quanto é que foi gasto (inaudível).

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Claro. é deságio e uma série de informações técnicas. Há *spread* também, porque aí entra agio.

Agora, porque nós temos um requerimento aí, ficaram bem claras as perguntas do Senador Esperidião Amin, porque as fez com clareza e foi inclusive por escrito, uma por uma. E o Senador Gilberto Miranda alega que, além das perguntas do Senador Esperidião Amin, S. Ex^a acrescentou as dele; e nós já pedimos a S. Ex^a que nos encaminhasse para distribuir a todos os senadores, porque achamos muito importante o ministro já chegar aqui sabendo quais as informações que nós vamos querer, inclusive para ter condições de prestar os esclarecimentos necessários.

Acho que a sugestão é válida. Ele já tem as perguntas do Senador Esperidião, e vamos ver o requerimento do Senador Gilberto Miranda.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Ele foi redigir?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Não, a Mesa já aprovou o requerimento de S. Ex^a e já foi encaminhado. S. Ex^a ficou de nos encaminhar cópia. Estou sendo informado pela Secretaria que a cópia já se encontra na Comissão e será distribuída aos membros. Dia 27 já é um prazo realmente suficiente para que o governo venha com as informações.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, até para facilitar, eu gostaria de acrescentar alguns pedidos de informação ao

Ministro da fazenda e ao Sr. Pedro Malan, para que eles já venham com as informações...

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Sim, é muito mais importante para S. Ex^a do que para nós.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Eu poderia apresentar por escrito à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Pode apresentar por escrito, e eu encaminho a S. Ex^a (inaudível).

Vamos ver se a complementação que V. Ex^a está pedindo não coincide, senão não há por quê. Assim já damos para a assessoria do Banco Central levar, agora.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Eu gostaria de externar, aqui, aos meus pares, uma preocupação adicional.

Sr. Presidente, hoje está na imprensa que o Senador Fernando Henrique propôs, ontem, que a data de emissão do Real seja dia 1º de julho.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – O Ministro da Fazenda concordou com isso.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – O ministro reuniu-se com a equipe. Hoje, o ministro publica um artigo, na *Folha de S. Paulo*, mencionando que a emissão do Real vai ser baseada em reservas.

É a primeira vez que ele explicita a maneira do Real, em que pese, ainda no domingo, no jornal *O Globo*, S. Ex^a disse, de forma diferente, que estava considerando sugestões, proposições dos mais diversos economistas sobre a questão do lastreamento do Real. Ora, o Ministro está definindo isso.

Acrescentaria, como propósito da nossa reunião, que além de explicações sobre a dívida externa brasileira, o acordo com os credores internacionais, venha o Ministro à Comissão de Assuntos Econômicos discutir o programa de estabilização, a fase três, as regras de emissão e lastreamento do Real, porque esses temas estão relacionados.

Quero citar aqui que solicitei do Presidente Pedro Malan que demonstrasse em que medida, em decorrência do novo acordo da dívida externa ou da conclusão do acordo, estava sendo respeitada a capacidade de pagamento do setor público, ou seja, em que medida os juros da dívida externa eram de tal monta a que fosse respeitada a capacidade de pagamento do setor público.

Ora, o Presidente Pedro Malan encaminhou-me informação de que como fonte de capacidade de pagamento teremos em 1994 4,5% de superávit primário, em 1995 2,76% em relação ao PIB. Financiamentos externos – 0,27%, financiamentos internos – 0,55%. Mas como usos estão 5,83% do PIB, em 1994, e 2,94%, em 1995. Acumulação de reservas, em 1994, 1,33%. Juros da dívida externa 0,75%. Juros da dívida interna 3,75%. Isso vai requerer, em termos de emissão de moeda, em 1994, 1,33%. As exigências de emissão de moeda para fazer frente a juros da dívida externa de 0,99% do PIB, e da dívida interna de 1,78% serão da ordem de 1% do PIB.

Gostaria de saber do Ministro e do Presidente Pedro Malan em que medida a emissão de moeda, da ordem de 1,33% do PIB em 1994 e 1,0 do PIB, em 1995, será consistente com o programa de estabilização? Como procurarão compatibilizar isso? Em vista também das grandes modificações na economia internacional, o acréscimo na taxa de juros que vem sendo administrada pelo Federal Reserv World, das autoridades monetárias norte-americanas, qual é o efeito disso sobre o setor externo da economia brasileira? Em que medida isso vai alterar, eventualmente, os juros da dívida externa brasileira, o serviço da dívida externa, em que medida isso

pode afetar ou não o programa de estabilização, e como o Ministro Rubens Ricupero reitera que tem preocupação, não apenas com a estabilização, mas também com o aspecto social. Então, eu gostaria que a presença de S. Ex^a aqui fosse para discutir a política econômica no seu âmbito mais compreensivo. Para que aqui responda questões relativas ao acordo com a dívida externa, ao programa de estabilização e questões relativas à maneira como será atacada a miséria e melhorada a distribuição de renda no País. Poderíamos aproveitar a oportunidade para debater sobre essas questões.

Sendo aceita essa sugestão, formularei, por escrito, o que acabo de dizer encaminhando a V. Ex^a e à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Há mais alguma sugestão sobre a vinda do Ministro?

A Secretaria passará à Assessoria do Banco Central as colocações do Senador Eduardo Suplicy.

Poder-se-ia tirar umas três cópias.

O Senador Moisés Abrão foi o Relator do IAA, mas há uma norma sobre...

O SR. EDUARDO SUP LICY – Eu tenho material aqui.

A matéria entrou em pauta? Foi votada?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A matéria está em regime de urgência. Há uma sugestão dos Senadores Esperidião Amin e Pedro Simon.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Deixei um recado na sala do Senador Pedro Simon. Penso que S. Ex^a, como líder do Governo, não deveria concordar com isso.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Há o envolvimento de muito dinheiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Ainda mais agora que o Senador ainda não deu o parecer.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Está mandando um substitutivo ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Não há mais discussão aqui na Comissão.

O SR. MOISÉS ABRÃO – Vamos ver se entramos num acordo com o Senador Pedro Simon, no sentido de se prorrogar isso por uma semana, para podermos debater sobre esse assunto aqui na Comissão.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Mas eu tenho um parecer contrário.

O SR. MOISÉS ABRÃO – V. Ex^a tem um voto em separado, não é?

O SR. EDUARDO SUP LICY – Tenho um voto em separado.

O SR. MOISÉS ABRÃO – V. Ex^a apresentaria esse voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Isso iria ao Plenário ou à Comissão?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – V. Ex^a apresentou o voto em separado?

O SR. MOISÉS ABRÃO – Não, Senador Eduardo Suplicy, o seu voto em separado não está no processo. Tomei conhecimento do seu voto em separado através da Assessoria. Mas o voto não está no processo, a menos que tenha sido anexado agora. Só havia três emendas do Senador Gilberto Miranda no processo. Há o his-

tórico de toda a operação, porque o projeto não está com maiores justificativas. Tudo o que encontrei na documentação, que requeri ao Ministério da Fazenda e que diagnostiquei, coloquei...

Ninguém poderá dizer que não conheceu a operação; eles não mandaram absolutamente nada. Tratava-se de um projeto sem maiores explicações.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Então, o parecer só pode ser apresentado na discussão.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – V. Ex^a recebeu a cópia?

O SR. EDUARDO SUP LICY – Eu a recebi agora.

O SR. MOISÉS ABRÃO – Vou apenas verificar para ver se está tudo certo. Eu recebi a cópia agora, mas ainda não a li. Vou verificar se não há algum erro.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Chegará uma cópia do meu parecer.

O SR. MOISÉS ABRÃO – Isso seria bom.

Aqui há um histórico de toda a operação. Pedi a documentação, para que se tomasse conhecimento de tudo que se passou, porque o projeto veio do Executivo sem maiores explicações, apenas com um pedido de autorização.

Eu só não coloquei, porque mandaram de volta para ser novamente analisado. Eu coloquei em juízo.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Eu não recomendo que isso seja aceito. Então, o meu parecer é contrário. Vou ler com atenção. (INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO.)

(Levanta-se a reunião às 12h34min.)

(*) 8ª Reunião, realizada em 14 de março de 1994, às 15h25min.

Às quinze horas e vinte e cinco minutos do dia quatorze de março de mil novecentos e noventa e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos sob a presidência do Senador João Rocha e com a presença dos Senadores João Calmon, Affonso Camargo, Raimundo Lira, José Richa, Dirceu Carneiro, Esperidião Amin, Gilberto Miranda e Eduardo Suplicy. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, a seguir, comunica que a reunião destina-se a um debate sobre "O Programa Econômico do Governo", com a presença dos Senhores Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda, Edmar Bacha, Assessor Especial de Política Econômica, Gustavo Franco, Diretor da Área Internacional do Banco Central do Brasil, os Professores Mário Henrique Simonsen e Paulo Roberto Nogueira Batista Júnior e da Professora Maria da Conceição Tavares. Após tecer algumas considerações sobre o tema, Sua Excelência passa a palavra aos convidados. Encerradas as exposições, tem início o debate. Participam, além dos expositores, os Senadores Eduardo Suplicy e José Richa. Encerrados os debates, o Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores convidados, parlamentares e do público presente e, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será publicada em conjunto com as suas notas taquigráficas. – Senador João Rocha, Presidente da Comissão.

(*) Republicada por haver saído com incorreções no DCN – Seção II – de 18-3-94.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Srs. Senadores, temos a honra de receber neste momento, no plenário desta comissão, como convidados ilustres, o Senador e Ministro da Fazenda,

Dr. Fernando Henrique Cardoso; o ex-Ministro da Fazenda e Planejamento, Dr. Mário Henrique Simonsen; a Economista e Professora, Dr^a Maria da Conceição Tavares; e o Economista Paulo Nogueira Baptista Júnior, para o importante debate com V. Ex^{as}, sobre o plano de estabilização da economia brasileira, no momento já em franca execução.

Os Poderes Executivo e Legislativo não podem mais frustrar o sonho da população brasileira de acabar com a verdadeira indústria da inflação e dos elevados juros reais, enfim, da ciranda financeira que só vem beneficiando uma pequena minoria concentradora de renda e de poder.

Os nossos acentuados problemas econômicos e sociais não cabem mais no laboratório dos planos mágicos, mas, ao contrário, pede um verdadeiro e sincero diagnóstico que seja capaz de apontar reformas estruturais profundas, onde se inclua o equilíbrio definitivo das contas públicas e de dar início de todo um trabalho de reconstrução nacional.

Precisamos construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantindo o desenvolvimento nacional através de um amplo entendimento em favor do crescimento da economia e, conseqüentemente, das melhorias das condições do bem-estar social.

Em síntese, precisamos nos reencontrar com o processo de desenvolvimento auto-sustentando, que não somente encare os drásticos problemas da distribuição de renda, como também garantir um novo salto tecnológico e o nosso aprimoramento na captação de recursos externos que fortaleçam a competitividade e produtividade dos nossos produtos.

Neste momento há um esforço nacional para que, com a estabilização da tão sonhada economia, o capital especulativo e selvagem não dilapide a poupança e os investimentos produtivos, esperança das gerações de novos empregos.

A nossa taxa de crescimento, entre 1970 e 1987, foi superior à do Japão e dos Estados Unidos, e esse crescimento precisa ser retomado não apenas em termos quantitativos mas, principalmente, assumindo características qualitativas que impliquem em melhorar a distribuição de renda entre os agentes econômicos.

O modelo concentrador de renda favoreceu, essencialmente, aos banqueiros nacionais e internacionais, aos oligopólios, aos monopólios e aos vários segmentos cartelizados no mercado.

O nosso País precisa voltar a produzir competitivamente, explorando melhor as suas potencialidades e abandonando, de uma vez por todas, as táticas meramente recessivas apoiadas no capitalismo monetarista de busca da estabilização a qualquer custo e somente isso.

Não queremos uma explosão de demanda, mas temos que pensar, com urgência, em mecanismos criativos de melhoria do nível de oferta e do gradual fortalecimento do poder aquisitivo da população.

Sem nenhum apelo neokeynesiano, numa hora em que a onda é a privatização e a saída estratégica de cena do Estado, entendemos que o Executivo e o Legislativo podem e devem ainda capitalizar grandes transformações sociais e ainda assim acreditamos possível o sonho de Raúl Prebisch, de uma América Latina desenvolvida, não sujeita a perversas trocas no mercado internacional.

Temos, decisivamente, de encarar nossa situação de extrema pobreza, os nossos 32 milhões de famintos e mais 60 milhões de pobres que vivem em baixíssimo nível de consumo, mesmo para padrões latino-americanos.

Não é mais possível, simplesmente, querer-se reduzir drasticamente o consumo, em todos os segmentos e em todos os níveis, para fazê-lo atuar como um mero regulador de preços, sem atentar para as suas conseqüências sobre os índices de mortalidade

infantil, de desnutrição e da proliferação de doenças derivadas da fome.

O Governo, que, neste momento, se lança em busca de uma nova moeda, o real, deve adotar também conduta realista de abandonar de imediato o apelo patriótico como forma de obter a adesão do empresariado para conter as altas de preços.

O empresário deve ser visto como pessoa jurídica que busca o lucro e que reage como função dos mecanismos econômicos postos em execução; mas deve se exigir desse empresário o estrito cumprimento das leis, incluindo-se aí aquelas que se referem aos abusos econômicos e as que visam a proteger a economia popular.

Os abusos devem ser reprimidos pela sociedade com excessivo rigor, mediante aplicação de pesadas multas e até mesmo cadeia para os infratores mais audaciosos. Para se efetivar uma conduta nesse sentido, exige-se a prévia coibição do clientelismo, um controle social sobre o comportamento predador dos monopólios e dos oligopólios.

O Congresso Nacional, num gesto ousado e consciente, está, neste momento, ao lado do Poder Executivo e de toda a sociedade, em busca de um amplo entendimento nacional e de um reencontro com a cidadania. Temos certeza de que esse debate de hoje ampliará ainda mais o nosso conhecimento na defesa de um plano de estabilização da economia, aberto a uma reconstrução nacional que poderá vir, em seguida, a ser capaz de atender aos anseios da maioria do povo brasileiro.

Essas são as considerações iniciais que eu queria fazer como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa.

Dando início aos trabalhos de hoje, concedo a palavra ao Ex^o Sr. Dr. Fernando Henrique Cardoso, digníssimo Ministro de Estado da Fazenda, para uma exposição de 15 a 20 minutos. Posteriormente, ouviremos o digníssimo ex-Ministro Mário Henrique Simonsen, a economista Maria da Conceição Tavares e o economista Paulo Nogueira Baptista Júnior. Após esses esclarecimentos iniciais, a palavra e o debate ficarão franqueados aos Srs. Senadores e Deputados, que terão o prazo de cinco minutos, para perguntas e respostas.

Agradecemos, mais uma vez, a presença de todos os que estão aqui como convidados especiais que vieram prestar a sua colaboração ao Plano do Governo, ao plano da sociedade brasileira para estabilização da nossa economia.

Concedo a palavra ao Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Senador João Rocha; Srs. Senadores e Deputados; meus companheiros de Mesa, Sr. Paulo Nogueira Baptista Júnior, Sr. Mário Henrique Simonsen, Sr. Gustavo Franco, Prof^a Maria da Conceição Tavares e Sr. Edmar Bacha:

Em atenção a convite que me foi formulado por esta Comissão, venho aqui, mais uma vez, ao Congresso Nacional, mais especificamente ao Senado da República, para prestar alguns esclarecimentos a respeito do Programa de Estabilização que está sendo proposto ao País por intermédio, mais recentemente, de uma medida provisória que está em tramitação no Congresso Nacional.

Já me escusei de antemão ao Sr. Presidente desta Comissão, bem como ao Senador Suplicy, que me convidou, e disse que faria uma exposição, mas que me ausentaria. Por essa razão mesmo, estão aqui presentes os Drs. Edmar Bacha e Gustavo Franco, que poderão debater e responder as questões pertinentes.

Como é natural em uma exposição de abertura, cabe ao Ministro da Fazenda apresentar as linhas gerais, a arquitetura, se as-

sim posso dizer, do programa que está sendo submetido ao País. Como será, talvez, esta a enésima vez que venho a esta Casa para fazê-lo, e como já tive o prazer de receber em meu gabinete praticamente quase todos os aqui presentes, discutindo esta mesma matéria, pouparei um tanto as minhas energias e serei bem conciso.

Em primeiro lugar, o esforço de estabilização, de combate à inflação se impunha, como se impõe, a qualquer governo que tenha que fazer face a um processo inflacionário com a impetuosidade de aquele que corrói a moeda nacional.

Desde que assumi a Pasta da Fazenda, em maio do ano passado, era claro – e já o era para os meus antecessores também – que não teríamos condições de levar adiante programas efetivos em quaisquer das áreas atinentes à ação de governo, se não enfrentássemos a questão da inflação. Decisão que, ao mesmo tempo em que se impunha, era difícil, pelas razões conhecidas: o Governo do Presidente Itamar Franco sucedeu a outro Governo em condições bastante dramáticas. Por outro lado, não é um governo que disponha de base parlamentar estável. Havia vários argumentos no sentido de, ao invés de atacar as questões de frente, contornar-se talvez o temporal e deixar para outros a tarefa mais árdua que é a de quebrar um conjunto de interesses que, consciente ou inconscientemente, vem sustentando o processo inflacionário no Brasil, e de tentar corrigir alguns rumos.

Nosso ponto de vista foi de que, na circunstância brasileira, não caberiam escolhas em função de análises que tomasse em consideração estaticamente o processo político; e que um programa econômico, qualquer que venha a ser, que tenha como objetivo atacar frontalmente a inflação e, por outro lado, que tenha como propósito assentar as bases para que possa haver um crescimento, como já foi dito pelo Senador João Rocha, sustentado, não pode ser apresentado ao País como algo de interesse de um governo, de um partido ou de um conjunto de partidos. Ou o País, no seu conjunto, enfrenta a questão, ou a questão está de antemão derrotada.

Disse inúmeras vezes, desde que fui nomeado, no mesmo dia da minha posse, que não seria o Ministro da Fazenda de um partido e nem mesmo pensando apenas no interesse do Governo, mas seria Ministro da Fazenda do Brasil. Não faltei com esse propósito até agora. Em nenhum momento, tomamos decisões outras que não aquelas que pareciam atender aos interesses nacionais. Como, por outro lado, ninguém é dono da verdade, todos somos passíveis de erro, tampouco caberia ao Governo uma atitude de arrogância, e muito menos ao Ministro, posto que, para que algo seja aprovado com a amplitude e o escopo necessários e com a sustentação de que depende, que tem de ser mais ampla do que meramente de um conjunto de partidos ou de um partido, é natural que o Ministro tenha que exercer suas funções por delegação do Presidente, mas com a consciência de suas limitações: limitações pessoais, desde logo, para um ministro que não é especialista em economia – longe disso; limitações que a própria situação impunha e requerimentos de cooperação que o momento exigia, e continua exigindo.

Foi com esse propósito que começamos, há algum tempo, a assentar as bases para possibilitar um programa de crescimento econômico que venha estar ancorado em uma moeda mais estável. O começo foi presenciado por quase todos que aqui estão – muito difícil, porque foi um momento de negociação basicamente orçamentária. Desde o ano passado, com Orçamento então em curso em 93, tomamos a decisão – e nisto fomos altamente ajudados por alguns dos meus colaboradores, no caso específico, notadamente, pelo Prof. Edmar Bacha – de reabrir a questão do Orçamento. Ádua questão, difícil sob muitos aspectos, pouco atraente do ponto de vista público e enganosa, mesmo para aqueles que tenham a

melhor boa vontade de compreender os caprichos das decisões que são tomadas em matéria orçamentária.

O Congresso não nos faltou. No ano passado, a Comissão de Orçamento tomou a decisão de refazer o orçamento – refiro-me a 93 – tendo em vista que achávamos e mostramos que não haveria condições de uma execução orçamentária minimamente razoável, em termos da obtenção de algum equilíbrio nas contas, se não fizéssemos também um esforço de contenção de gastos. Propusemos a conter os gastos e, ao mesmo tempo, a não utilizar mecanismos de contingenciamento, de tal maneira que, embora reduzindo o montante da verba despendida, isso seria compensado pela oportunidade que seria utilizada na despesa.

Assim procedemos até novembro, quando, por decisão do Supremo Tribunal Federal, nos foi negada a possibilidade de complementar o Orçamento com os recursos do IPMF, o que nos obrigou, no último bimestre do ano, a contingenciar o dispêndio.

Ao final do ano, havíamos enviado ao Congresso o Orçamento para 94, que havia sido preparado em agosto do ano passado. Entretanto, esse Orçamento mostrava um déficit potencial muito grande, mostrava que, se as nossas contas não tivessem sofrido um processo profundo de ajuste, estariam perfeitamente desequilibradas. Então, passamos a uma revisão do Orçamento de 94. No ínterim, como todos sabem, procuramos reconstruir os canais de vinculação financeira dos Estados e Municípios com a União, com o conceito de que era necessário restabelecer o crédito público.

Outra vez não nos faltou o Congresso, que aprovou uma lei que assegura que o endividamento dos Estados e Municípios, uma vez garantido com o aval da União, pode ser por esta ressarcido diretamente, através da retenção dos recursos do Fundo de Participação, no caso de inadimplência.

Antes mesmo da aprovação dessa lei, havíamos conseguido um protocolo com todos os Governadores, que se comprometeram a recomeçar a pagar as dívidas. E assim o fizeram. De novo, o espírito foi o mesmo.

Não se consegue restabelecer a credibilidade pública das finanças, se não houver um esforço coletivo. Na construção desse esforço, nós nos pautamos pelo que disse anteriormente, não discriminamos nenhum governo e fizemos um grande esforço para criar condições para que governos em situação de dificuldade pudessem retomar o pagamento à União, sem que isso fosse feito de uma maneira leonina e sem que, portanto, nós próprios estivéssemos criando dificuldades para o momento seguinte. Todos os Estados passaram a pagar a União. Depois de aprovada a nova lei, creio que dez ou doze Estados assinaram contratos formais já na sua vigência.

O Governo também determinou que nenhum aval de empréstimo externo seria concedido, senão quando os Estados estivessem em perfeita adimplência. Por coincidência, os dois Estados que ficaram em situação de adimplência e que puderam assinar contratos externos com o meu aval, com o aval do Tesouro, foram o da Bahia e o do Rio de Janeiro, nenhum deles destacou-se, entretanto, através de seus Governadores, como defensores da política do governo. Não foi por isso que demos o aval, e, sim, porque entraram numa linha de comprometimento com o crédito público de forma adequada. Esses dois governos obtiveram avais externos recentemente. Outros virão, na medida em que isso for sendo acertado e, também, na medida em que houver disponibilidades para empréstimos adicionais e conveniência do ponto de vista da economia brasileira para essa forma de captação de recursos.

Também no ano passado, adotamos uma linha sistematicamente – não gosto da expressão – dura, no que diz respeito ao controle dos bancos estaduais. Logo que assumi a Pasta da Fazenda,

houve muito estardalhaço da imprensa, porque se dizia que iríamos reabrir três bancos do Nordeste, fechados por intervenção do Banco Central.

Havia uma ponta de discriminação injustificada com relação ao Nordeste. Na verdade, os governadores desses Estados esforçaram-se muito para colocar as finanças em ordem. Não obstante, reabrimos apenas um, o do Piauí. Não por que não quiséssemos e não queiramos, ainda hoje, reabrir os outros dois, mas só porque o Estado do Piauí cumpriu todas etapas necessárias, de acordo com sistemática, não política, mas técnica do Banco Central, que permitiu essa reabertura.

Estendemos a adoção da Lei do Colarinho Branco aos bancos públicos, do que resultou que esses bancos não podem mais financiar seus governos, posto que os governos são proprietários desses bancos.

Tudo isso como prolegômenos, como preparativos para que se pudesse vir a ter, como esperamos, uma situação de maior confiabilidade nas finanças públicas.

Com respeito ao Orçamento de 94, da mesma maneira, depois de ingente esforço, refizemo-nos. Está ainda sendo discutido na Comissão de Orçamento, mas em bases muito mais realistas e com um quadro de definições, de objetivos e de possibilidades, ou seja, de arrecadação perfeitamente mensurável.

Nesta reconstrução do Orçamento de 94, não apenas desejamos obter momentaneamente o equilíbrio das contas, mas queremos obtê-lo de tal maneira que não tenhamos de utilizar o artifício de postergação de pagamentos, os contingenciamentos. Ou seja, queremos *ex ante*, no ponto de partida, assegurar-nos de que o Orçamento contém os recursos suficientes para fazer face aos gastos que o Congresso determinar. Para chegar a isso, criamos o Fundo Social de Emergência, que requereu uma alteração constitucional. Não foram poucas as vozes que nos disseram que seria inatingível uma modificação na Constituição com esse objetivo, assim como não foram poucas as vozes que ecoaram pela mídia a dizer que os governadores jamais concordariam com a disciplina nova que estava sendo imposta. As duas coisas ocorreram de forma contrária àqueles que tinham uma visão pessimista. Conseguimos apoio dos governadores e aprovação do Fundo Social de Emergência. Alguma má interpretação do que significa esse Fundo foi desfeita, na medida em que todos viram que se tratava, como se trata, exclusivamente de um mecanismo para permitir que aqueles objetivos consignados no Orçamento e, portanto, a não serem definidos pelo Governo Federal, possam ser cumpridos sem que o Governo tenha de ampliar seu endividamento interno, contando com recurso fiscal.

Houve uma certa discussão, como ainda há, sobre o superávit desse Orçamento. O propósito do atual Governo, do Ministro da Fazenda, é de obter o equilíbrio das contas, como disse aqui, que não esteja baseado em imposto inflacionário, razão pela qual o que hoje parece ser superávit, no momento em que a inflação cair – e ela vai cair – deixa de ser superávit, porque muitos recursos foram calculados no Orçamento na base de uma inflação média de 35% ao ano. Se a inflação média for muito menor do que isso, como será, obviamente alguns impostos, como o IOF e o IPMF, sofrerão suas consequências. Portanto que ninguém possa, fazer um erro simples de imaginar que os dados de hoje, com as hipóteses de hoje, serão os dados de amanhã, com a realidade de amanhã, que implicam uma outra taxa de inflação. Portanto, não estamos considerando no Orçamento a apropriação, por parte do Governo, dos excedentes inflacionários.

Feita essa mecânica, preparado o terreno para outras etapas, enviamos ao Presidente da República e ao Congresso, no dia 7 de setembro, uma exposição de motivos que explica quais os passos

que estamos praticando para obtenção do equilíbrio das nossas contas e, mais do que isto, para estabilização da nossa moeda.

Basicamente, estamos percorrendo um caminho em três etapas. A primeira, acabei de descrever, é a obtenção do equilíbrio das contas públicas e o começo de restauração do crédito público.

No meio tempo, também com este propósito, terminamos a negociação com os bancos privados externos, de tal maneira que hoje este assunto está pendente apenas de uma decisão para complementação da troca de papéis, para garantir a securitização da dívida por parte do Tesouro americano. Este, por sua vez, espera uma palavra do Fundo Monetário Internacional, ao qual não submetemos, *ex ante*, nosso programa, em sinal de que estamos mostrando que já fizemos com o apoio do Congresso. É questão de julgamento apenas, saber se estão ou não de acordo, mas as decisões, que são nossas, já foram tomadas.

A idéia é que, uma vez definidas essas normas, teríamos um segundo passo importante, que é objeto da Medida Provisória nº 434, ora em discussão.

Existe uma larga experiência em tecnologia, se posso usar a expressão, de combate à inflação. Calar-me-ei diante dela, posto que, nesta mesa, há vários que são especialistas na matéria e vários que já participaram de outros programas, se não diretamente, indiretamente, e todos nós, através da crítica a vários desses programas, interna e externamente.

Na feitura do programa atual, tomamos em consideração essas experiências. Esse esforço grande de equilíbrio fiscal foi feito para evitar o que ocorreu em outras tentativas que se frustraram pela impossibilidade de o Governo levar a bom termo o controle de suas contas. Ao invés de começarmos pelo lado mais sensível da população – a queda da inflação, que, de imediato, produz efeito de alívio e, portanto, de apoio – começamos pelo mais difícil, por aquilo que só custa reclamação: o corte de verbas, dizer "não", insistir em que não se pode gastar mais do que se recebe, dar a impressão de que se está numa atitude de intransigência desnecessária, posto que, finalmente, um pouco mais, um pouco menos parece não ser nada.

Não me faltaram conselhos para que invertesse o procedimento, que não começasse pelo ajuste fiscal, mas pelo controle direto da inflação, porque facilitaria o ajuste fiscal. Não acreditei. Achando que, uma vez obtido o ajuste fiscal, o efeito de alívio sobre a pressão inflacionária, tomar-se-ia mais difícil mostrar o caminho árduo a percorrer no controle dos gastos. Tomanos, portanto, o caminho impopular. Não procuramos o apoio fácil, mas o convencimento, embora difícil, da necessidade de uma outra atitude diante do gasto público e da arrecadação.

Falhou-nos, no tempo, uma coisa, entre as quais a Revisão Constitucional. De início, imaginávamos que a Revisão começasse, efetivamente, na data aprazada, e que já tivéssemos a questão tributária e muitas das questões que, hoje, dificultam o ajuste estrutural da economia brasileira, resolvidas pelo Congresso. Não foi possível. O Fundo Social de Emergência e alguns impostos, nos quais mexemos, foram um atalho para evitar que houvesse a impossibilidade de seguir adiante em função da ausência da Revisão Constitucional. E, ao tomarmos aquela decisão, a fizemos, não pensando no imediato, mas numa proposta que durasse, pelo menos, dois anos, tendo em vista que não se faz uma reorganização da economia brasileira num espaço de tempo de um governo. Não faltaram vozes, nesta mesma sala, a pedirem que o ajuste fosse de um ano só, sob o fundamento de que quem sabe qual será o novo governo? E a resposta do Ministro, que é a resposta do Governo, foi sempre a mesma: nós não estamos fazendo um ajuste para este Governo; nós o estamos fazendo, pensando no País. E seja qual venha a ser o novo governo, ele necessitará de certos instrumentos

de administração e nós, então, não cedemos à tentação de fazermos algo limitado, senão que fizemos um ajuste de dois anos, enquanto os efeitos da reforma constitucional não se possa fazer sentir de forma mais direta sobre a economia brasileira.

E assim procedemos.

Pois bem, além dessa preocupação com o ajuste fiscal, por causa das experiências passadas, tivemos uma série de outras. Quando passamos à questão da emissão de uma nova moeda e da sua vinculação a algum mecanismo que permita ao País sentir que há condições de estabilidade, não só nos preocupamos em manter reservas em nível bastante elevado, com custo alto, já me referi a isso muitas vezes, e ouvi calado críticas procedentes daqueles que diziam: — Mas por que juros tão altos atraindo reservas se nós já temos tantas e elas custam tão caro?! É porque nós devemos passar à outra etapa do Plano e precisamos de ter reservas para não nos encontrarmos, mais adiante, em uma situação como em outros momentos se encontraram. Hoje, temos reservas confortáveis de cerca de 35 bilhões de dólares, que são suficientes para enfrentarmos o que vem pela frente.

Mais ainda. Não queríamos fazer, de imediato, aquilo que muitos instaram, que era a dolarização e, por várias razões. Não vou esmiuçar, já esmiucei mais de uma vez neste e em outros plenários. Buscamos um mecanismo que nos permitisse um ponto de referência e que, mesmo antes da emissão da nova moeda, permitisse um começo de reorganização das contas, em termos de um parâmetro estável: a Unidade Real de Valor. Na definição da URV tomamos em consideração críticas procedentes que temiam que ela fosse arbitrária, mesmo tomando-se em consideração a experiência do Banco Central na fixação da data de câmbio que garante uma certa margem de arbitrariedade ao Banco Central, sabendo-se que este Banco Central, grosso modo, acerta, porque ele, no final, ajusta de tal maneira que o câmbio não fica defasado; portanto, ele tem mecanismos de reparação permanentes de eventuais enganos, mesmo assim buscamos um caminho.

Aqui, quero louvar a ação do Dr. Gustavo Franco que, em toda essa matéria de complementar ajuste fiscal, de estruturação do novo modelo que foi, indubitavelmente, também ajudado por muitas outras pessoas, alguns sentados nesta mesa fora e dentro do Governo, mas na hora da feitura é preciso que algumas pessoas assumam a responsabilidade dentro do Governo, na busca desse novo indicador da Unidade Real de Contas, buscamos um indicador que fosse de preço, para evitar, precisamente, a crítica de que haveria uma possibilidade da manipulação do indicador, se esse indicador fosse baseado apenas em um critério, embora correto, do Banco Central, que não fosse passível de verificação por terceiros, porque, todos sabem hoje que a Unidade Real de Valor é, na verdade, o resultado, ou melhor, cai em um intervalo de variação de três índices: o da Fipe, do Índice Geral de Preços, o do IBGE, o da Fundação Getúlio Vargas e o do IGPM. O do IBGE é o mesmo que define a Ufir. De tal modo que, como depois verificamos que a variação concomitante desses três índices, também, era uma variável muito próxima da oscilação do dólar, de alguma maneira a Unidade Real de Referência está limitada, ou melhor, oscila simultaneamente com a oscilação do dólar e os impostos também. Garantias mais do que suficiente de que o Governo não poderá, embora não queira, e mesmo no futuro qualquer outro governo não poderá, se for usar esse mecanismo, utilizá-lo de forma a obter por intermédio de manipulações, resultados que não são objetivos. Tanto os impostos estão diretamente ligados ao mesmo indicador da URV, como o câmbio, de alguma maneira, estará oscilando proximoamente a isso, se nós não quisermos ter problemas com o câmbio.

Qual é o propósito desta medida? Por que estamos fazendo essa URV? Estamos fazendo a URV não só para dar um parâmetro à população, mas sim para que essa população se habitue a uma unidade mais estável de referência, à uma unidade de contas, que a nossa moeda perdeu, e, portanto, começar a refazer, na memória coletiva, a idéia de que a moeda é uma unidade de contas. Mas estamos fazendo isso também com o propósito definido de evitar o arbítrio do Governo na quebra de contratos.

Quase todos os programas que antecederam a este tiveram muitos problemas jurídicos. Para nossa sorte e glória, até agora, não tivemos nenhum problema. E a primeira ação que houve, que foi movida pela Força Sindical, pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, já foi julgada pelo Superior Tribunal do Trabalho de São Paulo, e o resultado é patente: não existe nada a objetar àquilo que o Governo fez e tem implementado. Não existe nada o que discutir na matéria. Não houve, até agora, nenhuma objeção de ordem jurídica que pudesse trazer o transtorno que outros programas trouxeram, dois dos quais, pelo menos, são ativos, até hoje, nos seus malefícios para o Tesouro, porque, sistematicamente, recebemos resultados de tribunais contrários às decisões do Governo anterior e o Tesouro tem que pagar. Estamos preservando não só este Governo, mas os governos futuros de terem de fazer pesados acertos de contas a partir de erros jurídicos cometidos pelo Governo.

Pois bem, essa unidade real de contas permite um espaço de tempo, um período no qual a sociedade possa vir a ajustar-se livremente sem que a ela se imponha alguma decisão arbitrária do Governo. Basicamente a URV tem por objetivo que a sociedade refaça seus contratos. Não era nosso objetivo, nem é, atuar sobre os preços com a URV diretamente. Os preços, a atuação sobre a inflação virá com o Real. A URV é o momento preparatório para que a sociedade se ajuste e refaça seus contratos. Num exemplo mais simples, os alugueis. Quando? Quando sabemos que numa conjuntura de inflação elevada o que ocorre é que as pessoas forcem o aluguel no primeiro mês e comparem os alugueis. Sempre à unidade de referência mais estável, no caso do Brasil o dólar, e fixa-se, digamos, esse aluguel em mil dólares, porque sabe-se que no último mês esses mil dólares valerão cem. Bem, se se fixasse a nova moeda hoje e arbitrariamente os contratos fossem... ou o Governo teria de dizer: faz-se de tal modo, ou se não fizesse isso, alguns estariam que lá em cima e outros cá embaixo e não se alcançaria a média. Estamos permitindo que haja um ajuste que busque a média. Qualquer contrato novo, ou melhor, qualquer contrato que tenha sido feito em cruzeiros reais, ao ser renovado, as partes devem buscar um entendimento que permita assegurar o valor do contrato na média dos doze meses transcorridos. Isso se generaliza. Há milhares de contratos na sociedade.

Seria ambicioso e falacioso, por parte do Governo, imaginar que ele tem condições de definir todos os contratos. Numa sociedade como a nossa, de mercado, e hoje democrática, aberta, livre e que preza a liberdade, é inimaginável um Governo que seja capaz de dirimir todas as dúvidas e nem é nosso propósito. O nosso propósito é o de criar um espaço de negociação para que a própria sociedade refaça, num tempo razoável, os contratos que estão em marcha. Desde logo, a partir de amanhã, os novos contratos, deverão ser feitos com referência na URV e terão a validade de doze meses, ou melhor, não poderão ser alterados no prazo inferior a doze meses. Não poderão conter nenhum índice de correção, porque estamos marchando na direção de acabarmos com a inflação. E como eles são feitos em URV, e como a URV é expressa em cruzeiros reais, enquanto houver inflação estará coberto e, quando vier o Real, a inflação terá acabado e nós não poderemos aceitar conceitualmente a idéia de colocar já nos contratos, de antemão

mecanismos de correção, o que seria o mesmo que dizer que não estamos acabando com a inflação.

Inicialmente, a idéia da equipe econômica não era sequer a de definir salários nessa fase da URV, a não ser o salário mínimo e o salário dos funcionários, porque isso é atribuição direta do Congresso e do Governo. Por que entramos na questão salarial? Entramos na questão salarial por várias razões. Darei apenas duas. A primeira: se nós fôssemos, daqui a pouco, introduzir a moeda nova sem que houvesse esse espaço de acomodação, como temos categoria de ajustes de salários variável em pelo menos três grandes grupos: uns estão em cima e outros estão embaixo e poucos na média, a não ser ocasionalmente.

Buscamos que se chegasse, nesse ajuste, a essa média como piso e não como teto. Diferentemente das outras tentativas de ajuste econômico, não congelamos os salários. Não houve congelamento, mas uma definição, pela média, dos quatro meses, porque, nesse período, o conjunto dos contratos salariais passa do vale ao pico. Não congelados, deixamos livre a negociação e as datas-base, e incentivamos que eventuais desajustes ocorridos no processo sejam acertados no período da data-base ou quando queiram. Não há nenhum impedimento, por parte do Governo, para assim se proceder.

A outra razão pela qual tomamos decisões que afetam os salários diz respeito a que na conjuntura inflacionária, sabedores que somos todos de que antecedendo a nova moeda, o Real, poderia haver uma aceleração de preços, seria conveniente que se desse ao salário a proteção, palavra desagradável, da URV, porque na prática está-se dizendo que é uma correção simultânea com o aumento dos preços.

Só há uma simultaneidade que não é possível resolver, qual seja, o salário é recebido sempre 30 dias transcorridos da entrega do primeiro dia de trabalho. Isto faz parte da essência do modo de produção capitalista, mas, à parte isso, o que foi assegurado é que existe, automaticamente, a conversão dos salários pelo preço – subiu o preço, subiu o salário. Se a empresa tem muitos empregados e aumenta muitos os preços, volta para ela, de alguma maneira, uma parte dessa carga, porque sobe o salário automaticamente.

De toda maneira, ao invés de começarmos por definir os preços em URV, definimos os salários, porque isso era uma vantagem para o salário, ao contrário do que muitos apregoaram, pois, no Brasil, antes de ler-se, critica-se. O que é muito saudável, pois obriga aqueles que escrevem a tomarem em consideração as eventuais críticas feitas mesmo antes da leitura. Quando vem a leitura, aprimoram-se as críticas e naturalmente é preciso corrigir se elas forem procedentes.

A verdade é que demos um piso ao salário e quando regulamentamos preços, no caso dos produtos oligopólicos, demos um teto. Quatro na média em termos reais dos últimos quatro meses do ano passado. Isso é teto, não é piso. São dois pesos e duas medidas. Por que isso? Pelas razões que o Senador João Rocha avocou, ou seja, evidentemente quando nos defrontamos com o poder do monopólio é preciso que haja também um contrapeso eficaz.

O Governo, no que diz respeito aos poderes monopolísticos que só ele dispõe, fará seus preços dentro da mesma regra. Apenas não aplica, de início, a URV, pela razão já expandida, ou seja, não queremos que haja o ajuste diário. Este será feito na média, em termos reais, no momento em que normalmente é feito, uma ou duas vezes por mês, dependendo do tipo de tarifa que está em curso.

Essa foi a nossa posição. Acreditamos que nesse mecanismo de negociação que se abriu com a URV, a sociedade, por intermédio de debates desse tipo e da mídia, que o tempo todo segue-se e transmite, vá se intirando dos mecanismos, não para absorvê-los pacificamente, mas para que haja uma interação. Não existe possi-

bilidade de êxito de um programa dessa natureza sem muita negociação. O Governo não está fechado à negociação, muito pelo contrário.

Ainda no que diz respeito à questão de preços, as câmaras setoriais estão aí. Na sexta-feira passada, com os Ministros do Planejamento e da Indústria, do Comércio e do Turismo, tomamos a decisão firme de reativar as câmaras como instrumentos importantes para essa negociação.

O Governo, repito, está absolutamente convencido de que a negociação de ajustes salariais deve ser feita, mas também está convencido que temos que ultrapassar o que nos resta de um passado muito controlista e pouco eficaz. E tem que acreditar na força da sociedade. Esta força existe hoje. Quando não existe, aí sim, o Governo terá que intervir para evitar os acordos leoninos e para sempre permitir que aqueles que não dispõem da força, tenham condições de negociação. Entretanto, na medida em que a sociedade avança, como está ocorrendo com a brasileira, é preciso acreditar mais nos mecanismos negociadores da própria sociedade civil. Sindicatos e empresas, diretamente, muito mais do que por intervenção do Governo, podem ajustar os seus mecanismos salariais.

Acho que, brevemente, o que vai ser importante não será se quer isso, pois estará terminado com a URV e com a nova moeda sem inflação, mas o que vai ser importante é o aumento real, as condições do contrato coletivo de trabalho, as discussões sobre a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, as condições de trabalho e assim por diante.

Espero que estejamos já nos albos de uma nova era e que eventuais ajustes não devem ser feitos com os olhos voltados para o passado e muito menos com aspirações a obter aquilo que todo mundo sabe que é ilusório.

Acho que o Brasil aprendeu que não adianta o Governo decretar se a sociedade não sustenta o decreto. Aprendemos até que, por vezes, nem a Constituição vige quando contraria frontalmente a vontade sustentada da sociedade.

Há em causa a discussão sobre o salário mínimo. O Congresso tem consciência disso e precisa ampliá-la. O que hoje prende o salário mínimo aos seus níveis lamentáveis é o fato de que não fomos capazes de resolver algumas questões de base e que não dizem respeito a decisões do Ministério da Fazenda. Não conseguimos definir, de forma adequada, a questão da Previdência e, no desespero, para salvaguardar, como é justo, os benefícios dos aposentados, ligamo-los ao salário mínimo. Com isto criamos uma lei – posso dizer que é de bronze ou de ferro, porque não firo a ninguém – desta natureza, uma lei que segura os salários a um patamar inferior àquilo que o mercado pode pagar, porque o Estado não pode pagar os benefícios naquela proporção.

O que é mais cruel é que o que pesa mais no crescimento dos benefícios, quando se aumenta o salário mínimo, são os benefícios dos grupos de mais alta renda. Para dar um exemplo próximo da realidade, digo próximo porque cito de cabeça, pelos cálculos do Ministro Cutolo, se passássemos os salários atuais para 100 dólares, isto implicaria num aumento de arrecadação que passaria de 23 ou 24 bilhões de dólares para 27 ou 28 bilhões de dólares. E ocasionaria um dispêndio de benefícios da ordem de 34 ou 35 bilhões de dólares, criando um déficit de 7 bilhões de dólares na Previdência Social.

Se quisermos a sério, e não demagogicamente, enfrentar a questão do salário mínimo, enfrentá-la-emos. Está nas mãos da Comissão que revê a medida provisória dar um passo nesta direção. Não adianta botar no papel. No papel não ponho 100, ponho 500 ou 1.000. Por que 100 dólares? É muito pouco. É ridículo também. Não está no poder do Legislativo, nem do Ministro, simplesmente aumentar no papel. Ou criamos condições para que isso

ocorra, ou estamos nos enganando, quando não estamos enganando aos outros, dando ilusão que vão ter um salário que não poderão ter, porque causará os distúrbios que levarão à inflação, que comerá, por sua vez, os ganhos que aparentemente são reais.

Essa é a nossa história, a história de décadas. Temos que discutir em termos do poder de compra real e acabar com essa ilusão de pico e média, quando a inflação vai lá para cima de 90 para 100%. Não existe isso. É uma discussão retórica nessa altura e o que pode haver de acerto é simples de ser feito. Ou enfrentamos os fatos como eles são, ou podemos usar os mais brilhantes argumentos, esgrimir as coisas mais emocionais, mas não resolveremos. Se for apontado um caminho que seja trilhável, o Ministro aceita-o.

Já estou velho para fazer coro àquilo que não acredito. E não farei, sem nenhum temor do que signifique isso quanto às apreciações eventuais sobre as razões do gesto. Não o farei, porque já temos experiência. Achamos que é possível dar esses passos, achamos que o Congresso tem todas as condições para enfrentar, na sua radicalidade, a questão do Brasil. Enfrentar a questão que permite, efetivamente, acabar com esse salário miserável. Isso depende da Previdência e depende das prefeituras das cidades mais pobres e do empreguismo que nelas existe. E existe porque não há alternativa de sobrevivência. Portanto, precisamos também criar condições de trabalho nessas regiões.

Sr. Presidente, Srs. Companheiros de mesa, Srs. Deputados, Srs. Senadores, um programa de estabilização é um mero passo. Daqui a pouco, espero, estaremos em condições de definir o Real? Perguntam-me sempre. Certamente não vai ser, porque em abril, muito próximo, quando houver vários zeros no Cruzeiro. Isso formará apenas uma nova bolha especulativa. Não há nenhuma ligação entre uma coisa e outra. Acontecerá quando for adequado. Digo e repito sempre: os momentos da economia não podem estar subordinados a calendários pessoais ou eleitorais. Quando for adequado, e espero que essa adequação não esteja a perder-se de vista, definiremos o Real.

Há matéria a trabalhar, isso é inegável: quais serão as regras que definirão o lastro dessa moeda, de que maneira haverá um relacionamento dessa moeda com as outras moedas, tudo isso é passível de análise, de colaboração, de decisão madura e que não seja feita na calada da noite, nem com a pretensão tecnocrata. O importante é que tão pouco se possa terminar esta fase de estabilização, que não termina no dia do Real, que supõe uma continuidade de políticas, aí sim podemos enfrentar os verdadeiros problemas do Brasil, que são os sabidos.

Estamos necessitando de uma profunda modificação na nossa infra-estrutura viária, portuária etc. Precisamos resolver as questões energéticas do Brasil. Definir e equacionar melhor estas questões. Precisamos definir com mais intensidade o desenvolvimento tecnológico e a política industrial que capacite a isto. Precisamos cuidar efetivamente da distribuição de renda regional e interclasses.

Isto tudo supõe o que foi dito, aqui, pelo Senador João Rocha, um crescimento econômico estável em bases sustentáveis. Este é o desafio. Este Governo, como já o disse, de transição de poucos meses, não pode ter a pretensão de enfrentar todas essas questões, mas não pode também deixar de ter a clareza de dizer que o que se está fazendo agora não resolve estas outras questões. Nosso compromisso na questão salarial foi muito claro: não estamos fazendo distribuição de renda, não estamos aumentando o salário real, nem estamos querendo aumentá-lo ficticiamente, queremos uma ação que seja pelo menos neutra, que não produza desequilíbrios nesta área. Sabemos que esta área vai ter que ser enfrentada. No momento, o procedimento é exatamente o que estamos tendo. E precisamos como Governo e como País, mais como

País do que como Governo, começar a discutir as alternativas de crescimento que existem.

Sr. Presidente, termino por dizer que, em que pese a minha pequena experiência nesta matéria econômica e no exercício de uma administração pesada e difícil, como é a da Fazenda, antecedido por alguma experiência no Ministério das Relações Exteriores, estou convencido que o País tem todas as condições de enfrentar o desafio deste crescimento sustentado e socialmente mais justo.

Isto não nos vai permitir que fechemos os olhos a realidades contemporâneas. As formas atuais de crescimento industrial não aumentam o emprego. Precisamos ter programas mais complexos do que aqueles feitos com o único objetivo de crescer. Aqueles que digam respeito ao modo pelo qual se aumenta o bem-estar social através do emprego.

Estamos diante de uma economia que já se internacionalizou, o que não significa que não tenhamos opções nacionais e estratégicas que tenham que ser tomadas. Estamos diante de desafios, quem quiser que se iluda, mas os grandes blocos econômicos que se estão constituindo vão impor ao Brasil um forte desafio.

Afinco-nos ao Mercosul. Na semana passada estive em Buenos Aires com este propósito, qual seja, demonstrar mais uma vez o nosso interesse no Mercosul. Estendemos isto a uma concepção de que não basta o Mercosul, mas não nos iludamos, existe o desafio do NAFTA, posto que o Brasil tem que saber o que faz, antes que façam com ele o que talvez nem sonhe que está sendo feito.

Não adianta enfiar a cabeça na areia. É preciso enxergar mais longe e é preciso começar a preparar decisões desta natureza. É preciso que o Brasil tome posições mais claras com relação aos seus interesses na grande cena internacional. Temos tido uma política muito acanhada, até porque estávamos corroídos não só pela inflação, como também por um ziguezague político, consequência da nossa incapacidade internacional de negociação.

Sr. Presidente, com todas estas dificuldades, este País foi capaz de fazer a proeza da redemocratização. Não foi fácil. Muitos do que aqui estão sabem o quanto isto custou. No momento em que conseguirmos, e já conseguimos, isto é algo que está fora de cogitação, firmar base para uma sociedade democrática, temos que dar os outros passos.

Numa sociedade democrática, as soluções nacionais têm que ser negociadas. Não adianta ganhar nem eleição, nem aqui no Congresso, nem o Governo, nem uma imposição de Governo. Se não houver realmente um outro espírito, é Vitória de Pirro, isto é o que mais temo. As Vitórias de Pirro, alguns de nós já assistimos a algumas e já sofremos as consequências quando vão ladeira abaixo.

Temos um momento. Encaremos esses problemas com a paixão de quem quer acertar. Encaremos esses problemas com objetividade, mas não com indiferença. Encaremos estes problemas com o espírito verdadeiramente público, pois espírito público, hoje, não se resume a ação do Estado, tem que ser mais amplo.

Foi por isto, Sr. Presidente, embora quebrando certas regras protocolares que impedem que o Ministro venha a reuniões desta natureza, aqui vim, e só não fico mais tempo porque realmente não posso, gosto maior eu não teria do que o de voltar a discutir com alguns aqui presentes, notadamente com minha amiga Maria da Conceição Tavares – até brincando eu disse que precisávamos ficar um pouco longe, porque se não beliscar-nos-íamos de paixão –, com o Sr. Mário Henrique Simonsen, que tem mostrado um espírito construtivo extraordinário nas suas apreciações críticas, com o Sr. Paulo Nogueira Batista, com o qual, por questão de ge-

rações, não tenho a intimidade do beliscão, mas que tenho certeza que com as suas observações desafiadoras ajuda a avançar no processo.

Tenho certeza, Sr. Presidente, que os que aqui vão ficar, Dr. Edmar Bacha e Dr. Gustavo Franco, com mais propriedade do que eu saberão explicar aquilo que nós pensamos, saberão apreender os erros que teremos cometido e que serão apontados pelos nossos Colegas. Tenho certeza também de que na voz deles o Governo estará muito mais fluente do que na pobre voz de um sociólogo que já está a esta altura quase rouco de tanto ouvir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A Comissão de Assuntos Econômicos agradece a presença do Ministro Fernando Henrique Cardoso. Ficam agora presentes na Comissão seus dois assessores, Dr. Gustavo Franco e Dr. Edmar Bacha.

Concedo a palavra ao ex-Ministro da Fazenda e Planejamento, Dr. Mário Henrique Simonsen.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Srs. Membros da Mesa, Senhoras e Senhores a minha intervenção aqui vai ser muito breve, por várias razões. A primeira delas é que, depois de a palavra do Ministro Fernando Henrique Cardoso, qualquer coisa mais longa que eu tivesse a dizer seria um anticlímax.

Em segundo lugar porque não sei exatamente em que time me escaram: também não sei se me escaram no ataque ou na defesa. Consequentemente, primeiro vou evitar fazer alguma coisa que seja uma repetição daquilo que já foi dito pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso.

Por último, apenas para começar a dar trabalho para os amigos Edmar Bacha e Gustavo Franco, gostaria de mostrar alguns problemas que vejo, no que diz respeito menos ao Plano, mas sobretudo à ida para a terceira fase do Plano, a fase do Real, que a meu ver é o que interessa. Até agora estamos numa fase daquilo que chamo um grande deleite intelectual – estamos todos brincando de URV. Acontece que a URV não existe fisicamente, ninguém usa ou leva a URV no bolso.

Então, habilmente, todo esse exercício tem por objetivo criar uma moeda estável, que será o Real. E aí, sim, na transição eu teria algumas dúvidas que gostaria de deixar aqui para que o Sr. Edmar Bacha e o Sr. Gustavo Franco respondam-me.

Em primeiro lugar, muito resumidamente, gostaria de saber qual a estrutura do Plano de Estabilização, conhecido pela indigesta fórmula química FHC2 – mais parece nome de inseticida, como disse o próprio Ministro certa vez. Esse Plano teve duas partes até agora: primeiro, o ajuste fiscal, típico de qualquer plano de estabilização, em segundo lugar, ao lado do ajuste fiscal, um programa de desindexação para a economia brasileira.

Evidentemente, a economia brasileira ficou tão indexada que ela já produzia inflação de moto-próprio, porque tínhamos moeda indexada, orçamento indexado, câmbio indexado e salários indexados. Por incrível que pareça, os salários eram os menos indexados de todos, porque havia uma defasagem de trinta dias na indexação, contrariamente ao restante.

Nesse momento, o que era possível fazer, sem estourar a inflação de um lado e sem desmontar a economia de outro? Primeiro fazer essa transição, que era uma espécie de indexação geral ao dólar, onde a parte mais complexa, evidentemente, era transformar os salários em dólar, pela média, exatamente o que foi feito na Medida Provisória 434. Depois, eventualmente, criar uma moeda ligada ao dólar.

A URV, evidentemente, é um substantivo brasileiro e que tem alguns laços visíveis com o dólar. Acredito que quanto mais

visíveis forem esses laços, mais confiável se torna o Plano de Estabilização, e esse é um problema sobre o qual terei alguns pontos a observar daqui a pouco.

Se os senhores me perguntassem se eu imaginaria, num plano de estabilização, qualquer coisa muito diferente do que foi feito, minha resposta seria não. Claro que nos pequenos detalhes particulares cada um de nós tem suas preferências.

Se os senhores me perguntassem se eu teria proibido a indexação em qualquer contrato há menos de um ano, creio que o problema fundamental não é proibir a indexação; o problema fundamental é o Governo parar de promover a indexação. A indexação não proibida nos Estados Unidos, mas ela não vinga, porque o Governo não a promove.

Em todo o caso, são essas as objeções de natureza muito menor. O que nos interessa agora é o seguinte: é partir para o real e esperar que ele seja efetivamente uma moeda estável.

O que nos garante que o real vai ser efetivamente uma moeda estável? É claro que esse raciocínio de dizer que primeiro fazemos a URV, depois, como a URV acompanha instantaneamente a inflação, não há inflação em URV, depois a URV acaba, transforma-se em real e não há mais inflação, isso é mágica! Isso não é combate à inflação. Isso é uma maneira abreviada de se dizer.

O que ocorre é o seguinte: está-se tirando um componente de inflação, isto é, está-se passando da derivada primeira para a derivada segunda. Está-se fazendo isso, mas é preciso tomar cuidado para que aquela derivada segunda não se transforme de novo em derivada primeira, como já aconteceu em vários países. É preciso saber o que vai estar por trás desse real.

Quais são as âncoras possíveis? Uma seria a âncora monetária clássica – o Banco Central controlar os meios de pagamentos. Qual é a dificuldade de se controlar os meios de pagamentos no Brasil? É que a moeda não-remunerada é tão pequenina, em relação ao total, a base monetária é tão pequena, é tão instável relativamente ao PIB – a base monetária total são aproximadamente US\$5 bilhões apenas – que o controle dela em termos nominais é muito simples: provocaria provavelmente crises bancárias, crises de liquidez imensas na economia, então não é por esse caminho que se vai conseguir fazer o controle da inflação.

Não sendo nesse lado estritamente monetário de controle quantitativo, a fórmula clássica é essa: estabilização cambial, com a regra monetária igual à do padrão ouro, ou seja, o País precisa ter a sua moeda lastreada em reservas internacionais, isso ocorrendo, só emitir quando acumular reservas – a velha regra do padrão ouro.

Creio que ninguém pretende entrar nessa regra como uma fórmula definitiva. A dificuldade que essa regra envolve é que, como solução definitiva, ela sempre deixa um problema: o que o País vai fazer um dia quando precisar de mexer na taxa de câmbio? É o problema típico que têm hoje a Argentina e o México. São países que fizeram seus programas de estabilização altamente dependentes da estabilização cambial. Que estão colhendo bons resultados, estão, mas há um problema cambial em ambos os países: na Argentina é visível a dificuldade da exportação, embora numericamente não se reflita num déficit comercial muito grande; mas o México está com um déficit comercial já de mais de US\$20 bilhões, um déficit em conta corrente de US\$26 bilhões ou US\$27 bilhões, projetando para US\$35 bilhões. Por mais que haja o NAFTA, e que entre dinheiro americano no México, é difícil sustentar essa situação.

Então, é claro, o que se pretende, em geral, quando se faz uma estabilização baseada na âncora cambial é lançar a âncora cambial por um certo período, conseguir as condições para então

aplicar a política monetária comum, convencional, e aí usar a âncora monetária para poder ter mais flexibilidade cambial.

Vejam os senhores: se tivermos um País em que não se pode mexer na taxa de câmbio, só há duas maneiras para combater um eventual déficit no balanço de pagamentos: uma, indesejável, é a recessão, que pode até ser usada topicamente num semestre, num trimestre, mas nunca como medida estrutural de ajuste; e a segunda medida possível é a redução dos salários nominais, que é proibida pela nossa Constituição, e que mesmo que não fosse proibida pela nossa Constituição seria muito difícil de se praticar, porque pelo menos nos países ocidentais dificilmente se consegue cortar o salário nominal de quem quer que seja. Então, esse é o problema da estabilização cambial.

O que é que fez o nosso habilíssimo Programa FHC2 a esse propósito? Ele foi de uma habilidade ímpar, que só a técnica do Edmar Bacha e do Gustavo Franco era capaz de conseguir: estabeleceu um casamento entre o dólar e o real, entre o dólar e a URV – a URV na primeira fase, o real na segunda – que me lembra aqueles casamentos da Ópera Madame Butterfly: casamentos por 999 anos, mas com cláusulas de opção de desquite a todos mês, ou seja, a URV, do jeito que está definida, está ligada ao dólar, mas *non troppo*.

Qual é o problema de ser vinculado, mas *non troppo*? Compreendo perfeitamente qual é a sabedoria por trás dessa idéia: é não querer ter um sistema muito rígido, muito amarrado, como o sistema argentino e o mexicano, que depois foram encerrar aqueles problemas todos; mas por outro lado, ele cria um outro problema: as pessoas começam a desconfiar, e há o perigo de esse desquite vir cedo demais. Então, tipicamente, agora mesmo, nós todos sabemos que podemos contratar um aluguel em URV, eventualmente em Reais, por um ano. Mas seria uma cláusula de correção monetária. Muito bem! Agora, a própria medida provisória nos proíbe de contratar em dólar. Então, isso nos leva a suspeitar. Como as reservas são muito grandes, e não seria isso que colocaria em perigo a situação das reservas, isso nos leva um pouco à suspeita de que: "Olha, pode ser que esse negócio desatele..."

É claro, a inflação do Real não vai ser nada comparável com a inflação do cruzeiro real, porque uma é derivada da segunda, a outra é derivada da primeira. Essa diferença, a gente sabe. Mas, é claro, se a gente está pensando no Real, qualquer coisa de inflação acima de 1% ao mês é uma barbaridade. Por exemplo, num mês extraordinário pode acontecer alguma coisa maior, mas, permanentemente, nós temos que passar a raciocinar em outros níveis.

Então, aí é que é esse ponto que eu realmente pergunto, quer dizer, o que o Governo pretende realmente fazer para ancorar essa terceira fase, que é aquela que todos nós desejamos?

Eu acho que já se fez um grande avanço no Plano, o Plano representa uma melhoria em relação ao que havia, foi um Plano bem feito tecnicamente – e digo isso sem suspeita nenhuma, porque não participei dele. O Plano foi discutido com toda a sociedade, está sendo discutido democraticamente. Agora, a fase que nós desejamos ainda não chegou; é a fase três, do Real. E aí vejo esses problemas a serem definidos. Eu deixaria, então, para a seção de respostas dos nossos assessores e do Ministro. Muito obrigado.

Eram só estes os meus comentários iniciais.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra a professora e economista Maria da Conceição Tavares.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Bom, uma primeira conclusão que tiro, e depois explico, é que nesta etapa de transição, da URV, nós não temos âncora fiscal, nós não temos âncora cambial e muito menos âncora monetária – nós

cedemos uma âncora, o salário, que deverá estar constante em URV. É uma novidade. Evidentemente, não me lembro – e também nunca houve uma inflação tão alta – de alguém pegar o salário em URV, isto é, corrigido desta maneira. Lembro-me, sim, quando a inflação era de 40%, 80%, o inventor da forma da média, o Sr. Mário Henrique Simonsen – embora teoricamente a forma já esteja contemplada, mas a verdade é que ele é que inventou –, ainda por cima, programava o resíduo da inflação, que depois, evidentemente, não dava o resíduo e tomava uma beleza de arrocho salarial.

Agora é o seguinte: estamos prevendo que vamos chegar ao dia "D" com todos os preços convertidos. Todos. Os três índices, por consequência a URV firmou, com os índices fechando, porque é uma derivada da segunda. Quer dizer, desaparece a derivada segunda e a velocidade fica constante. Ainda tem o problema dos preços em dólar desalinhados. Isso a gente vê depois como vai ficar. Mas já tem embutido – beleza pura! – nesta semana, hoje, uma belíssima inflação em URV. Estimativas para uns 3%.

O Dr. Delfim Netto, que se converteu em vanguarda da classe operária, propôs que os trabalhadores – vejam vocês – peçam imediatamente uma indexação em URV. Espero naturalmente que os trabalhadores não façam isso, porque quando ele vira vanguarda a gente deve desconfiar. Não porque ele não seja inteligente, ele está apenas, com perdão da palavra, "ironizando" o Plano. Ele primeiro bateu, parecia anticonceição – isto é o anticruzado, aquilo é anticonceição –, aí ele amainou. Amainou, mas faz aquelas piadinhas assim, *en passant*. Mário não. Mário teve positivo e construtivo. Eu também acho que fiz o que pude, embora a minha língua seja de trapo. Então, vocês não devem ler as entrevistas, devem ler os artigos. Nos artigos eu não bato tanto. Em entrevista eu perco a paciência. Para me defender imediatamente – e pena que o Ministro não esteja –, eu comecei a perder a paciência quando eu achei, pela pressão do Partido do Ministro, da opinião pública e das entrevistas – começou com a da Marília Gabriela, não posso esquecer – que ele ia ser candidato. Aí eu fiquei uma fera! Uma fera! Porque esse Plano é um Plano extremamente delicado, essa equipe fez o que pôde para inventar esse troço, embora eu ironicamente diga que, se der certo, devem ganhar o Prêmio Nobel e, se der errado, a gente manda para Harvard para eles não aporinham mais ninguém. Mas é uma boa. Não é uma ofensa. Se der certo, Prêmio Nobel; se der errado, mandamos eles para Harvard, porque já fizeram dois planos. Chega! Dois é muito. (Risos.)

E eles não vão ser candidatos a Deputado, ao contrário do Dr. Antônio Delfim, que se diverte muito. E também, não vão ser articulistas, ora irônicos, ora pacientes, como o Dr. Mário; nem como eu, ora raivosos, ora moderados, para escrever todas as semanas ou de quinze em quinze dias. Então, estamos numa situação delicadíssima. Do ponto de vista político, foi um terror! Aumenta a incerteza da fase 2 a idéia de que o Ministro é candidato. Isso aumenta brutalmente a incerteza da fase 2. Claro! Porque fica a insegurança: "Não sabemos quem vai sucedê-lo; depois vai ser uma briga, tem briga palaciana; depois o Presidente interfere..." Enfim, tudo que a gente já sabe. E ainda por cima a imprensa não perdoa: faz fofoca todo dia. Faz ou não? As brigas da equipe, não sei mais o quê, quem é que vai segurar... um inferno!

Sendo assim, esse Plano tem uma condição política de possivelmente sobreviver e chegar ao Dia D – depois discutiremos o Dia D – sem dar um "estrupeção" medonho, se o Ministro continuar pelo menos até o Dia D. E depois também, porque vai ter que se explicar com os banqueiros, o art. 36... Tem lá uma porção de probleminhas com os trabalhadores, com o Congresso etc.

Sendo assim, e estando claro que não tem âncora nenhuma, estamos com o seguinte problema: foi feito um ajuste fiscal tem-

porário no qual – o Dr. Bacha acabou de me dar os números, que eu nem sabia, porque variam toda hora – estão previstos 7,7 bilhões de dólares de juros da dívida pública total, dívida pública interna e externa.

A estimativa está baixa, porque, depois que essa estimativa foi feita, a taxa de juros interna subiu uma barbaridade, com implicações sobre as cadeias, sobre as quais depois perguntarei aqui ao colega, porque ele é que é do câmbio – e acho que foi por aí, infelizmente. Naturalmente, não temos nem certeza se não temos que pagar 2,5 bilhões "jazinho". Porque, como Fundo não vai nos dar o *stand by* em tempo, ainda somos capazes. Mas isso o meu colega Paulo Nogueira, que é aficcionado e fanático da dívida externa, também tratará. Em todo caso, a estimativa está baixa.

E o Fundo de Solidariedade – perdão, Solidariedade é no México e não aqui – o Fundo Especial tem um probleminha. Ele será arrecadado em Ufir, que até aqui tem sido o índice mais baixo. A diferença entre Ufir e o índice que eu chamo dos banqueiros, que é da Fundação, que eles usam, foi, no ano passado, de 300 pontos, sobre uma inflação de 3.000, dez por cento. Logo, ao indexarmos pelo IPA Especial do IBGE, não por culpa do IBGE, nem da Fundação, nem de ninguém, dada a metodologia dos índices e o que cada um contém dentro de si, na verdade, a Ufir é um índice que corrige os impostos pelo índice de poder de compra da classe média nacional. Enquanto que o da FIPE é da classe média paulista, mais alta – a malta gasta mais, os preços sobem mais. E o da Fundação é IPA agrícola – não sei se a bancada rural está presente, mas todo mundo sabe como a bancada rural é ativa não apenas no Congresso, mas na questão dos preços, e como é difícil a comercialização agrícola – e IP industrial. E todo mundo sabe que a primeira empresa, com câmara setorial, com acordo com os trabalhadores, entrou voluntariamente em URV – a automobilística – provavelmente com a inflação em URV de 12%. Vai ser voluntário assim... não é? Com esses amigos, o Ministro não precisa de nenhum inimigo. Posso garantir que sou branda com o Ministro, porque o que faço é apenas ironizar de vez em quando. Enquanto os que deviam ajudá-lo no Plano, que são os que têm poder de fazer preços, não estão ajudando em nada.

Agora chegamos à outra questão. É que os índices devem convergir. Mas convergir, meus senhores, isto é difícil de explicar; até a alunos tenho dificuldades, que dirá a jornalistas, que dirá talvez até aos senhores. Esse Plano não está pedindo que a inflação em cruzeiros caia. Mas acontece que as pessoas não conseguem ver a URV. Como dizem: "Ninguém vê URV nenhuma." Se houvesse depósitos à vista em URV, aí a malta sacava do que se tratava – sugestão, aliás, de um ex-colega deles do Cruzado, e meu, que também fui uma espécie de ajudante informal do Plano, até que me desesperei e me mandei.

O Mário falou: "temos uma base monetária ridícula." 1) Estamos emitindo dívida pública, que é dinheiro líquido, e o Governo não está emitindo dívida pública por causa do déficit. Porque, dado que foi feito um ajuste e que a despesa pública ainda está em cruzeiros, aquilo que levou o Bacha – que apresentou o seu primeiro *paper* na sua banca titular, a qual teve a honra de presidir – a bolar o que ele bolou é porque ele dizia: "Não dá déficit no Brasil, porque as despesas constantemente são comidas pelo contingenciamento e pela questão de caixa. Ele disse o que todo mundo sabia, só que escreveu no *paper* acadêmico.

Foi-me perguntado pelo Dr. Pastore, na banca, a seguinte questão: O teu modelo é simples, estático e não tem dívida pública. Disse-me ele. Vou pensar como fazer um modelo com dívida pública. Esta devendo um *paper*. Mas agora não; *paper* é para depois do plano. Se o plano fracassar, você faz um *paper*. Se não fracassar não precisa, porque já está contratado.

Temos esse pequeno problema. Se essa transição demorar muito, não vai ter dinheiro para comprar papel higiênico, não vai ter dinheiro para fazer nenhuma despesa, porque as despesas com esta taxa de inflação em cruzeiros – que acelerou bravamente nos últimos 4 meses e até a semana de 11 de março continuava acelerando, agora pode ser que não – com o índice em torno de 44% ao mês, o orçamento público vai para o espaço do ponto de vista de gasto.

Tudo bem que do ponto de vista de que não haverá saúde, não haverá educação, não haverá hospital, mas em compensação estes 7,7 bilhões da dívida pública, que não são 7,7 bilhões, serão mais, não por culpa deles, por causa do mercado, dos banqueiros e porque os Estados Unidos deu um sinal de que a taxa de juros vai subir – o que é uma catástrofe para nós – e porque os mercados em câmbio dispararam lá e a malta fica nervosa e não sabe qual é o câmbio, e começa a especular contra o câmbio, como na semana passada; talvez por isso elevaram a taxa de juros. Em resumo, não sabemos quanto será o volume de juros da dívida pública e, neste sentido, quanto mais demorar o plano, mais provável é que o volume – o plano é chegar à estabilização – da dívida pública seja com juros crescentes, porém com uma ressalva – porque perguntei: se tem tanta confiança no plano, porque não põs o orçamento em URV? O da receita disse: Eu não ponho. Apesar que o índice dele é o pior, mas ele espera que o índice dele agora melhore, e acelere. Do dólar, ele não sabe.

2) Despesa. Mas se eu tenho despesa em URV, só tenho recurso no orçamento para 7,7 bilhões. E sei que a dívida vai subir. Tenho ali dois mecanismos: o mecanismo do contingenciamento, que continua; e o mecanismo deste fundo especial, Fundo de Emergência, que na verdade não está fazendo emergência nenhuma enquanto não chegar no dia "D", porque até então ninguém gastará nada, ficará para o fim. Por enquanto serve para esterilizar recursos e não passá-los para os Estados e Municípios, quer dizer, impedir o gasto. Para quê? Para absorver qualquer eventual disparatório da fase de transição e que eles não podem prever. Então, está cheio de cláusulas de salvaguarda. É extremamente inteligente o plano.

Já passaram pelo Cruzado. Então, tudo que no Cruzado não deu certo eles listaram. Creio que exageraram um pouquinho na taxa de juros, porque lá a taxa de juros era baixa, não havia reserva, deu uma especulação imediata no mercado de câmbio, os exportadores pararam, tínhamos uma porcaria de reserva. Todos nós avisamos ao Senhor Presidente da República que o plano não podia continuar. E foi respondido – não a mim, porque lá não estava, porque se lá eu estivesse teria lido dito das boas e das melhores – que éramos técnicos e ele que sabia de política; que havia um processo eleitoral à vista e não queria mexer. Lamento que não esteja aqui o senador, porque não poderia me desmentir, porque isto foi um fato. Aí ele vem e diz que o problema foi só a bolha de consumo. Pois sim que foi só a bolha de consumo! Essa foi apenas uma das questões.

Tendo visto todos os problemas do Cruzado, este é o anti-cruzado; não tem abono, exceto para os funcionários – mas graças a Deus temos o Estado-Maior das Forças Armadas com a gente, se não fosse isso estaríamos fritos. (Risos.) A tropa não, mas tivemos três Ministros a favor dos "funças" contra a equipe econômica e ela perdeu. Ela não queria dar, mas deu. Sei que o Bacha não queria, o cara olha o orçamento e diz: se eu for dar isso eu estou frito. Não queria dar nada, mas teve que dar o aboninho, o abono mínimo.

O que o Ministro diz é verdade. Os privados têm o direito de negociar; se vão ou não vão pedir as perdas agora ou depois, problema dos sindicatos. Mas ele tem razão, não estão congelados

os salários, podem ser negociados. No Plano Cruzado tinha vindo tudo para o dia "D". Então, era de quatro em quatro meses que se negociava, você só podia negociar na data base. Foi por isso que deu um aumento de poder de compra para os assalariados, não foi só o aboninho. O abono era também – e isso as pessoas esquecem – para que não houvesse uma queda de salário nominal no mês de fevereiro ou janeiro, não me lembro mais, que era ilegal.

Mas, enfim, como tenho que haver com o abono, eu e Ulysses, me encham lá de que o Cruzado fracassou por minha causa. Mas eu não me importo. Este não vai fracassar por minha causa, porque estou aqui, criticamente, apontando pontos, toda semana escrevo: olhem tal coisa. Agora, se lêem ou não, não sei.

Hoje estou dizendo, estamos na seguinte situação, que o Mário já pontou, não tem âncora nenhuma, exceto salário. Propõe-se uma âncora cambial fixa. Complicado. Por que complicado? Porque deve passar um resíduo em URV. Quanto será? Um por cento, 2%, 3%, 5%, não sei; quanto menos melhor. Quanto mais convergirem os índices e o resíduo dos índices for baixo, melhor. Mas os preços absolutos em dólar estão inteiramente disparatados. E a idéia de que os mercados competitivos ajustam não é verdade, são os mercados ditos competitivos que estão dando o maior trabalho neste período, são os que estão mais enlouquecidos. Por quê? Porque os chamados mercados competitivos, na verdade, são 30%, estão revelados nas cadeias de venda ao consumidor, são competitivos. Só que há um pequeno detalhe, eles recebem da CEASA os preços, depois recebem higiene e limpeza do oligopólio de distribuição que já é parte do oligopólio de produção. Podem fazer um favor ao Dallari de fazer pela média os preços de produção, e as cadeias de distribuições que também são deles. Aí que vem uma questão que quero fazer particularmente para eles. Eu tenho claro que na medida em que a URV, como disse, carrega nas costas a inflação passada – é uma média de média, o que é uma brabeira, mas facilita. Ficamos quatro meses para ajustar preço, não ajustamos preços nenhum, não saímos e levamos uma trombada. Aqui não se trata disso, trata-se de média. É mais fácil desacelerar. É provável que já comece a desacelerar. Isto é, já estavam até começando a desacelerar e o Governo tem 20% de preços públicos, de tarifas que podem segurar – com gritarias das estatais naturalmente, tiveram que demitir um – mais 20% de oligopólios puros que o Dallari pode segurar.

E as cadeias? As cadeias com três estruturas de comercialização que embutem juros, e tendem a embutir juros. Como não houve tablita ninguém retirou os 40% que estavam lá. E não só retirou, como na semana passada, quando houve uma pequena movida no câmbio, que a malta olhou e disse: isso está atrasado, e vou em cima do Câmbio, e não sei se o Banco Central pôs a taxa de juros para cima, para segurar os caras. Isto que segura o mercado de câmbio bate nas cadeias. Aí está mal, porque aí não desacelera. Vinha desacelerando e é capaz de repicar a partir da terceira semana, ou seja, repicar em abril. E o que faz a URV? A URV está apontando 40%, que é a taxa com a qual entrou. Faz o quê?

Para começo de conversa o tal matrimônio que o Mário falou só não vai durar 999 anos, como não vai durar nem duas semanas, porque se mantivermos câmbio e salário em ordem unida e subir os dois, evidentemente nós não alinhavamos nunca mais. Então vão ter que desalinhar câmbio e salário e a única âncora vai ser o salário.

Não que não suba, vai subir. Com que defasagem? Com a defasagem que os índices permitem, que é mais ou menos um mês e meio, dois meses. Na verdade, são dois meses. Suponhamos, comece outra vez uma aceleração, só vai bater em abril.

Na prática, por causa da Justiça que não permite que o Banco Central pilote diariamente e arbitrariamente com essa estimati-

va da inflação a URV, estando a URV amarrada e os salários em URV todo mês a malta vai lá ver o que aconteceu com a URV e com os índices. É verdade que não é média ponderada, mas de qualquer maneira os salários não podem sair fora do triângulo, o câmbio também não pode sair fora do triângulo se não dá uma besteira. É um vídeo game. Você tem um vídeo game com dois carros, um carro é dos salários e outro carro é do câmbio. Pilotos de fórmula um, não a velocidade constante, acelerando nas curvas de Santos, mas não sabe qual é a curva, porque o outro sabe e então ele acelera na curva que tem que acelerar e desacelerar. Eles não sabem quais são as curvas. Depende da reação do mercado e o mercado está completamente irracional porque está com medo que aconteça alguma coisa.

Reação do Tápia, subiu para 50% o juro – se a imprensa não mente. Tápia é um banqueiro tranqüilo, Presidente da Febraban – um sujeito tranqüilo –, só que é do Bradesco e o Bradesco está carregado em títulos da dívida pública de curto prazo. Quando ele viu 50%, ele olhou e disse. Vamos dar o mico de novo. Claro, ele fica nervoso. Por isso que o Ministro não pode sair e tem que dizer que não vai dar mico nenhum. Ele pessoalmente. Porque não adianta ele, Ministro, dizer isso para o Tápia, porque ele não vai acreditar. Tem que ser o Ministro. Não adianta, não vai acreditar. Vai acreditar nesse Ministro. Não vai. Não adianta, pode cortar o sangue que ele não vai acreditar. Tem que ser o Ministro: Tápia fica calmo que não vou dar mico. Senão ele acha que ele vai dar mico.

O Daniel Dantas, que foi aluno do Mário, disse o quê? O pessoal ainda não percebeu que desde o nosso amigo, Marcílio, desregulou. Ficou um ano em 20%. Não sei porque ele não dolarizou de uma vez. Eu perguntei e ele disse que é contra. Então não entendi nada do que você fez.

Em resumo, a partir dali, estando os mercados financeiros desregulados, e você podendo ganhar ou no câmbio financeiro, ou nas operações de títulos, praticamente as pessoas pegam a taxa de juros e pilotam nos preços. Regra de dedo, nada está em URV. Regra de dedo, 50%. Estou dizendo isso para pessoas do mercado, não sou eu. Estava calculando no meu art. 47, no art. passado; já me bateram. Isso vai dar uns 47. Prometendo cadeia, não a inflação. A inflação, ao contrário, estava calculada. Disse assim: este plano tem mais sorte que o outro, porque não precisamos cair os preços, basta desacelerar, porque aí desacelera o IGPM, tem a safra agrícola, sobe o IPC um pouquinho, aí o triângulo vai fechando – o triângulo das Bermudas –, o câmbio e o salário vão ficando agarradinhos na URV; quando tiver agarrado, pau: dia "D". Sim, mas não agarra nada, está agarrando nada, está começando a... a cobra está começando a fumar, está claro? O que é normal, porque os mercados são muito sofisticados. Temos mercados muito sofisticados, com muitas moedas e com banqueiros e especuladores que aprenderam tudo.

O Diretor do Banco Central alemão veio aqui e disse: isto é uma coisa incrível, é o mercado financeiro mais sofisticado do mundo, sem moeda conversível, com reservas voláteis, porque é complicado, e eles aprontam, põem a corner o Banco Central periodicamente. É muito difícil. Por que eles são patifes? Não, estão ganhando dinheiro, é o negócio deles. Quer dizer, tendo a achar que são patifes, mas isso sou eu. Até tenho amigos que fazem isso, e não os chamo de patifes. Então, é assim. Este é o problema que vejo.

O dia "D" e o dólar deixo para o Paulo, senão vou esgotar tudo. Logo, tenho o seguinte problema: não tem âncora nenhuma, salvo o salário. Só este mês, no mês que vem já vai ter que mover se não desalecerar. Quero saber se alguém está pilotando esses índices bonitinho; dois, que não me venham dizer que a taxa de ju-

ros alta serve para controlar a bolha de consumo, porque agora não tem bolha de consumo nenhuma. A malta vai ao supermercado e mal consegue comprar a cesta básica. Bolha de consumo do quê? Parece tudo... Não é o Cruzado é que teve. A gente fez distribuição, sim. Eu, pelo menos, era a favor, outros contra, mas também não fizeram porque quisessem, é que precisavam de 8% para a coisa do salário. O plano era em preços absolutos. A genialidade deste Plano é que não é em preços absolutos. É uma invenção. Estou dizendo: se der certo, é para ganhar o Prêmio Nobel, sim; se der errado, exportamos para Harvard. (Risos).

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Passamos a palavra ao Dr. Paulo Nogueira Baptista Filho.

O SR. PAULO NOGUEIRA BAPTISTA FILHO – Em primeiro lugar, quero fazer um agradecimento ao Senador João Rocha e demais membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, em especial ao Senador Eduardo Suplicy, que foi um dos que mais trabalhou na organização deste debate, pelo convite para vir debater o Plano Fernando Henrique Cardoso.

Para não me estender demais, vou me limitar a comentar a fase 3 do programa, a reforma monetária propriamente dita, que é o que realmente interessa, é a fase mais importante, como já foi dito aqui inclusive. Até agora, estamos num processo de transição inevitavelmente difícil, complicado, mas o mais fundamental, e para isto devemos estar atentos, é a discussão do processo de estabilização, da fase de mudança do regime monetário.

Foi dito por vários comentadores, a meu ver com razão, que o Programa Fernando Henrique, até agora, carrega uma certa ambivalência no que tange à definição do seu rumo, nesta fase mais importante. Com o que vimos e ouvimos até agora, diria que há vários desfechos possíveis, três grandes tipos de desfechos, caso pudesse classificá-los. O primeiro deles seria o que eu chamaria de uma dolarização mais aberta. Aí é preciso definir um pouco as palavras, porque no debate econômico, especialmente quando adquire conotação política, há muita ambivalência terminológica que prejudica o entendimento do que se quer defender ou criticar.

Quando se fala em dolarização, ninguém imagina que o Governo brasileiro vá dar circulação ao dólar, criar um sistema bimonetário, como na Argentina, ou pior, um sistema centrado no dólar, como meio de pagamento principal, como no Panamá. Não se trata disso, não se cogita disso. O que é, sim, possível, a partir dos dados que já foram indicados – e há quem defenda esse desdobramento, como exemplo, o Deputado Roberto Campos, num artigo recente, na *Folha de S. Paulo*, é um mecanismo de estabilização, um tipo de reforma monetária no qual se procura, através de uma vinculação, com uma moeda estrangeira mais estável, obter uma base, um lastro, uma âncora, para o processo de estabilização. Como disse o Mário Henrique Simonsen, essa opção que ele também defende, seria uma espécie de padrão ouro: uma volta, uma regressão no tempo com uma diferença apenas a de o dólar, nesse padrão outro atualizado, estar desempenhando a função que antes era feita pela relíquia bárbara.

Mas creio que esse não seja o único desfecho possível. Há vários elementos na medida provisória da URV, em outras decisões do governo que apontam para soluções diferentes que, do meu ponto de vista, seriam menos inadequadas, por motivos que procurei explicar no pouco tempo que tenho. É possível, por exemplo, que tudo acabe no que alguns têm chamado de dolarização meia-sola. Uma dolarização não tão clara, não muito agressiva como a da Argentina, como o modelo do **Currency Board**, que era o modelo monetário das colônias inglesas, e que já foi proposto para o Brasil em diversos momentos. Mas um esquema que estabeleça vinculações com o dólar, que no caso do Brasil será a moeda, o

candidato natural para desempenhar a função de moeda âncora, aproveite alguns elementos do modelo básico da dolarização ou do padrão ouro dos pobres, que se propõe para países como a Argentina e Brasil, mas sem o grau de rigidez e de inflexibilidade que tem o **Currency Board** ou o modelo **Cavallo** de estabilização. Ainda há, na minha opinião, um terceiro grande tipo de desfecho, que considero mais adequado para o Brasil, especialmente para nossas características: uma solução interna para a reforma monetária. Gostaria de começar essa exposição inicial, fazendo um comentário rápido sobre as razões que me levam a crer que a dolarização, no sentido Argentino, no sentido do **Currency Board**, seria um desfecho especialmente inadequado. O que é dolarização no sentido que acabei de definir? Envolve, basicamente, variações em torno de quatro elementos: a ancoragem cambial, conversibilidade, lastreamento da emissão nas reservas e uso interno da moeda estrangeira. Se vocês observarem, todas as propostas ou esquema de reforma monetária com o lastro em uma moeda estrangeira forte, envolvem combinação de todos ou da maioria desses quatro elementos básicos. Não preciso me deter na explicação desses elementos. A âncora cambial envolveria a fixação do câmbio ou a sua pré-fixação, ou a definição de faixas muito estreitas para a variação do câmbio nominal. Conversibilidade significa o direito de trocar moeda nacional por estrangeira com pouca ou nenhuma restrição. Lastreamento da emissão nas reservas, já foi explicado aqui, quer dizer condicionar a possibilidade de criar uma moeda nacional à disponibilidade de um montante equivalente de moeda estrangeira, o dólar no caso. E o uso interno da moeda estrangeira seria remover todo o conjunto de dispositivos, ou parte dele, institucionais ou legais, que impedem ou restringem o uso da moeda estrangeira dentro da economia nacional. Publiquei recentemente um artigo, onde destaco que há vários pontos na medida provisória da URV que apontam para um caminho diferente desse. Foi mencionado aqui o art. 6º, da Medida Provisória, que proíbe e não dá força de lei a contratos expressos em moeda estrangeira, salvo quando haja autorização expressa em lei federal. Então, nesse ponto, verifica-se que a medida provisória se afasta do modelo argentino, como também na medida em que – a meu ver, corretamente – o governo não fixou a paridade entre dólar e URV, na medida provisória. Decisão que, se tomada, teria prefigurado uma solução de tipo argentino. Mas o governo decidiu – a meu ver mais uma vez corretamente, e esse ponto foi destacado aqui pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso em sua exposição – estabelecer uma referência interna para a URV. Inclusive, haveria a possibilidade se houver confiança nessa referência interna – já foi explicado aqui, não é preciso explicar de novo – de praticar um regime cambial, uma política de definição da URV, *vis-à-vis* do dólar, já na fase de transição, flexível, prefigurando um regime cambial flexível, também na terceira fase, após a criação do Real.

Feitas essas ressalvas, apesar disso tudo, pode ser que a gente caia num esquema próximo do argentino. Nesse caso, quais seriam os efeitos: primeiro é bom lembrar que esse tipo de solução, se o governo tiver coragem de tomar de enfrentar os enormes riscos que ela trás, terá impacto favorável no curto prazo, provocando uma baixa substancial da inflação, melhora no poder de compra dos salários e reativação da economia, todos sabemos disso. É por isso que alguns comentaristas mais agressivos têm associado à proposta de dolarização ao que eles chamam de estelionato eleitoral. É preciso frisar também que esses efeitos de curto prazo, favoráveis, seriam comprados pelo País à custa de seqüelas muito graves, sobretudo em médio e longo prazo. Não vou me estender, porque alguns desses pontos já foram discutidos, mas queria lembrar que uma solução à moda argentina, ou à moda do **Currency Board** significaria uma perda de aspectos vitais da polí-

tica econômica do País: ficaríamos sem autonomia na condução da política cambial e monetária. Ficaríamos a reboque, em matéria cambial e monetária, do Banco Central, emissor da moeda âncora. Se houvesse, por exemplo, expansão da liquidez na moeda âncora, teríamos expansão da liquidez na moeda ancorada, na nossa de forma mais ou menos automática. Convenha isso, ou não, aos propósitos da política econômica brasileira, à situação econômica brasileira. Se a moeda âncora, o dólar, sobe nos mercados internacionais, relativamente a outras moedas importantes, o Real subiria junto, convenha isso ou não à situação das contas externas brasileiras naquele momento. Vimos, senhores, com muita clareza, os enormes riscos e custos que podem decorrer de um processo de vinculação de moedas nacionais a uma moeda âncora, na experiência recente do sistema monetário europeu, em 1992/1993, que era uma espécie de sistema monetário ancorado no marco alemão, que desempenhava a função que aqui se propõe que o dólar tenha. Vejam bem, em países desenvolvidos, homogêneos, com fortes sistemas institucionais, quando houve uma divergência importante entre os interesses do país emissor da moeda âncora e o resto do sistema monetário europeu, prevaleceu, naturalmente, como costuma ocorrer no mundo, o interesse nacional alemão. E a França, Itália e a Inglaterra e tantos outros países sofreram as consequências e os custos enormes de ter, estabelecido em momento anterior, uma vinculação rígida com o marco alemão. Vejam que o que havia na Europa e que não foi possível sustentar, é muito diferente do que foi feito na Argentina e o que se propõe ao Brasil. Lá o que havia eram países homogêneos, desenvolvidos, com compromisso multilateral de sustentar as relações entre as taxas de câmbio. No caso brasileiro, assim como no do argentino, seria uma decisão unilateral do governo brasileiro, sem qualquer garantia de respaldo em momento de dificuldades por parte do Federal Reserve. Essa é uma primeira dificuldade. Gostaria de lembrar uma observação do Stanley Fischer que, a propósito dessa discussão fez o seguinte comentário, a meu ver, muito correto. Aqueles que estão propondo dolarização e **Currency Board** para países da América do Sul, tal como o Brasil, estão propondo para países subdesenvolvidos um sistema que não vingou, que não foi possível sustentar e seguir nos países desenvolvidos. O virtual colapso do sistema monetário europeu no ano passado marca o fim da última zona de estabilidade cambial que havia no mundo desenvolvido.

A segunda questão problemática, em parte relacionada a essa, diz respeito ao fato de que um sistema desses, de dolarização com âncora cambial etc., provocaria, provavelmente, por motivos que não preciso explicar longamente, desequilíbrios fortes em conta corrente, no balanço de pagamento. Não me convencem os argumentos daqueles que apontam para o fato que o Brasil tem uma posição sólida em conta corrente, superavitária, inclusive, em alguns anos do passado recente. A Argentina, por exemplo, e o México, antes de se lançarem em programas de ancoragem cambial, tinham expressivos superávits em conta corrente, no balanço de pagamento em contas correntes, ou seja, balança comercial superavitária suficiente para cobrir todas as despesas de juros e outras despesas de serviço e ainda restar um saldo. No ano calendário imediatamente seguinte ao início do programa, surgiram déficits. Bastou um ano para que o saldo se transformasse em déficit. Os números do México foram citados aqui pela Maria da Conceição Tavares, e os da Argentina são igualmente preocupantes, déficits em conta corrente na ordem de 8 bilhões de dólares. Um déficit comercial que, no ano passado, passou todas as expectativas, chegando a 3,6 bilhões de dólares. Todos sabemos que esse é o grande problema, como foi dito pelo Simonsen, do Plano Cavallo. É a sua grande vulnerabilidade: a rigidez cambial e os enormes desequilíbrios externos que isso tem trazido e a dependência desses

países em relação a financiamento externo, conseguido, geralmente, em condições neorosas, a curto prazo e taxas de juros altas, colocando esses países em posição frágil e com o risco de ter uma crise cambial. O Simonsen dizia nos anos 70 – não sei se ele ainda diz isso – que a inflação esfolia e a crise da balança de pagamento mata. É um problema grave, e fico preocupado quando vejo, Bacha, referências constantes ao fato de que na conversa que você tem mantido com os argentinos, o Cavallo estimula o Brasil a seguir um modelo de estabilização próximo ao que foi aplicado na Argentina, adaptado, é claro, às condições brasileiras. Recentemente, quando foi lançada a URV, recebi vários telefonemas de amigos argentinos, economistas, que me perguntaram: quando é que o Brasil vai fixar a taxa de câmbio? Porque estamos precisando urgentemente que o Brasil faça isso. O Brasil é o principal parceiro, o principal mercado para a Argentina. Uma fixação do câmbio que levasse a perda de competitividade brasileira e reativação da economia brasileira seria, talvez, uma tábua de salvação para o problema do desequilíbrio externo da economia Argentina. Quando ouço essas histórias, lembro-me da fábula do La Fontaine, daquela raposa que perdeu o rabo na armadilha e depois procurava convencer as demais que andar sem rabo era moda. Então, tomem muito cuidado com esses conselhos, vocês sabem o problema que isso traz. Creio que estamos diante de uma decisão muito séria e que pode nos trazer muitas dificuldades.

Não me convence também o apelo que se faz, constantemente, ao nível das nossas reservas. Elas são altas, mas foram constituídas em grande parte com financiamento externo volátil. O Pedro Malan esteve recentemente depondo na Subcomissão de Reforma Monetária da Câmara, em janeiro. Ele revelou um dado que não era conhecido. Em setembro de 1991, quando tivemos um princípio de corrida contra o cruzeiro, na gestão Marcílio, o Banco Central perdeu, em três dias, US\$2 bilhões. No México, uma informação do Fundo Monetário nos revela que, quando houve uma ameaça à aprovação do NAFTA, no Congresso, os mexicanos perderam US\$4 bilhões, em três dias. A vulnerabilidade financeira desses países, especialmente daqueles que prematuramente abrem a economia no ponto de vista financeiro, decretam a conversibilidade ampla ou irrestrita, é muito grande e devemos estar atentos a isso.

Há outros problemas que, para não me estender demais, não levantarei aqui. Quero apenas citar uma frase que o Ministro Fernando Henrique Cardoso disse aqui e que me chamou a atenção: "Precisamos saber o que vamos fazer, para que não façam por nós". Quero dizer aos senhores que essa discussão sobre adoção, por parte do Brasil, de um modelo monetário semelhante ao da Argentina, ou do **Currency Board**, é uma discussão que já começou há muitos anos, em Washington. Tenho visto aqui na imprensa brasileira essas idéias serem atribuídas, erroneamente, à equipe do Ministro Fernando Henrique Cardoso, e eu diria até injustamente. Nós que conhecemos a literatura internacional e sabemos que desde 1991 existe, da parte do Banco Mundial, em particular, um esforço institucional muito grande em propor reformas monetárias para países da América Latina, especialmente para o Brasil, que envolvem todos esses elementos que comentei aqui. Há estudos em grande número, conferências de grande porte, propostas de caráter oficial ao Governo brasileiro, e que até agora o Governo brasileiro tem sabido ignorar – espero. Mas existe uma discussão internacional, mais no Banco Mundial, pelo que percebo, do que no Fundo Monetário. Talvez um interesse maior do governo americano, interesse político de, através desse tipo de reforma monetária no Brasil, consolidar a formação de uma área monetária comum nas Américas, centrada, evidentemente, na moeda americana. Uma lei do Congresso americano, votada em 1992 e assina-

da pelo Presidente Bush, estabelece que os recursos que o governo americano deu naquela ocasião para reforçar o capital do Fundo, podem ser usados, para apoiar soluções desse tipo em qualquer – país membro do Fundo. Então, existe – digo isso com toda a serenidade, sem querer insinuar conspirações – uma discussão internacional pesada. E o Ministro Fernando Henrique quando fala que "precisamos saber o que fazer, antes que façam por nós", está dizendo uma coisa que me parece muito importante.

Notem também o seguinte: não há consenso técnico, a nível internacional, sobre a adequação dessa solução, especialmente no caso do Brasil. Economistas como Stanley Fischer, Sebastian Edwards, Ronald Mc Kinnon, mesmo defensores históricos de taxas fixas como Robert Mundell, ao serem consultados pelo Banco Mundial, opinaram, de forma enfática, contra essa solução. O Fundo Monetário, pelo que eu saiba, não se comprometeu com essa solução. Então, não há união de pensamento fora, e deixo bem claro que não há união de pensamento dentro do País. Economistas como Carlos Brandão, ex-Presidente do Banco Central, publicou em *O Globo*, esta semana, um artigo atacando esse desfecho possível para o Real. Pastore esteve aqui sexta-feira, na Comissão Mista e, pelo que me relataram, defendeu uma solução com flexibilidade cambial. Martone, da USP; Paulo Lira, ex-Presidente do Banco Central; Conceição Tavares, aqui presente. Então, não há consenso técnico sobre essa questão. Pelo contrário, há muita divergência e muita dúvida. Tudo o que for feito nessa área precisa ser feito com muito cuidado. Tenho a satisfação de saber que temos no Ministério da Fazenda, hoje, uma equipe competente e que conhece esses problemas, e que, tenho a impressão que está consciente dos riscos que o País corre, se for levado a esse tipo de solução.

Uma dolarização meia-sola, de tipo mais flexível, não é muito interessante discutir, porque ela tem os efeitos positivos e negativos da dolarização pura, num grau menor. Recentemente estava lendo um livro que recomendaria a vocês – quando voltarem para a universidade –, um livro escrito, recentemente, por Paul Volcker, onde este faz um retrospecto de sua carreira. Em certo momento ele diz: "Quando estávamos discutindo a passagem do sistema cambial mas rígido de Bretton Woods para um sistema mais flexível, no início dos anos 70, surgiram várias idéias de um sistema de taxas fixas com flexibilidade" – um pouco talvez na linha do que Simonsen esboçou aqui. Ele observou: "Chegamos à conclusão que esses sistemas de taxa fixa, com flexibilidade, tinham tais contradições inerentes, que, ou levavam à ruptura do esquema – na direção da flexibilidade – ou a um sistema de maior rigidez no plano cambial". Esses sistemas híbridos não se sustentam. Cuidado com o que os americanos chamam de *slippery slope*: o plano inclinado, escorregadio, que você crê que pode descer um pouquinho para ver como vai e depois não consegue voltar atrás. Mesmo a dolarização meia-sola, parece-me inadequada.

O que penso é que precisamos fazer um esforço que, tenho a impressão, deveria vir do Congresso e da sociedade brasileira, não apenas do Governo, embora este tenha que liderar essa discussão, necessariamente. Precisamos fazer o que foi feito com a URV para o Real. Precisamos buscar uma referência interna para o Real. Isso é consistente com o caminho que foi apontado. Creio também que precisamos abdicar de soluções definitivas, por motivos óbvios que não preciso explicar aqui: da própria situação política que vivemos. Vocês, com razão, e o Ministro Fernando Henrique assim repetiu que, quando trataram do ajuste fiscal chegaram à conclusão de que deveria haver um ajuste de caráter temporário, pois não havia condições de fazer um ajuste fiscal definitivo. Pois bem, no campo monetário é o mesmo raciocínio que precisa ser feito: precisam de um regime monetário temporário, que possa gerar

confiança no Real, sem que se pretenda, de imediato, chegar-se a um regime monetário duradouro. E a experiência histórica, recente e remota, de estabilização é muito variada. Creio que temos muito a aprender do que foi feito em outros países, usando de criatividade. Tudo repousa, fundamentalmente, na idéia que vocês já colocaram, na exposição de motivos da Medida Provisória da URV, que é de reorganizar, ainda que em bases temporárias, o sistema monetário e o órgão emissor. É importante, a meu ver, abrir a discussão, para que não se faça nada na calada da noite, como disse o Ministro. Tenho a impressão que vocês têm uma oportunidade, porque nenhuma das principais forças políticas do País deseja o fracasso do programa. Há uma possibilidade de entendimento amplo e creio que esta reunião pode ser um começo para esclarecer o pensamento de vocês em certas questões.

Para terminar, gostaria de fazer 3 ou 4 questões, que pediria que vocês respondessem quando for o momento. Todas elas sobre a fase 3. Primeiro: gostaria que esclarecessem até que ponto consideram que a confiabilidade do Real depende de conversibilidade numa moeda estrangeira; segundo, quando falam em lastreamento da moeda, como acabou de falar o ministro, o que entendem por isso? Quais são as formas de lastreamento da moeda Real, que vocês estão examinando e querendo discutir. O Edmar Bacha disse-me na semana passada que pretende promover uma discussão ampla e irrestrita do assunto. Então, quais são as formas que vocês cogitam? Terceiro, qual é o papel que uma eventual revisão do Estatuto do Banco Central desempenharia na formação do Real? Quarto, que tipo de âncora cambial vocês consideram adequada? Se é que consideram algum tipo de âncora cambial adequada. Quinto, quando vocês falam em Conselho de Estabilização, qual é o mecanismo institucional exato que pensariam em adotar?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A palavra é franqueada aos Srs. Senadores.

A prioridade está para os Senadores e, após, aos representantes do Governo que vieram para debater como nossos convidados.

O SR. JOSÉ RICHÁ – Primeiro, sugiro que eles respondam as questões colocadas pelo Ministro Mário Henrique Simonsen.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A Presidência da Mesa acata a sugestão do Senador José Richá e passa a palavra ao Prof. Márcio e ao Dr. Gustavo Franco também para responderem às perguntas atinentes a cada um.

A Presidência da Mesa convida o Senador Affonso Camargo para assumir a Presidência por um período curto, na ausência do Presidente. Passo a Presidência ao Senador Affonso Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Affonso Camargo) – Com a palavra o Prof. Edmar Bacha.

O SR. EDMAR BACHA – Fiquei extremamente satisfeito com esse debate e não somente porque o meu prêmio de consolidação é dar aulas em Harvard, não. Acho que todas as três intervenções, nas suas diferenças, têm uma grande uniformidade que é dizer que o que interessa hoje é discutir o Real.

A URV é uma fase de transição para a uniformização dos contratos, para colocar a economia em fase para, depois, podermos fazer o Real. O problema que hoje se coloca para a URV não são propriamente as regras que são estabelecidas na medida provisória, como ficou claro nessa discussão. São as regras que vão ser estabelecidas para garantir a estabilidade do Real.

Quando os trabalhadores reclamam de perdas salariais, o que eles estão, na verdade, a meu ver, reclamando é do que ocorreu nos planos anteriores, onde se prometeu a média, a inflação não acabou e eles acabaram com perdas enormes após os planos.

Portanto, o que há nessas movimentações político-sindical é a falta de confiança porque, de fato, a inflação em Real vai ser muito baixa e, conseqüentemente, nesse contexto de inflação muito baixa, os trabalhadores podem abdicar dos mecanismos de defesa contra a superinflação que eles constituíram ao longo dos últimos trinta anos. É disso que se trata.

Quando os empresários, os comerciantes, remarcam seus preços, colocam seus preços no pico é porque eles estão antecipando de novo que, quando entrar o Real, vai ser tudo como antes no Quartel de Abrantes, porque o que o Governo vai ter é que tabelar, congelar os preços, e isso muito reforçado pela discussão política da medida aqui neste Congresso assim como na imprensa.

E, de novo, para que haja uma conversão apropriada dos salários, para que haja um comportamento adequado dos preços, o que importa são menos as regras que estamos estabelecendo agora – essas regras da média – e, sim, a confiança que possa incutir hoje de que no Real não vai haver inflação e que, portanto, de fato, podemos, ao longo desse período da URV nos acostumarmos a ter uma economia desindexada.

Então, a discussão na sua diferença, aponta exatamente para o que está em uma certa uniformidade do ponto de vista dos economistas. O que importa dizer é como é que se vai garantir que os preços não subam em Real, diz a Profª Maria da Conceição Tavares. Como é que se vão trazer juros de 50% ao ano para juros civilizados de 10% ao ano na nova moeda? Essa é a questão.

Pergunta o Prof. Simonsen como é que os preços, que hoje estão crescendo na primeira derivada, na segunda, quando ela vier, não vão crescer na mesma taxa que hoje?

Pergunta o Prof. Paulo Nogueira qual é o mecanismo de lastro. O que vai segurar essa economia? Vai ser o dólar? Vai ser o mecanismo interno, que espero que ele especifique.

Mas o que interessa discutir hoje é o que está apontado pelos três professores aqui presentes: como é que vamos garantir a estabilidade do Real, porque se tivermos confiança – todos nós – que o Real vai ser estável, acabaram as discussões sobre perdas salariais, porque com o Real estável o trabalhador livremente poderá negociar com ganhos nas suas negociações diretamente com os empregadores através dos contratos coletivos do trabalho, livres da subordinação que hoje eles têm a essa política salarial do Governo, que somente garante que, na corrida dos salários e preços, os salários vão de escada e os preços vão de elevador.

Se houver confiança na estabilidade, cessa a discussão sobre perda porque o trabalhador sabe que poderá se organizar e negociar com seus patrões por ganhos reais. Se houver confiança na estabilidade, cessa a remarcação de preços porque os comerciantes, os empresários, industriais, sabem que vão ter que ganhar da concorrência na produtividade, na capacidade de penetrar mercados e que com preços altos não vão a lugar nenhum porque o Real sendo uma moeda estável não vai gerar inflação para que eles possam vender qualquer coisa a qualquer preço.

Então, a discussão, no caso, creio que é extremamente importante, talvez porque estejamos marcando hoje um momento histórico nessa discussão sobre o Plano de Estabilização. Vamos parar de discutir o passado inflacionário e vamos começar a discutir um futuro sem inflação. Vamos parar de discutir sobre nominalismos e vamos passar a discutir sobre questões que têm a ver com realismo.

A questão que se coloca, justamente, é como é que o Governo pode garantir a estabilidade dessa nova moeda. Será que é meramente ancorando no dólar? Claro que não, porque a ancoragem no dólar dura enquanto durarem as nossas reservas. Quando elas acabarem, como acabou no Cruzado, ela vai embora.

É claro que tem que ser ancorado em instituições monetárias sólidas, nas quais tenhamos confiança de que essas instituições politicamente supervisionadas não possam emitir, seja para financiar déficit, seja para dar assistência e liquidez a bancos falidos.

Essa é a questão da construção das instituições monetárias. Por mais penosa e mais chata que ela seja vis-à-vis discutir preços abusivos e perdas salariais, é que é o fulcro da questão da estabilidade e, a partir dessa discussão, é que vamos poder resolver os problemas que hoje, aparentemente, tanto angustiam, que são os problemas do passado e, não, os problemas do futuro, que temos que convergir daqui para a frente. Inclusive em termos, se assim entenderem os Srs. Deputados e Senadores, de melhorar a medida provisória, de especificar mais detalhes. Quais são os mecanismos monetários de garantia de que a emissão do Real não poderá ser feita nem para financiar o déficit nem para atender a problemas do mercado financeiro público ou privado.

É disso que se trata. Como é que vamos ter condições de sair dessa moeda remunerada, inflacionada, para uma moeda estável? Esta é que é a grande questão que se coloca no Brasil, porque criamos uma economia que, para sobreviver, inventou a moeda remunerada, que não atinge ninguém daqui. A inflação, atualmente, para nós, de 40% é como se fosse zero. O nosso dinheiro e os nossos salários são corrigidos todos os dias, todos os meses; o dinheiro que colocamos no mercado financeiro é corrigido todo dia. Isso não afeta os banqueiros, não afeta os comerciantes, não afeta os industriais. A economia tornou-se imune à inflação. A inflação somente afeta, hoje, quem não tem direito à moeda remunerada, que são os pobres deste País, que não têm voz e nem maneira de influir nisso. Se a inflação estivesse prejudicando os ricos deste País, eles já teriam acabado com ela há muito tempo.

Nós inventamos esse cataclismo que é a moeda remunerada, remunerada com esses juros escandalosos que estão aí hoje. Como é que vamos suprimir isso? O Collor falou: "capa todo mundo, tira 75% de todo mundo nessa moeda". A economia vive disso. O capital de giro das empresas depende dessa moeda. O que é que aconteceu? A produção industrial do Estado de São Paulo caiu 40% em abril e, depois, abriram as torneirinhas e se voltou à moeda remunerada e à inflação.

Propostas mais radicais dizem: por que é que o Governo não dá o cano na dívida e entrega o dinheiro às pessoas? Pára de remunerar as contas correntes, pára de remunerar a poupança, pára de remunerar os CDB. O que é que todos nós vamos fazer no dia em que o Governo fizer isso? Vamos todos correr para o dólar, o dólar irá para o espaço, os preços irão atrás, os salários junto e vamos ter a hiperinflação.

Então, esse programa e essa etapa de transição da URV são necessários justamente por isso, porque constituem-se num mecanismo vindo, não de uma decisão autocrática, mas de uma decisão coletiva, em que todos tenham a percepção clara do que se trata para podermos transitar de uma moeda remunerada, que realimenta a superinflação através dos juros estratosféricos, para uma moeda que seja estável, porque as regras de emissão dela são confiáveis, porque a população discutiu através de seus representantes e estabeleceu para o Banco Central do Brasil que as regras têm que ser tais, que ali ninguém chega perto, quer seja o interesse regional, político ou o de banqueiro.

O Banco Central responde diretamente à Comissão de Economia da Câmara e do Senado e tem que vir aqui todo o mês explicar o que é que fez naquele mês em relação às determinações que recebeu da Câmara e do Senado; mas as determinações têm que ser claras: só emite dentro das necessidades estritas de uma economia com preços estabilizados.

É isso que acho que estamos discutindo aqui. Às perguntas específicas que foram feitas, não temos respostas. Queremos colocar as questões nos próximos meses para discussão, para que o Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior, com essa crítica muito forte e muito justa do padrão ouro, venha e nos apresente, para discutirmos, a sua proposta para o lastro interno.

O professor Simonsen nos pergunta como podemos ter mecanismos de flexibilidade. Outros países tiveram mecanismos de flexibilidade. Israel teve o câmbio fixo durante seis meses, depois o flexibilizou e conseguiu dominar a inflação assim mesmo. O Chile fez a mesma coisa, também não teve atraso significativo, não teve os problemas que hoje enfrentam o México e a Argentina. Quer dizer, já temos experiências de superinflações que foram dominadas através da constituição de mecanismos monetários muito fortes. No caso de Israel, teve aprovação integral tanto do Partido Trabalhista como do Partido Conservador. No Chile, infelizmente, a coisa foi feita de uma maneira um pouco mais adversa, mas, eventualmente referendada também pelo atual partido do poder.

De modo que é disso que se trata. Gostaria imensamente que de fato essa minha esperança se transformasse em realidade. Hoje estamos marcando um ponto de transição. Precisamos parar de discutir questões do passado, referentes às perdas dos aumentos abusivos de preços, que realmente irritam e afetam o nosso cotidiano. O que nos cumpre discutir e fazer é aprontar preço futuro nas questões do futuro e como vamos, de fato, garantir que teremos uma moeda real estável neste País.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra ao Dr. Gustavo Franco.

O SR. GUSTAVO FRANCO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Colegas e Professores, gostaria de iniciar agradecendo as palavras gentis dos Profs. que se encontram junto à Mesa e de novamente acentuar, como meu colega acabou de fazer, a importância do fato de a reflexão sobre o problema da inflação brasileira ter atingido o nível de maturidade e até um certo consenso nos seus aspectos fundamentais, relativamente ao que era este debate há alguns anos, pensamento se digladiavam em torno de teorias alternativas competitivas sobre a inflação brasileira. Finalmente, parece que hoje existe uma sequência de fundamentos básicos com a qual coexiste uma dose de concordância, eu diria, extraordinária.

Foi mencionado que pelo menos dois desses aspectos fundamentais do programa do combate à inflação são hoje de aceitação ampla. O primeiro deles é a questão fiscal, cujo desdobramento é a questão da reforma do Estado, do modo de funcionar o equilíbrio financeiro e fiscal do Estado.

O segundo grande problema refere-se às instituições monetárias e está ligado à nova moeda.

É sintomático que, depois de tantas idas e vindas, o debate tenha retornado a fundamentos tão primários da questão inflacionária. Ao longo dos séculos, a história dos programas de estabilização, neste continente e em outros, sempre foi de se conseguir um equilíbrio fiscal monetárias sólidas: um Estado que só gasta o que arrecada e uma moeda que não é emitida de forma irresponsável. Coisas básicas. E é sintomático que tenhamos feito um trajeto tão longo para chegarmos a um ponto tão simples.

De certa maneira, esse programa, com todas as suas complexidades, é simples, cujo foco principal são esses dois fundamentos.

Sabemos que temos um enorme desafio pela frente no sentido de administrar essa complexa fase dois, a URV, a desmontagem dos mecanismos de realimentação inflacionária, através das

mudanças contratuais, das mudanças na política salarial, que asseguram que possamos ter uma discussão sobre o futuro e não sobre o passado, como já foi aventado.

O que há de mais perigoso nesse trajeto talvez seja o que há de mais inovador nesse programa, o fato de ter sido concebido, discutido de forma aberta, seqüencial, tanto no Congresso Nacional quanto nas páginas da imprensa.

Para nós é muito gratificante ver idéias concebidas por nós serem discutidas de forma aberta e ao fim de cada etapa receber um veredicto favorável dos nossos Pares e também de tantos outros.

Acredito que a ênfase na fase três, especialmente enfatizada nesta Mesa, traz a questão da emissão de moeda como o tema fundamental a ser discutido daqui para frente. Emissão de moeda é algo que não existe, o que indica que não produz inflação. É curioso que durante todo esse tempo, com essa inflação tão alta que vivemos, tão pouco se falou da emissão de moeda, da guitarra do Banco Central e coisas desse tipo. É hora de discutirmos esse assunto.

É claro que o desenho das instituições monetárias é em apenas um ponto de um programa maior de reforma estrutural a que este País deve enfrentar.

Temas fundamentais levantados na Revisão Constitucional devem encontrar solução para viabilizar, do ponto de vista fiscal e financeiro, o Estado. Sabidamente ao repensar o Estado teremos que avançar no Programa de Privatização, pois ele é essencial para que se produza um novo desenho do Estado, consistente com uma nova realidade. É isso que devemos olhar. Nosso programa de se complementa por uma discussão e solução desses problemas mais fundamentais do Brasil.

Do ponto de vista específico das instituições monetárias, o Professor Paulo Nogueira fez uma análise bastante aguda do que há em jogo nesse tipo de definição. As armadilhas técnicas e políticas que existem em programas de dolarização. Foi bem salientado que a grande questão envolvida aí não é apenas a questão da disciplina monetária, mas é a questão da soberania, que, como também foi mencionado, foi tratada com extremo cuidado na medida provisória. E será, com certeza, tratada ainda com mais cuidado na fase três, quando estivermos desenhando as novas instituições monetárias deste País.

É salientado, também, que a questão da confiança é fundamental, e para tanto o desenho institucional, o processo de emissão de moeda e das autoridades monetárias, que tudo isso seja sólido; que se discuta com grande clareza, garde transparência, o tema da autonomia da autoridade emissora, dentro ou fora do Banco Central. Que se discuta à exaustão a idéia do lastreamento de como isso deve ser feito em conjunto com regras monetárias. Regras que impeçam o mau aproveitamento da emissão e, portanto, a indisciplina monetária que nos levou aonde estamos hoje.

Os problemas técnicos não são insuperáveis, de modo algum, até por que, como já foi mencionado, o problema não é difícil; o problema é simples. O problema é de disciplina monetária e de não se emitir moeda de forma irresponsável.

Quando começamos a pensar nessa medida provisória, iniciamos um longo e profícuo diálogo com os juristas, para que o resultado final dessa nossa medida provisória não encontrasse os óbices legais e não cometesse as violências que outros planos cometeram. Tratava-se de reconstruir, em última instância, a moeda nacional. E, portanto, era preciso recuperar todo um passado de sucessões acerca da doutrina nominalista, que ainda rege muito da nossa legislação monetária, e que se incorporasse na legislação monetária o entendimento, hoje bastante sofisticado, que essa sociedade tem acerca da questão da correção monetária.

De certa maneira, pode-se dizer que essa medida provisória recupera um dos pedaços da moeda nacional que se perdeu, que se privatizou desgraçadamente. A função da moeda de servir como unidade de conta – isso se perdeu porque o cruzeiro não serve para medir coisa alguma. Portanto, hoje, essa sociedade convive com diversas unidades de conta, índices de preços, unidades de conta, índices de preços, unidades de valor, unidades fiscais, IGPMs, UFIRs, e todas essas coisas substituem algo que o Estado devia proporcionar: uma unidade de conta. Isso é uma fase.

A fase seguinte consiste em recuperar uma outra função da moeda, fundamental, para que a moeda, fundamental, para que a moeda, enfim, existia fisicamente, que é a função reserva de valor. Hoje, função essa extraviada para os títulos financeiros de alta liquidez, que abrigam a riqueza monetária e financeira da economia. Ao substituir a moeda remunerada pela moeda lastreada, estaremos ao final desse processo, reunificando as funções da moeda. Teremos, então, um meio de pagamento, uma reserva de valor e uma unidade de conta em uma só moeda: o Real. E, ao fim da contas, quando o Real se torna um meio de pagamento retira-se, solucionando-se uma perda, do ponto de vista do trabalhador e da sociedade como um todo, que só o fim da inflação pode solucionar: é a perda do poder de compra do dinheiro, propriamente dito. O trabalhador que pode ter até uma indexação perfeita dos seus salários, e ele terá alguma coisa muito próxima disso agora. Mas a garantia de que o dinheiro que ele recebe, no dia em que recebe a poderá comprar mercadorias a preços estáveis, é uma garantia que poderemos dar lá na frente, quando tivermos instituições monetária sólidas e um processo de emissão monetária sujeito a toda espécie de restrição e controle social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) –tg Está franqueada a palavra aos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, seria importante que após os Senadores possam falar os Deputados, principalmente os membros da Comissão Mista que examina a Medida Provisória nº 434 que foram convidados para estar presentes, o que seria enriquecedor para nós.

Gostaria de cumprimentar a Comissão na pessoa do Presidente, porque na minha avaliação, Sr. Presidente, este é um dos mais ricos debates que a Comissão de Assuntos Econômicos realizou desde o início do meu mandato, desde 1991. E isso graças a presença de todos, desde o Ministro aos demais convidados que conosco estão contribuindo.

Como a ênfase foi, sobretudo, sobre o que será a fase 3, e como o Professor e Assessor Especial Edmar Bacha mencionou que gostaria que se aprofundasse a discussão deste tema, eu gostaria de – até ele solicitou que fosse feito isso por parte do Professor Paulo Nogueira Baptista Júnior – solicitar ao Professor Paulo pudesse aprofundar este tema.

O que poderia ser hoje a âncora interna? Que paralelo poderíamos ter com outras experiências de países que enfrentaram situações de estabilização ou de hiperinflação, mas conseguiram estabilizar a moeda e que tiveram procedimentos semelhantes.

Como o Professor Paulo tem escrito sobre isto, salientando experiências do que ocorreu nos Estados Unidos após a guerra da Independência, na França, após a Revolução Francesa, na Alemanha, Polônia, nos anos 20, se poderíamos ter para o Brasil presente, inclusive nas circunstâncias deste plano de introdução do Real, alguma coisa que guardasse paralelo.

Pergunto ao Professor Mário Henrique Simonsen que avaliação faz deste caminho sugerido? Porque há uma diferença entre

os expositores. O Professor Mário Henrique Simonsen, no seu artigo publicado na revista *Exame* e também aqui disse que poderia ser adequada a fixação, pelo menos, temporária do Real em relação ao dólar até que numa outra fase em que viria o tempo de flexibilidade. Portanto, na medida em que certamente conhece estas outras experiências, pergunto se poderia, à luz do que puder o Professor Paulo Nogueira Baptista descrever, dar a sua opinião.

Gostaria de ouvir tanto por parte dos Professores Gustavo Franco e Edmar Bacha com respeito à duração da transição, se seria adequado ao Congresso Nacional se preocupar com uma duração mínima, como a que tem sido ventilada, seja de 3, 4 meses, já que o Executivo propôs uma duração máxima de 360 dias? Ou se seria o caso de colocarmos critérios, ou seja, o Real poderá existir e começar a ser emitido, o dia D, a partir de terem sido preenchidos alguns critérios e se isso deveria constar da Medida Provisória ou do Projeto de Conversão, levando-se em conta os diversos riscos no que diz respeito às expectativas no mercado?

A Profª Maria da Conceição Tavares mencionou e colocou a questão importante do efeito do aumento tão significativo das taxas de juros, que de lado elevou o nível de reservas, mas à custa de tornarem os títulos tão mais atrativos, em especial para investidores estrangeiros de curto prazo, mas mostrando que esta elevação das taxas de juros acabou tendo um efeito no aumento de preços, especialmente dos setores de maior concentração.

O SR. (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. EDUARDO SUPLICY – Perdão.

O SR. (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas, ou em ambos os casos, não é?

Então, o Governo tem considerado conter, de alguma forma, os preços na economia, procurou usar não de tabelamento, mas de outros instrumentos.

Ora, não será este aumento tão significativo das taxas de juros uma pressão no sentido contrário, até dificultando as tentativas de controle de preços, por exemplo, dos setores oligopolizados?

A medida provisória adotou como parâmetro, para saber se os preços estão exagerados ou não nos setores concentrados, a média dos preços dos últimos quatro meses de 1993. Será este parâmetro adequado para alguns setores onde porventura tenha havido abusos, no que diz respeito à margem extraordinária de lucro? Que outras alternativas haveria e que eventuais sanções pudessem ser eficazes estaria o Governo considerando para resolver isso?

O Prof. Edmar Bacha, nos anos 60-70, foi uma das pessoas que, com muita sensibilidade e inteligência, chamou a atenção para o processo de concentração da renda e da riqueza. Tornou-se extremamente conhecido o seu artigo denominando o Brasil de "Belíndia". No projeto de democracia para o Brasil preocupou, sobretudo, com o processo de concentração da renda e propondo instrumentos para atacar-se o problema da má distribuição, o problema da miséria, e também foi um dos críticos daqueles que diziam: ah! é preciso primeiro crescer para depois distribuir.

Mas o plano de estabilização, envolvendo um horizonte de dez meses, ele, até pelas declarações da equipe econômica, não visa melhorar a distribuição da renda.

Mas o Governo tem até o mérito de ter instituído o Conselho de Segurança Alimentar, a Ação pela Cidadania, o Combate à Fome e à Miséria e o Betinho, Dom Mauro Morelli, com o apoio do Presidente Itamar Franco, conseguiu sensibilizar a sociedade para atacar esse problema. Mas até agora, em termos de instrumentos de política econômica, foram relativamente poucos os passos.

O próprio Fundo Social de Emergência, ainda que com este nome, como mencionou a Profª Maria da Conceição, esteriliza recursos e não propriamente gasta, na direção de resolver problemas sociais de grande importância, salvo no que diz respeito a possibilitar, pelo menos, que a Previdência não estoure, o que é importante também, mas é ainda relativamente pouco.

Estamos vivendo um momento no Brasil, onde o Congresso Nacional, a opinião pública ficou assustada, com razão, sobre como são mal gastos os recursos públicos.

Parece-me que seria o momento adequado de o Governo não apenas se preocupar com a questão do equilíbrio fiscal, mas se preocupar sobretudo com o conteúdo dos gastos governamentais, já que todos constatamos que são inadequados.

O Ministro da Fazenda, em algumas de suas visitas ao Congresso, diz que a preocupação dele era mais com o equilíbrio, que não estava com tempo para olhar tanto essa parte do conteúdo dos gastos.

Estamos com um problema sério, porque sobre o conteúdo dos gastos o Congresso Nacional vai examiná-los em tempo recorde de atraso. É capaz de não termos aprovado o Orçamento da União até meados do ano. Não temos ainda a última Mensagem Orçamentária. Sabemos apenas que ainda virá a reformulação do Orçamento, decorrente da aprovação do Fundo Social de Emergência. Ainda não chegou. Quando chegar começa a tramitação com 105 dias para o Regimento Interno, entrando em junho ou julho.

Fico pensando se não seria o caso – e já existe até uma proposta neste sentido – de o Dia D, o do Real não chegar antes de aprovado o Orçamento? Preocupado com a racionalização dos gastos públicos, considero importante as palavras ditas quinta-feira por Edmar Bacha ao Deputado Gonzaga Mota, segundo me relatou, de que o Ministro Fernando Henrique, quando na sexta-feira a Comissão examinou, de fato está de acordo que no projeto de conversão se coloque que o programa de garantia de renda mínima poderá ser iniciado em janeiro de 1995, de uma forma gradual.

Avalio que esta é uma decisão do Congresso e do Executivo que, se de fato concretizada, significará que, pelo menos, no médio prazo a preocupação para se resolver o problema da miséria e da fome estará contemplada.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Gostaria de saber se V. Exª quer iniciar a própria resposta, através do Dr. Paulo Nogueira e do Dr. Mário Henrique Simonsen...

O SR. EDUARDO SUPPLY – O Presidente pode resolver, mas falta uma questão que não posso deixar...

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Queremos delimitar o tempo de pergunta e resposta, porque o Ministro tem que retornar às 19h30min.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Foi colocado aqui e é inevitável que se pergunte. A Professora Maria da Conceição Tavares mencionou que se o Ministro sair haverá expectativas na sociedade de enorme insegurança.

Perguntaria aos Drs. Gustavo Franco e Edmar Bacha, em especial, se não é o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, um fator importante de unidade na equipe, na medida em que notamos, pelo que vemos na imprensa, que há, como é natural entre 4 ou 5 economistas – basta ver o que acontece na Mesa – algumas opiniões divergentes.

Se sair o Ministro, o Plano FHC2 será transformado em uma outra fórmula química? Que cara terá essa fórmula? Os membros da equipe hoje têm segurança de qual será a fórmula tomada pelo Plano de Estabilização com a saída do Ministro daqui a quin-

ze dias, se ocorrer? Essa pergunta é importantíssima para a sociedade brasileira e gostaria de conhecer a opinião de ambos os membros da equipe.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Vamos começar da esquerda para a direita.

Concederei a palavra ao Dr. Paulo Nogueira Baptista, ao Dr. Mário Henrique Simonsen, à Professora Maria Conceição Tavares e, logo após, aos assessores do Plano: Dr. Gustavo Franco e ao Dr. Edmar Bacha.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Nogueira Baptista Júnior.

O SR. PAULO NOGUEIRA BAPTISTA JÚNIOR – O Dr. Edmar Bacha me fez uma pergunta pedindo uma especificação, reforçada pelo Senador Eduardo Suplicy, sem se dar ao trabalho de responder as perguntas específicas que fiz. (Risos.)

Eu gostaria de dizer que este debate, se não me engano, tem aspectos inéditos. Temos um Governo, que está fazendo um programa de estabilização, que diz que a fase crucial do programa precisa ser discutida, pois não há idéias definidas. E para dar um pontapé inicial neste debate, cabe ao Governo dizer as idéias ainda indefinidas que ele examina, para que possamos especificar um pouco mais a direção que devemos tomar.

O SR. – E o artigo da Folha de hoje?

O SR. PAULO NOGUEIRA BAPTISTA JÚNIOR – Não, aquilo está muito vago, aquilo não ajuda. Desculpe-me.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Aquilo ali parece coisa do século XIX.

O SR. PAULO NOGUEIRA BAPTISTA JÚNIOR – Acredito que o artigo é interessante, mas não especifica nada.

Penso, inclusive, Dr. Bacha, que se vocês conseguissem definir melhor a fase três com uma certa rapidez, sem precipitações, mas dando ênfase a esse aspecto, isso contribuiria para que a fase dois fosse um pouco menos tumultuada. Não concordo com o que disse o Gustavo: que as fases sucessivas do programa foram objeto de aprovação geral. Não! Penso que houve muitas críticas, há muita incerteza sobre a solidez da fase um; há incertezas sobre o andamento da fase dois, que a Drª Conceição, inclusive, ressaltou com a sua ênfase habitual. Por isso mesmo é que uma discussão aberta da fase três ajudaria a superar as fragilidades das fases anteriores do programa, não inteiramente resolvidas.

A questão da referência interna para a moeda me levaria muito longe. Não gostaria de apresentar nenhuma proposta definida neste momento. Por isso, preferia que o pontapé inicial, em termos de especificação, fosse dado pelo Governo para, então, em função disso, ir discutindo e poder desenvolver as alternativas que possam surgir.

Eu reiteraria as minhas questões: qual o papel da conversibilidade na geração de confiança? Quais são as formas de lastreamento da moeda específicas que se cogita usar? Qual o papel da independência do Banco nesse contexto? Qual o tipo de âncora cambial que se quer usar, se é que se quer usar alguma? Qual o significado do conselho de estabilização a respeito do qual o Governo tem falado? São cinco questões específicas que, acredito, seria útil se começássemos a discutí-las.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra ao Dr. Mário Henrique Simonsen.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – O grande problema de você querer falar nessa âncora monetária no momento em que se soltar o Real, é que ninguém sabe qual é a demanda de moeda no Brasil. Foi o grande problema do Cruzado, pois ninguém sabia o que era demanda e moeda. A introdução no progra-

ma de estabilização muda completamente a demanda de M1, M2, M3, M4, base, e tudo o mais. Todos os estudos estatísticos que se tem hoje sobre demanda de moeda dão uma instabilidade nos agregados nominais, tipo base, M1, que se chega à conclusão de que não se sabe qual a demanda de moeda que se pode controlar.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Então, por que não se aceita a proposta em URV?

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Eu vou chegar lá.

Bem, então controlar M2 é impossível, porque M2 é indexado, não se pode controlar nominalmente. Por isso penso que no momento em que você introduz o Real, não escapa da âncora cambial. Você precisa fixar a taxa de câmbio – e aí numa regra de conversibilidade relativa, mas com as taxas de Câmbio fixas, pois isso é essencial – e proibir qualquer emissão que não seja lastreada em reservas, com o objetivo de, nesse período – que não precisa ser muito grande; obviamente você tem que respeitar, cada vez que houver queda de reservas, e recolher a moeda em circulação, senão as reservas se esgotam –, feito todo tipo de âncora cambial com a correspondente âncora monetária, começar-se a descobrir qual é a sua demanda de moeda. Aí, então, você passa a ter condições para uma terceira fase, ou a fase seguinte, aí sim, deixa a taxa de câmbio flutuar depois, e aí controla a oferta nominal de moeda, como faz todo mundo que quer ter uma política monetária independente.

Como é que vou fazer isto na transição? Porque eu não sei qual será a demanda de moeda. Quer dizer, o drama da administração monetária do Cruzado foi esse. Todos acharam que havia muito espaço para a remonetização – realmente havia, mas não era aquilo que se pensava. Logo, essa transição tem que ser administrada e, a meu ver, não há outra solução a não ser essa que estou dizendo. Obviamente isso que estou dizendo é apenas um esboço da idéia geral. A operacionalização disso exige trabalho. Mas não se trata de nada aterrorizante, a meu ver.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – V. S.^a não concorda com a etapa, para variar minimamente, de quanto é a demanda de moeda corrente...

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Tenho muito medo disso.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Se todo mundo tem medo, não iremos a lugar algum.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Vamos fazer depósito à vista em URV?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Eu faria tranquilamente, pois há um fundo que não rende nada.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Para dizer a verdade eu não pensei muito no assunto, mas não sou contra. Se você me perguntar por que não deixar os bancos voluntariamente, não é obrigado, fazerem depósito à vista em URV...

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Eles não vão gostar porque vão perder a senhoriagem.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Todos vão querer fazer o mesmo.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Não sei.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Mas não vão querer que haja recolhimento compulsório. Está certo?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Pois é, está certo e não está porque precisa haver o compulsório.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Compulsório em URV ou compulsório em cruzeiros? Compulsório em URV eles aceitam. Eu não sou contra, mas acho que isso não resolve.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Não resolve mas é uma maneira de ir avaliando, ou seja, o diabo é que ele é meio vulgar... mas nem isso sabemos. Quanto ao M2 e M3 nós tratamos depois com uma resolução temporária, ancoramos no câmbio, baixamos as taxas de juros...

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Maria da Conceição, hoje nós não temos mais no Brasil a teoria das trocas, a equação das trocas. Temos a equação do troco. Moeda M1 é moeda para troco, só é usada para pagar o cigarro, o taxi.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Eu sei disso. Queria ver se pelo menos os trabalhadores poderiam usar a sua moeda para algo que não seja troco. Isso porque realmente fica difícil trabalhar.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – O melhor é passar logo para o Real.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – A malta vai ter que ir lá, pegar o dinheiro e sair em disparada para gastar tudo na primeira esquina.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Eu sei. Se você me perguntar o que ainda há de muito insatisfatório com relação à URV, eu responderei que é exatamente o fato de ninguém conseguir vê-la, de ninguém poder pagar nela.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Para eu ter legitimidade para falar pelos trabalhadores até me inscrevi no Partido dos Trabalhadores. Fiz isso com medo de que a malta achasse que eu não tinha legitimidade para fazê-lo. Sem ninguém ter me dito nada a respeito, até porque eu não reuni os companheiros, não tenho nada a ver com isso... (Risos) a sugestão foi ao mesmo tempo do Luiz Mendonça de Barros, que é um técnico que já esteve no Banco Central e do Deputado Paulo Paim, e que não combinaram nada... Por que foi do Mendonça de Barros? Porque ele viu o que foi a droga do Plano Cruzado, exatamente, e agora vai ocorrer o mesmo. Vai dar bode!

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Maria, a tua preocupação não vai resolver essa questão, pelo seguinte...

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Eu gostaria, pelo menos, de proteger a moeda dos trabalhadores.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Você autoriza, por exemplo, os bancos a receberem depósito em URV, mas eles não são obrigados a receberem depósito em URV. O que eles vão fazer é o seguinte: se você tem uma conta acima de 1.000 URV, eles pagam em URV; e até 1.000 URV em cruzeiros.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Ora, é só pôr a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, que são bancos públicos e não privados, para fazê-lo.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Mas já estão falidos.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Exatamente porque estão falidos e não faz a menor diferença, até porque banco público não vai à falência, enquanto que o Bradesco pode ser que sim.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Não vai à falência, mas é aquela estória: dá prejuízo ao Tesouro.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Dá prejuízo ao Tesouro? Uma conversa, porque o Tesouro está pagando as reservas dos bancos a uma taxa de juros de 50%! Quem está cobrando senhoriação são os bancos e não o Tesouro. O Tesouro não está emitindo moeda nenhuma. Se o Tesouro estivesse emitindo M1, porque é a máquina, porque é a Casa da Moeda... Que Casa da Moeda, que máquina coisa nenhuma! O Tesouro não tem o poder de emissão da moeda. Quem tem o poder de emissão de moeda são os bancos.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Maria da Conceição, agora você está brigando por causa da fase dois.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Sim, a fase dois, é claro, que é a que determinará, como dizia o Keynes: a longo prazo estaremos todos mortos. Se não houver a fase dois não chegaremos à fase três. Isso é óbvio! Ponha os seus olhos no futuro, mas qual futuro, se não vai haver futuro algum? O Ministro sai do Ministério, em abril estoura o plano e teremos uma hiper. É isso o que vai acontecer. E depois o Ministro vai, não para Harvard, mas para a sua fazenda, pensar sobre a desgraça que provocou.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Passamos a palavra à Profª Maria da Conceição Tavares, para que S. Sª possa concluir seu raciocínio.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Eu tenho a maior simpatia pelas idéias admiráveis como a de que o mercado regula tudo e que se tivermos algo parecido com uma moeda conversível, ancorada com banda, porque não vai ser fixo, vai ser... vamos copiar o Chile. Só há um problema, ou seja, 40% das exportações chilenas são em dólar e são do Estado, são cobre e o país ancora o que ele quiser numa moeda-mercadoria chamada cobre. Eu não tenho nenhuma exportação a não ser a da Vale, que é coisa pequena. O Estado tem um superávit, porque ele tem que comprar dos exportadores e esse superávit é privado. Por isso é que o André Lara, coitado, propôs, lá, àquela Câmara que eles comessem entre eles. Claro, **em passant**, o dólar ia ficar assim e a inflação, idem. Mas, enfim, eu não tenho tanta confiança na inteligência dos banqueiros – não na inteligência. É que os nossos banqueiros têm posições completamente diferentes. Se fosse num sistema bancário homogêneo, normal, do padrão-ouro, mas não é. Cada banco tem uma estrutura de dívida, de posições em carteira completamente diferentes. Eu sei, porque conheço todas, porque estou fazendo um estudo sobre isso. Não bate nada com nada. Não há regra geral nenhuma para o sistema. Olhe, pode haver uma regra para os oligopólios. Eu posso garantir que regras para os bancos não têm, porque banco não é oligopólio. Cada um é um segmento de mercado que ele explora.

Então, voltando. Gosto muito do futuro. Acharia admirável se pudéssemos estar com uma moeda estável e um Banco Central independente, com rigidez monetária e com uma política austera – como escreveu hoje o professor – e que o equilíbrio fiscal estivesse bem. Isto não é o mundo contemporâneo. Num mundo contemporâneo, nenhum país, nem a Alemanha, a poderosa e ortodoxa Alemanha – e, uma vez, o Mário contou-me que o Presidente do Banco Central era uma piada – está nisto. Todos estão com déficit, com moeda remunerada. Há muito tempo em que a moeda não é reserva de valor como moeda remunerada. Todo mundo está com moeda remunerada e com câmbio flutuante. Um especulador em qualquer lugar da América Latina que tenha hoje um ex-Diretor do Banco Central para cuidar que este país tenha a particularidade de permitir que Diretores, que Presidentes de Banco Central, antes de dois anos, possam exercer funções privadas, o que é um escândalo

– que é um escândalo para o século XIX e para muitos do século XX, seguramente, um escândalo nos Estados Unidos – lá ninguém pode fazer isso. Está, lá, o ex-Presidente, o Sr. Volker que, durante dois anos, não pôde ir para banco algum. Bom, este País tem este mau hábito e as pessoas vão ganhar o seu dinheiro, tranquilamente, porque não estão roubando o Tesouro. Então, quero dizer o seguinte. Primeiro, o conflito distributivo não está suprimido. Mesmo quando tivermos o dia D, uma inflação de apenas, suponhamos, de dois a três por cento ao mês – estou sendo otimista – e uma âncora nominal com o câmbio, como manda a flutuação – suponhamos que é isto que eles vão adotar – ancorada numa reserva que, por sinal, a metade dela não é reserva de porcaria nenhuma, se é que a metade, tem que se ver, porque não é nada mais do que capital de curto prazo que pode quicar e, quando muito bem entender, ir embora, porque nós não temos mecanismos de controle que impeçam que eles vão embora. Porque vários deles entraram ao abrigo do Anexo IV e, embora eu imagine que o Franco tenha feito alguma coisa porque ele, ainda, não explicou para tentar segurar – até aqui, ainda não conseguiu segurar nada. Então, a verdade é a seguinte: Nós temos uma parte de reservas fluida. Só posso ancorar e lastrear – e de títulos cambiais – para os exportadores, obrigando-os a pagarem algum IOF da vida para que o Banco Central lhes dê o privilégio de manter o câmbio estável. É muito simples. Os exportadores que querem o câmbio estável e não querem sobrevalorizar, que paguem ao Banco Central, porque se não pagarem, o Banco Central vai passar ao Tesouro a conta, como tem pagado até hoje.

Dois: é evidente que, neste período de transição, se eu não conseguir, de alguma maneira, corporificar essa URV, ou eu acelero o dia "D" na marra – os preços não convergiram – e, ademais, de que terá inflação em URV – se terá preços em dólar nos mercados competitivos completamente desbaratados. É só os senhores perguntarem. Não tem nenhuma dondoca que compre mais roupa no Brasil. Todas vão a Nova Iorque, compram e pagam a passagem com o lucro que fizeram de ter ido a Nova Iorque. No Brasil está mais caro do que em Nova Iorque. Não estava há dois anos atrás porque eles estavam dolarizando e, agora, não estão. Há mais de seis meses que o mercado não está dolarizado, enquanto que na Argentina estava e por isto eles puderam passar. Nós estamos com uma inflação em dólar brava, com preços absolutos, em dólar, selvagens. E não é porque os trabalhadores não compreem – não compram, evidentemente – que os preços vão baixar. Não vão baixar enquanto a regra de conversão não estiver clara. Portanto, nós vamos atravessar e chegar ao dia "D" com preços em dólar, fora do lugar, estupidamente altos e até poderemos ter alguma deflação que faça com que parte da inflação tenha deflação depois. Pode acontecer qualquer coisa. Então, quero dizer o seguinte: esta transição é crucial. O bem é possível encaixar pelo lado dos oligopólios, pelo lado das cadeias e segurar esse mercado para que a taxa de juros não tenha alta. Não é possível isto: eles bicam o Banco Central e eles têm de responder, subindo a taxa de juros, senão eles não rolam nada – rolam 6 milhões e, depois, não rolam nada... Assim, está difícil. Claro, alguma coisa tem de se fazer. O mercado está chantageando e o que é impressionante é que todos são, supostamente, aliados do Ministro. Gostariam que ele fosse Presidente, mas não lhe facilitam a vida como Ministro. Ou não sai do Ministério, ou sai e arreventa o plano e não será Presidente. Com aliados como esses, não se precisa de inimigos – é isso que digo. Está complicada a situação.

Segundo, mesmo depois do dia "D", se tivermos um Banco Central independente, com todas as regras que o professor falou, se ele tiver conseguido no câmbio segurar de maneira que não haja flutuação de reservas, porque senão – olha o que diz o Mário – sai

reservas (capital especulativo), ele tem de encolher a base. E aí ele é uma trapalhada, porque é um encolhimento de liquidez involuntário, portanto, há que ter uma regra. Entram reservas, *aumentam* as reservas, ele expande, é o caso da Argentina. A Argentina tem crédito e está crescendo, meus senhores, porque as reservas estão subindo a despeito do déficit. Então, ela tem, o Banco tem, os piranhas do mundo mandam dinheiro para ela emitir. Então, o Banco Central, que não tem o poder de emitir, *senão acompanhando as reservas, está emitindo como nunca* – não é Mário? – e tem crédito como nunca, e é por isso que está crescendo. Enquanto que o nosso risco é o contrário.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Os salários estão subindo um bocado, a um ponto tal que eles precisariam agora baixar para você poder ajustar sem a desvalorização.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Imagino.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – É o grande problema de...

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Claro, que foi o que o outro disse, o Dormas: "Precisamos de uma deflação de preços em salários". Isso, o ano passado.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – É lindo, mas é...

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – É lindo. Aí saí batendo os tacões, lá no BID, aos berros. Ele disse: *Long living gold standard*, e nunca mais cumprimento ele, porque parece que está brincando com a gente. Está brincando com a desgraça da gente. Sabe o que ele nos disse? Temos cocaína no sangue – nós, no Brasil. Ótimo. A sugestão dele é que, ao invés de cocaína, ponhamos uma injeção de heroína direto na veia. Aí, quem sabe, a gente morre de uma vez. Assim não dá, está claro? Isto não é para brincadeira. Não agüento mais economista americano, que tem tanta formação quanto todos estes aqui, vir encher a nossa paciência. É demais pelo resultado que o seu outro concorrente esteve na Rússia, é melhor que não venham encher a nossa paciência. Os que há aqui são ótimos e irão para Harvard com tanta categoria quanto eles, e não encham a paciência. Não sei o que você sente, mas eu fico indignada.

Há um conflito distributivo, há uma porcaria de uma tradição monetária difícilima, há um salário mínimo que é uma miséria, e que não pode ser corrigido à galega depois do dia "D". Porque, se eu der depois do dia "D" 50% de aumento ao salário mínimo, tenho uma inflação brutal. Tenho ou não tenho? Então, neste período da transição, tenho de acomodar todos os conflitos.

O conflito distributivo, por exemplo, tenho de negociar o salário mínimo. Não posso aceitar que o salário mínimo esteja em 56 e que a cesta básica esteja em 90. Continua assim. E até quando deixo assim? Para o dia "D"? Mas, se deixar para o dia "D" – o Mário é testemunha, ou não é Mário? – com moeda estável, dou 50% de aumento do salário mínimo, e lá vai tudo para o diabo. Então, daqui até o dia "D", vai ter de negociar o salário mínimo, vai ter de negociar com os oligopólios.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Mas vai tudo para o diabo também.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Vai de vagarinho. Inflação em URV, meu bem, só. Inflação em URV.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Ah, bom, mas é a mesma coisa.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Ah, é a mesma coisa? Julguei que os salários estavam em URV, veja você.

Se há uma inflação em URV, não posso corrigir esta inflação para o mínimo; não falei para os outros; para o mínimo. Se não pode nem para o mínimo, os outros estão fora; os outros negociam nas centrais, fazem o que bem entenderem. Como você muito bem disse, existe poder de negociação dos grandes sindicatos. Agora, o mínimo, que poder de negociação tem? Nenhuma. Então, suprime o mínimo, prorroga a renda mínima dele em mais de um mínimo, pronto, está resolvido. Aí o fiscal vai pagar. Aí quero ver os juros se tu baixas.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Mas que é o seu mínimo? É o mínimo de Previdência?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Na Constituição, está implícito – está aqui o Senador que não me deixa mentir: lembra, Senador, quando discutimos isso? O que foi que o Rafael e todos dissemos: separa o mínimo da Previdência. Aí a Justiça veio e deu ganho de causa; aí o Britto pagou e arrombou mais com o déficit que ele já tinha. Bom, assim não dá! Se o Congresso separa o mínimo, o mínimo não pode ser base de Previdência, nem de porcaria nenhuma.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – No momento em que você transforma o salário em esmola, é claro que ele vai ter um valor de esmola.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Esmola?

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Assistência, é isso que você está falando?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Qual assistência! Quero um mínimo que preste, que não bata na Previdência, nem bata nos contratos de trabalho.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Você está dizendo a mesma coisa que eu, acabou.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Então, pronto. Ótimo, ainda bem.

Agora, não me venha dizer que está tudo resolvido com os olhos no futuro. Não há futuro sem presente. Este período de transição é decisivo: ou se resolve essa questão do mínimo e o Congresso dá um jeito de separar essa porcaria do mínimo da Previdência, ou não vamos a lugar nenhum. Porque esse mínimo é uma coisa que mata de fome mesmo os que trabalham, que dirá os que não trabalham.

Dois: cesta básica. Tenho que ter mecanismos de cesta básica. Acontece que a cesta básica explodiu, e não importei nada. Agora que vão importar?! Bom, está tarde, mas é melhor. Cesta básica, reconstruir com o sistema de controle de preços que o Dr. Mário Henrique montou, aliás montou o Delfim Netto e o senhor aperfeiçoou. Está uma porcaria e que precisa, porque V. Ex.^a sempre disse que precisava. Então, volta a fazer o que ele fez, volta a fazer o que eles fizeram, meu Deus! Estragou tudo, avacalhou tudo. Volta. Se não tiver um sistema de controle de preços, dado que as tensões tributivas são muito altas e que os mercados não são perfeitos etc, e que o juro influi na cadeia, não há como manter preços estáveis. Isso é um sonho de uma noite de verão. Logo, 1 – mínimo; 2 – controle de preços, refaz, porque estava funcionando muito bem, obrigado, no tempo do Mário Simonsen. Sabe o que diziam no tempo dele? O CIP administra a margem de lucro dos cartéis... Poxa, eu dava tudo para ter hoje o CIP administrando a margem de lucros dos cartéis, o senhor não dava? Era a acusação que te faziam, está aí uma boa! Eu adoraria ter o CIP administrando a margem de lucro dos cartéis, só que ninguém administra. O Dallari fala uma coisa, depois vem o Pérsia Arida e diz o contrário. Vê se é possível: o Dallari chega e diz: "Vou controlar os oli-

gopólios", aí o Pérsia diz: "É melhor ir pelo mercado livre". Bom, assim ninguém acredita, não é verdade? Ninguém acredita, não é possível. Um diz que que é pelo mercado o outro diz que é para controlar!? Enquanto todo mundo sabe – Mário, estou te perguntando: se não tiver um sistema de controle dos preços administrados neste País, dada a cadeia complicada, dada a situação das estradas, da comercialização, das tarifas, é possível garantir um sistema de preço estável? Só ancorando no dólar, Mário?

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Poder pode ser que sim, caso você abra muito a economia, se estiver...

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Mas para esta economia continental, não adianta. Por mais que abramos essa economia...

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Se você tiver uma lei antitruste muito adequada. Agora, se você me perguntar se eu tivesse lá em cima o que eu faria, é claro que eu tinha o meu CIP técnico.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Lembra quando o Delfim não tinha CIP nenhum e controlava por telefone 500 preços, por telefone. Eu vi.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Mas funcionava.

O SR. – Funcionava. Ligava para 500 e dizia o senhor, por acaso, não tem um probleminha com o imposto de renda? Eu vi. Em 71. Então eu recomendaria que o arroz, no Rio Grande do Sul não subisse tanto. Eu o vi fazer isto, quando nós éramos todos amigos e jovens. Ainda não tínhamos... Hoje é até perigoso virar inimigo dos meus amigos e amigos dos meus velhos adversários, do jeito que este País é louco por completo, mas enfim não ficarei inimigo de ninguém, estou cansado de ser inimigo. Vamos. Faz o CIP, faz o controle, nem que seja por telefone. Banco. Então é possível que o sistema bancário chantageie o diretor do Banco Central, que está obrigado a pôr a taxa lá em cima, porque não vai, começa pelo Bradesco, que é um grande banco, 70%, conversa, depois pega está claro, têm vários bancos em situações diferentes. Manda uma blitz, isto não é plano para macroeconomista. A transição, se não for administrada com critérios micro, não vai a lugar nenhum, e se não for resolvido pelo menos o problema do mini não vai também a lugar nenhum, porque o País vai explodir. Aí, talvez, o ministro queira sair e depois diga: não foi culpa minha. Foi sim, porque ele está de ministro, tem prestígio, pode ir aonde quiser. Não é receber no gabinete 200 banqueiros. O que é impossível. Tem que mandar falar com cada um dos que tem problemas, olhar as contas deles, tem que disparar 500 telefonemas, senão ele, você, alguém disparar 500 telefonemas para apoiar o Dallari, tem que mandar o Pérsia calar a boca, porque o Dallari diz uma coisa e o Pérsia diz outra. Não é possível, está claro? Senão isto não tem transição nenhuma. Talvez seja isso que o Ministro está sentindo, está cansado, então vai embora. Vai embora e daí? Se o plano não for a lugar nenhum ele também não vai a lugar nenhum ou vai? A não ser que ele faça uma campanha dizendo: a culpa é dos banqueiros, dos monopólios. Alguém vai perguntar: E o senhor fez o quê nos 10 meses que esteve lá. Assim não dá, está claro? Eu estou falando sério. Uma coisa é essa medida provisória, eu não sei o que possa emendar, três ou quatro coisas para aperfeiçoar. O resto, os senhores acham que com o Banco Central independente, com a burocracia como está, sem nenhuma solidariedade, sem câmeras setoriais funcionando, isto para o futuro, mas no momento, dispara 500 telefonemas. Apoio ao Dallari e manda o Pérsia calar a boca. Não é possível.

2 – Escolhe os bancos chaves detentores da dívida pública, que são os que são bancadores no over e diz para eles para não continuarem a sacanear, senão ele tem que subir a taxa e no que sobe os preços disparam. É muito simples. É uma negociação política. É verdade que na ditadura era mais fácil. Claro. O Dr. Delfim, com o apoio dos militares, fazia por telefone e eles sabiam, mas tem o Dallari que tem experiência, foi homem do Delfim. Tem o Osiris que é um bom leão. Usa. E diz aos macro economistas para não falarem besteira de preferência.

E os macroeconomistas se centram em ver o que ele perguntou: o orçamento que vai ser aprovado tem pé e cabeça, ou não? Porque é capaz que não tenha pé nem cabeça, e vai voltar tudo, porque se os juros continuarem assim, a conta de juros que o Bacha lá pôs vai dobrar, e, ao dobrar, tem déficit fiscal de novo. Estou mentindo, Mário?

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Não. Sei não, pergunte ao Bacha. (Risos.)

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Estou perguntando a você para não encabular o Bacha. (Risos.)

Desculpe, Bacha, é para te poupar. Vai com o Mário mesmo que é antigo, sabe disto. (Risos.)

Então, Srs. Congressistas, tenham claro que, em primeiro lugar, a equipe precisa de mais microeconomistas, precisa de vários xerifes, e os macro devem tratar das coisas macro, falar pouco e chamar os colegas, cobrar do Paulinho, cobrar do Mário, cobrar até de mim, a questão da reforma. E por que não? Façamos sessões secretas – se é que é possível fazer sessão secreta neste País – ou abertas, o diabo que seja! Discutamos!

O Mário está dizendo que há um problema: nós não sabemos qual é a demanda monetária. Estou sugerindo: tentem URV! E ele diz: "Mas os bancos não vão topa a não ser acima de..." Então, eles topam "acima de...", a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, que já estão mauzinhos, topam abaixo. Por quê? Porque o Estado brasileiro está perdendo a senhoriação para os bancos e eles estão esfolando o equilíbrio fiscal que ele fez a duras penas. Ele passou meses fazendo o equilíbrio fiscal e, cada vez que é obrigado, porque o mercado os põe a corner, a subir, para 50, façam as contas de quanto é que dá no orçamento. Está claro?

Uma vez o Mário disse uma coisa verdadeira, lembra Mário?

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – (Inaudível.)

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Várias, mas esta eu achei interessante. (Risos.) O Governo tem dois bolsos, o esquerdo e o direito. Se tirar do esquerdo para botar no direito, não tem problema nenhum. O problema é arrombar os dois bolsos. Quer dizer, daqui a seis meses, a estabilidade monetária, que é bom, neça! Ele não consegue baixar a taxa de juros. No que não consegue baixar a taxa de juros, não consegue ancorar, os preços em dólares lá em cima... Esta é a situação.

Não estou querendo ser pessimista, gente! Acho o Plano bem bolado, acho que eles estão trabalhando em condições péssimas, que nem uns condenados. Agora, acho que têm que perceber e não mentir, para que o Congresso também não ponha 400 emendas à MP, meus senhores! Os senhores estão brincando? O que é que é isto? Não pode consolidar esta coisa. Quer dizer que vão colocar 400 emendas? Já está fácil e vocês largam 400 emendas. Assim também não dá, está claro? (Risos.)

É só isso que eu quero dizer: cooperação, mas não...

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN – Aguarde o relatório.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Desculpem-me, mas este é o meu estilo.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Dr. Gustavo Franco.

O SR. GUSTAVO FRANCO – Tenho muito pouco a acrescentar ao que a professora já aludiu, introduzindo uma dificuldade nossa diária de lidar com a política monetária em condições de 40% de inflação ao mês. Não é fácil.

Nós, do Banco Central, administramos uma fronteira muito delicada entre a riqueza financeira e a riqueza real e, portanto, é esse limiar da riqueza que força o Banco Central a estar numa posição defensiva todo tempo, utilizando o único instrumento que ele tem hoje, a taxa de juros, para coibir a especulação financeira contra o Governo, freqüentemente contra a formação de estoques, com efeitos limitados, pelo impacto que isso gera nas contas fiscais.

Temos um outro problema que não tínhamos anteriormente, que é o fato de administramos uma economia que, num período de tempo muito curto, se tornou aberta do ponto de vista financeiro, o que não era há algum tempo. Há algum tempo, quando se fazia taxa de juros elevada, isso não trazia capital estrangeiro do jeito que traz hoje. Isso se deve a fatores não só internacionais como a fatores domésticos, fatores internacionais associados ao excesso de liquidez que há lá fora, a situações de juro muito baixas lá fora, e também a fatores domésticos associados ao fato de que, hoje, há fugas de capital deste País, que estão lá fora, que retornam como estrangeiros, capitais brasileiros que retornam como se fossem estrangeiros.

Isso colocou um novo dado do problema, do ponto de vista da administração da caixa de juros e da política monetária. Nós começamos a sentir esse problema no começo do segundo semestre de 1993, quando percebemos que as entradas de capital, procurando explorar esse diferencial de juros entre taxa interna e taxa externa, começaram a se acentuar, explorando, na época, o que era uma janela da legislação: a possibilidade de entradas de capital através do Anexo IV, que é a legislação que regula a entrada de recursos no mercado de capitais, na bolsa de valores. Havia recursos que entravam por essa janela para os chamados fundos de commodities, para adquirir, portanto, ativos de renda fixa, conseguir o diferencial de juros interno versus externo. O Banco Central conseguiu coibir essa janela, proibiu a entrada de recursos, através do Anexo IV, para os fundos de commodities. Novamente o mercado descobriu uma nova janela, através das debêntures, dado que é um valor mobiliário de renda fixa. Então conseguiu, num período de tempo extraordinariamente curto, explorar essa janela. E novamente o Banco Central atuou no sentido de vedar a entrada de capitais por essa janela.

Num momento seguinte, o mercado, como sempre muito criativo, inventou a operação box, uma maneira de simular uma operação de renda fixa dentro da bolsa de valores, novamente o Banco Central atuou. Quando chegou mais ou menos em dezembro o Banco Central tinha fechado todas as janelas que permitiam a entrada desse capital veloz, esperto que vinha explorar especificamente o diferencial de taxas de juros. Nesta altura, criamos um instrumento especial para entrada de capitais estrangeiros de curto prazo – Fundo de Renda Fixa de Capital Estrangeiro, dissemos aos investidores: se os senhores querem vir explorar os diferenciais de taxa de juros no Brasil que venham para esse instrumento. Nesse instrumento o capital que entra é obrigado a adquirir 40% do seu patrimônio em títulos da dívida pública e tem de pagar um IOF na entrada de 5%. A explicação para esse IOF é importante, como os investidores pagam o IOF na entrada, na cabeça, no jargão do mercado, para que eles comecem a ganhar dinheiro com o diferen-

cial de juros eles têm de ficar no País, pelo menos, durante um período de 6 meses, ou seja, este instrumento permitiu o alongamento desses recursos especulativos, fica aprisionado por um parâmetro de mercado, durante 5 meses, pelo menos, aqui dentro do País, a partir daí começaria a ganhar dinheiro.

E o que aconteceu é que depois da implantação desse instrumento as entradas de capital para esse instrumento foram muito reduzidas, elas hoje não ultrapassam alguma coisa entre 50 e 100 milhões de dólares mensais, muito pouco comparado aos bilhões até que entraram por ocasião das febrês anteriores de debêntures, fundos de commodities e operações box. Com isso o Banco Central logrou fechar uma janela importante de entrada de recursos externos e aquela que é a fonte de maior preocupação: o recurso especulativo, de curto prazo, que pode sair a qualquer momento. Agora, é claro que essa modalidade de investimento estrangeiro não é a única que ocorre, não esgota o universo de possibilidades. Duas outras são também importantes. Uma delas, a do mercado de capitais, as entradas de capital estrangeiro para a bolsa de valores e outra os lançamentos de eurobônus. Todas as duas são, digamos assim, menos especulativas do que a que aludi em primeiro lugar.

No caso da bolsa de valores, um fator institucional atua de forma muito importante no sentido de prevenir fugas, basicamente porque o recurso estrangeiro entra em fundos e na medida em que o investidor estrangeiro tem de ir embora, tem de vender suas ações com prejuízo, se todos quiserem sair ao mesmo tempo, e aí voltar para o exterior, ou seja, nesse sentido, o próprio mecanismo de mercado cria uma barreira natural e uma saída maciça desses recursos. Quando eles forem sair, como a porta é muito pequena, só saem um pouquinho, em termos de dólar, não há grande dano do ponto de vista das reservas. Do ponto de vista dos eurobônus, temos uma área que, de certa maneira, é doloroso impor restrições, porque o que nós estamos conseguindo, hoje em dia, é que empresas brasileiras conseguem colocar empréstimos no exterior, através de bônus, como taxa de juros anuais da ordem de 10,11 e 12%, em alguns casos, taxas de juros anuais, em dólar, e conseguindo levantar recursos por 5, 6, 7 e 8 anos. Estamos vendo agora os primeiros lançamentos de 8 anos e temos aí empresas estatais, temos o sistema bancário privado brasileiro, que obtém esse tipo de recurso para repassar aqui internamente e também empresas brasileiras que têm uma fonte de acesso a crédito de longo prazo que, infelizmente, não se encontra disponível aqui nem a essas nem a taxa de juros de espécie nenhuma. Quer dizer, não há, no sistema bancário privado brasileiro, fora do sistema oficial, créditos de 8 anos. De um modo ou de outro, também atuamos no sentido de provocar um alongamento da tomada de empréstimos, através de eurobônus, impondo também o IOF na entrada, esse menor: 3%. O que faz com que também seja um fator que induza ao alongamento dos lançamentos. Em outra época, o Banco Central para alongar esses lançamentos estabelecia prazos mínimos para o lançamento. Agora o IOF é um mecanismo mais interessante, porque ao invés de fazer restrição por um canal administrativo faz por um canal fiscal, com evidentes benefícios do ponto de vista da Receita e do Tesouro, ou seja, faz-se através de uma tarifa ao invés de uma quota, apropriando-se o Erário dessa diferença de taxas de juros externas e internas. Hoje, portanto, com o sistema que nós temos, acreditamos poder limitar e fazer frente a uma entrada maciça de capital estrangeiro, se isso for o caso.

Recentemente, inclusive, fizemos constar da Medida Provisória nº 438 um artigo que solidificava o entendimento, o estatuto jurídico da cobrança desse IOF sobre operações de câmbio, um instrumento que nós não hesitaremos em utilizar caso necessário. Se verificarmos que as entradas de capital estrangeiro prejudicam o andamento da política monetária, seja agora seja no momento da

introdução do real, nós temos um instrumento para lidar com esse problema.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Dr. Edmar Bacha.

O SR. EDMAR BACHA – Senador, gostaria de ouvir um pouco mais, não assisti aos debates, só um ponto: creio que o Ministro jamais disse – e eu certamente também não –, que há um seqüenciamento na percepção do plano de que primeiro estabilizar para depois distribuir renda. Jamais foi dito isso. O que o programa diz com todas as suas letras, a medida provisória, é que combater a inflação é um instrumento de redistribuição de renda, por isso nós estamos combatendo a inflação. Porque o *apartheid* social do Brasil não se expressa de maneira mais clara do que no fato de que temos a moeda remunerada para o rico e a moeda que se deteriora para o pobre. E, portanto, a supressão desse *apartheid* monetário é o caminho claro por onde vai passar a proposta de reintegração social deste País. É por isto que nós estamos fazendo este plano. Não há nenhuma concepção e nesse sentido propostas como a do Senador Eduardo Suplicy da renda mínima em substituição aos programas burocráticos assistencialistas que o Governo Federal atualmente exerce e portanto sem impacto fiscal são perfeitamente assimiláveis para dentro do plano e são muito bem-vindas, especialmente na medida em que a partir da percepção pela sociedade, porque agora vamos ter um governo que vai ser eficiente no ataque à pobreza, talvez até consigamos extrair impostos mais elevados para financiar o prosseguimento do programa.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Faltou a resposta àquela questão de natureza política relevante. É que mencionei que faltou a resposta àquela questão política relevante que a professora Maria Conceição tinha levantado.

O SR. EDMAR BACHA – Qual foi a questão, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Como fica o plano se o Ministro sair? É uma questão importante. Como é que os membros da equipe se sentem?

O SR. EDMAR BACHA – Atravessaremos esse rubicão quando a ele chegarmos. S. Ex.^a tem declarado que não é candidato.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Nós queríamos dizer aos Srs. Senadores que o Dr. Bacha e o Dr. Augusto França estão aqui como convidados, com uma honra muito grande, o ex-Ministro da Fazenda e Planejamento, Dr. Mário Henrique Simonsen, Dr. Paulo Nogueira Baptista e a professora e Economista Conceição Tavares, mas nós assumimos com ele um compromisso de encerrar esse debate às 19h.

O Dr. Augusto e o Dr. Mário estão me dizendo que têm uma reunião no Ministério agora. Penso que a nossa reunião foi produtiva, porque alargou o nosso conhecimento. E o que nós queremos, neste momento, é agradecer, porque saíram de seus estados para nos dar o prazer desse debate, desse diálogo, e mostrar para o País que a nossa preocupação é exatamente a do grande entendimento nacional.

Pergunto ao Dr. Bacha e ao Dr. Augusto França se desejam falar algo mais neste momento. Queremos agradecer a presença de todos os senhores.

Acredito que assimilamos mais conhecimento e mais informações através desse debate, pois buscamos neste momento o entendimento nacional e o caminho para o nosso País.

Através desse diálogo, desses entendimentos, vamos chegar onde toda a população brasileira espera, que é exatamente acabar com essa indústria da inflação, do juro alto e dar condições de vida melhor para o nosso povo.

Muito obrigado ao ex-Ministro da Fazenda e Planejamento, Dr. Mário Henrique Simonsen, ao Dr. Paulo Nogueira Baptista, ao Dr. Augusto Franco, à economista Maria da Conceição Tavares e ao Dr. Edmar Bacha. Muito obrigado pela presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18 horas 53 minutos.)

MESA**Presidente**

Humberto Lucena _ PMDB _ PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias _ PTB _ MS

1º Secretário

Júlio Campos _ PFL _ MT

2º Secretário

Nabor Júnior _ PMDB _ AC

3º Secretário

Júnia Marise _ PRN _ MG

4º Secretário

Nelson Wedekin _ PDT _ SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia _ PDT _ RN

Lúcio Portella _ PDS _ PI

Beni Veras _ PSDB _ CE

Carlos Patrocínio _ PFL _ TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça Ronaldo

Aragão Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Affonso Camargo

Esperidião Amim

Moisés Abrão

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando RO-3111/12
Cid S. de Carvalho CE-3058/59
José Fogaça RS-3077/78
Iram Saraiva GO-3134/35
Nelson Carneiro RJ-3209/10
Antônio Mariz PB-4345/46
Pedro Simon RS-3230/31
Wilson Martins MS-3114/15

César Dias RR-3064/65
Mansueto de Lacerda PE-3183/84
Garibaldi A. Filho RN-4382/92
Gilberto Miranda AM-3104/05
Marcio Lacerda MT-3029/30
Aluizio Bezerra AC-3158/59
Divaldo Suruagy AL-3185/86
Alfredo Campos MG-3237/38

PFL

Josaphat Marinho BA-3173/74
Francisco Rollemberg SE-3032/33
Carlos Patrocínio TO-4058/68
Odacir Soares RO-3218/19
Elcio Alvares ES-3131/32

Hydekel Freitas RJ-3082/83
Marco Maciel PE-3197/98
Henrique Almeida SP-3191/92
Lourival Baptista SE-3027/28
João Rocha TO-4071/72

PSDB

Eva Blay SP-3119/20
Jutahy Magalhães BA-3171/72
Mário Covas SP-3177/78

Almir Gabriel PA-3145/46
Teotônio Vilela Filho AL-4093/94
Vago

PTB

Luiz Alberto PR-4059/60
Carlos De'Carli AM-3079/80

Afonso Camargo PR-3062/63
Lourenberg N. Rocha MT-3035/36

PDT

Magno Bacelar MA-3073/74

Lavoisier Maia RN-3239/40

PRN

Aureo Mello AM-3091/92

Ney Maranhão PE-3101/02

PDC

Epitácio Cafeteira MA-4073/74

Gerson Camata ES-3203/04

PDS

Esperidião Amin SC-4206/07

Jarbas Passarinho PA-3022/24

PP

Pedro Teixeira DF-3127/28

João França RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando RO-3111/12
Antônio Mariz PB-4345/46
César Dias RR-3064/65
Cid Sabóia de Carvalho CE-3058/60
Divaldo Suruagy AL-3180/85
Juvêncio Dias MA-3050/4393
Ronaldo Aragão RR-4052/53
Garibaldi A. Filho RN-4382/92

Aluizio Bezerra AC-3158/59
João Calmon ES-3154/55
Onofre Quinan GO-3148/49
Pedro Simon RS-3230/32
José Fogaça RS-3077/78
Ronan Tito MG-3038/39
Nelson Carneiro RJ-3209/10
Iram Saraiva GO-3133/34

Márcio Lacerda MT-3029
Vago

MT-3029

Vago
Vago

PFL

Lourival Baptista SE-3027/28
João Rocha TO-4071/72
Odacir Soares RO-3218/19
Marco Maciel PE-3197/99
Carlos Patrocínio TO-4058/68
Francisco Rollemberg SE-3032/33

Dario Pereira RN-3098/99
Alvaro Pacheco PI-3085/87
Bello Parga MA-3069/70
Hydekel Freitas RJ-3082/83
Elcio Alvares ES-3131/32
Guilherme Palmeira AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel PA-3145/46
Beni Veras CE-3242/43
Jutahy Magalhães BA-3171/72

Dirceu Carneiro SC-3179/80
Eva Blay SP-3117/18
Teotônio V. Filho AL-4093/94

PTB

Mariuce Pinto RO-4062/63
Afonso Camargo PR-3062/63
Jonas Pinheiro AP-3206/07

Valmir Campelo DF-3188/89
Luiz Alberto Oliviera PR-4059/60
Carlos De'Carli AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia RN-3240/41

Nelson Wedekin SC-3151/53

PRN

Saldanha Derzi MS-4215/16
Aureo Mello AM-3091/92

Ney Maranhão PE-3101/02
Albano Franco SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira MA-4073/74

Moisés Abrão TO-3136/37

PDS

Lucídio Portella PI-3055/57

Jarbas Passarinho PA-3022/23

PSB / PT

Eduardo Suplicy SP-3213/15

José Paulo Bisol RS-3224/25

PP

Pedro Teixeira DF-3127/28

Meira Filho DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia

Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341

Sala de reuniões: 3652

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito MG-3038/3940
Garibaldi A. Filho RN-4382/92
Ruy Bacelar BA-3161/62
Ronaldo Aragão RR-4052/53
César Dias RO-3064/65/66
Mansueto de Lacerda PE-3182/83/84
Aluizio Bezerra AC-3158/59
Gilberto Miranda AM-3104/05
Onofre Quinan GO-3148/50

Mauro Benevides CE-3194/95
José Fogaça RS-3077/78
Flaviano Melo AC-3493/94
Cid S. de Carvalho CE-3058/59
Juvêncio Dias PA-3050/4393
Pedro Simon RS-3230/32
Divaldo Suruagy AL-3185/86
João Calmon ES-3154/56
Wilson Martins MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio TO-4058/68
Raimundo Lira PB-320/02
Henrique Almeida AP-3191/92/93
Dario Pereira RN-3098/99
João Rocha MA-4071/72

Odacir Soares RO-3218/19
Bello Parga MA-3069/70
Alvaro Pacheco PI-3085/87
Elcio Alvares ES-3131/32
Josaphat Marinho BA-3173/75

PSDB			
Beni Veras José Richa Mário Covas	CE-3242/43/44 PR-3163/64 SP-3177/78	Almir Gabriel Dirceu Carneiro Vago	PA-3145/47 SC-3179/80

PTB			
Afonso Camargo Valmir Campelo Jonas Pinheiro	PR-3062/63 DF-3188/89/4061 AP-3206/07	Lourenberg N. Rocha Luiz A. Oliveira Mariuce Pinto	MT-3035/36 PR-4059/60 RO-4062/63

PDT			
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40

PRN			
Albano Franco Ney Maranhão	SE-4055/56 PE-3101/02	Saldanha Derzi Aureo Mello	MS-4215/18 AM-3091/92

PDC			
Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04

PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

PP			
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90

PT/PSB			
Eduardo Súplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
Ramais: 311-3515/3516/4354/3341
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Alfredo Campos
Vice-Presidente: Hydekél Freitas

Titulares	Suplentes
Ronan Tito Alfredo Campos Nelson Carneiro Divaldo Suruagy João Calmon Ruy Bacelar	MG-3039/40 MG-3237/38 RJ-3209/10 AL-3185/86 ES-3154/55 BA-3160/61
Mauro Benevides Flaviano Melo Garibaldi A. Filho Mansueto de Lacerda Gilberto Miranda Cesar Dias	CE-3052/53 AC-3493/94 RN-4382/92 PE-3182/83 AM-3104/05 RR-3064/65

PFL			
Guilherme Palmeira Hydekél Freitas Lourival Baptista Alvaro Pacheco	AL-3245/46 RS-3064/65 SE-3027/28 PI-3085/86	Francisco Rollemberg Josaphat Marinho Raimundo Lira Marco Maciel	SE-3032/34 BA-3173/74 PB-3200/3201 PE-3197/98

PSDB			
Dirceu Carneiro José Richa	SC-3179/80 PR-3163/64	Jutahy Magalhães Eva Blay	BA-3171/72 SP-3119/20

PTB			
Luiz A. Oliveira Mariuce Pinto	PR-4058/59 RR-4062/63	Valmir Campelo Jonas Pinheiro	DF-3188/89 AP-3206/07

PDT			
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75

PRN			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215

PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Eptácio Cafeteira	MA-4073/74

PP			
Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128

PDS			
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos
Ramais: 3496 e 3497
Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Dario Pereira
Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares	Suplentes
Flaviano Melo Mauro Benevides Aluizio Bezerra Onofre Quinan Gilberto Miranda Alfredo Campos Marcio Lacerda Vago	AC-3493/94 CE-3194/95 AC-3158/59 GO-3148/49 AM-3104/05 MG-3237/38 MT-3029/30
Dario Pereira Henrique Almeida Elcio Alvares Bello Parga Hydekél Freitas	RN-3098/99 AP-3191/92 ES-3131/32 MA-3069/72 RJ-3082/83
Raimundo Lira João Rocha Carlos Patrocínio Guilherme Palmeira Vago	PB-3201/02 TO-4071/72 TO-4068/69 AL-3245/46

PFL			
Dario Pereira Henrique Almeida Elcio Alvares Bello Parga Hydekél Freitas	RN-3098/99 AP-3191/92 ES-3131/32 MA-3069/72 RJ-3082/83	Raimundo Lira João Rocha Carlos Patrocínio Guilherme Palmeira Vago	PB-3201/02 TO-4071/72 TO-4068/69 AL-3245/46

PSDB			
Dirceu Carneiro Teotônio V. Filho José Richa	SC-3179/80 AL-4093/94 PR-3163/64	Beni Veras Jutahy Magalhães Vago	CE-3242/43 BA-3171/72

PTB			
Lourenberg N. R. Mariuce Pinto	MT-3035/36 RR-4062/63	Afonso Camargo Vago	PR-3062/63

PDT			
Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75

PRN			
Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56

PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37

PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07

PP			
João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Celson Parente _ Ramais 3515 e 3516
Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Valmir Campelo
 Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral 23,53 URV

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral 23,53 URV

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

n.º 118 — abril/junho 1993

Leia neste numero:

O perfil constitucional do Estado contemporâneo: o Estado democrático de direito

Inocêncio Mártires Coelho

As limitações ao exercício da reforma constitucional e a dupla revisão

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Controle externo do Poder Judiciário

José Eduardo Sabo Paes

Loucura e prodigalidade à luz do direito e da psicanálise

Clóvis Figueiredo Sette Bicalho e Osmar Brina Corrêa Lima

Na mesma edição:

O Distrito Federal nas Constituições e na revisão constitucional de 1993. *Gilberto Tristão*

A Constituição de 1988 e os Municípios brasileiros. *Dieter Brühl*

A Justiça Militar estadual. *Álvaro Lazzarini*

A declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade da lei — *Unvereinbarkeitserklärung* — na jurisprudência da Corte Constitucional alemã. *Gilmar Ferreira Mendes*

Da responsabilidade do Estado por atos de juiz em face da Constituição de 1988. *A. B. Cotrim Neto*

Serviço público — função pública — tipicidade — critérios distintivos. *Hugo Gueiros Bernardes*

Considerações atuais sobre o controle da discricionariedade. *Lutz Antonio Soares Hents*

Sistema brasileiro de controle da constitucionalidade. *Sara Maria Stroher Paes*

O controle interno de legalidade pelos Procuradores do Estado. *Cleia Cardoso*

Tutela jurídica sobre as reservas extravistas. *Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes e Luiz Daniel Felipe*

Legislação ambiental brasileira — evolução histórica do direito ambiental. *Aren Helen Wainer*

Princípios gerais de direito ambiental internacional e a política ambiental brasileira. *Paulo Affonso Leme Machado*

Construção e desconstrução do discurso culturalista na política africana do Brasil. *José Flávio Sombra Saraiva*

História das idéias penais na Alemanha no pós-guerra. *Winfried Hassemer*

Aspectos do discurso jurídico-penal (material e formal) e sua ilegitimidade. *Sérgio Luiz Souza Araújo*

Processo, democracia y humanización. *Juan Marcos Rivero Sánchez*

O combate à corrupção e à criminalidade no Brasil: cruzadas e reformas. *Geraldo Brindetto*

Liderança parlamentar. *Rosimélio Monteiro Soares*

Considerações acerca de um código de ética e decoro parlamentar. *Rubem Nogueira*

Entraves à adoção do parlamentarismo no Brasil. *Carlos Alberto Bittar Filho*

Usucapião urbano. *Rogério M. Leite Chaves*

O Código do Consumidor e o princípio da continuidade dos serviços públicos comerciais e industriais. *Adriano Perácio de Paula*

Dos contratos de seguro-saúde no Brasil. *Maria Leonor Baptista Jourdan*

A nova regulamentação das arbitragens. *Otto Eduardo Vizeu Gil*

Os bancos múltiplos e o direito de recasso. *Arnoldo Wald*

O dano moral e os direitos da criança e do adolescente. *Roberto Senise Lisboa*

A Aids perante o direito. *Licínio Barbosa*



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

Os pedidos avulsos ou de assinatura anual deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT).

Para solicitar catálogo de preços, escreva para
Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar
70165-900 Brasília, DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 • Telex: (061) 1357

Venda direta ao usuário no Senado Federal:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Novas publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

Outros títulos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989

5 Volumes.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989; índice comparativo.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

Comentários por João Barbalho U. C.

Edição fac-similar dos comentários à Constituição Federal de 1891.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT). Para solicitar catálogo de preços, escreva para

Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar. Cep 70165-900, Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589. Fax.: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

Lançamento
Cr\$ 800,00

**À venda na Subsecretaria de
Edições Técnicas – Senado Federal,
Anexo I, 22º andar – Praça dos Três
Poderes, CEP 70160 – Brasília, DF –
Telefones 311-3578 e 311-3579.**

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 108

(outubro a dezembro de 1990)

Está circulando o nº 108 da **Revista de Informação Legislativa**, período trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 330 páginas, contém as seguintes matérias:

Direito, Estado e Estado de Direito – *Inocêncio Mártires Coelho*

As eleições de 1990 – *Ministro Sydney Sanches*

A disciplina constitucional das crises econômico-financeiras – *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

A reforma monetária e a retenção dos ativos líquidos no Plano Brasil Novo – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

Novas funções e estrutura do Poder Judiciário na Constituição de 1988: uma introdução – *Sílvio Dobrowolski*

O mandado de injunção, os direitos sociais e a justiça constitucional – *Paulo Lopo Saraiva*

Norma constitucional e eficácia (ângulos trabalhistas) – *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas – *Odete Medauar*

Meio ambiente e proteção penal – *René Ariel Dotti*

A Constituição Federal de 1988 e as infrações penais militares – *Álvaro Lazzarini*

Administração na Constituição – *Sebastião Baptista Affonso*

Servidores públicos – regime único – *Eurípedes Carvalho Pimenta*

Da exigibilidade de limites de idade e da eleição de critérios de desempate fundados em idade, em concurso público de provas ou de provas e

titulos para preenchimento de cargo ou emprego público – *José Leone Cordeiro Leite*

Princípios básicos da administração pública – *Jarbas Maranhão*

Auto-regulação e mercado de opções – *Arnoldo Wald*

Os contratos de adesão e o sancionamento de cláusulas abusivas – *Carlos Alberto Bittar*

A Carta e o crime – *N. P. Teixeira dos Santos*

O direito da personalidade como direito natural geral. Corrente naturalista clássica – *Iduna E. Weinert*

Resquisas em seres humanos – *Antonio Chaves*

Prolegômenos para la reflexión penal-criminológica sobre el derecho a culminar la vida com dignidad (la eutanasia) – *Antonio Beristain*

Kirchmann e a negação do caráter científico da ciência do Direito – *Elza Roxane Álvares Saldanha*

As chamadas prescrições "negativa" e "positiva" no Direito Civil Brasileiro e Português, semelhanças e diferenças – *Luiz R. Nunes Padilla*

A constitucionalização da autonomia universitária – *Edivaldo M. Boaventura*

Um projeto de desenvolvimento sócio-econômico integrado para a Região Oeste do Paraná – *Rossini Corrêa e Nelson Friedrich*

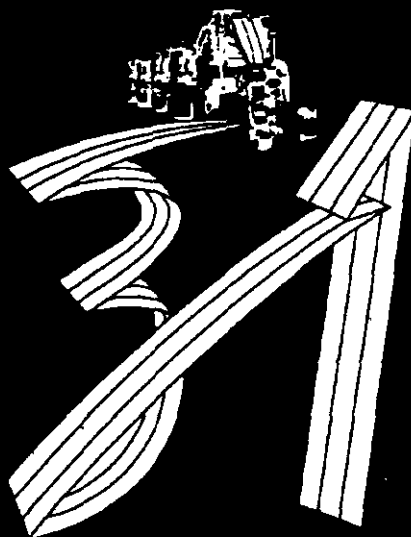
À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas –
Senado Federal, Anexo I, 22º andar –
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 – Brasília, DF –
Telefones: 311-3578 e 311-3579

Assinatura para 1991
(nºs 109 a 112):

Cr\$ 4.500,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal – CGA 470775.

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1994

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS